

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 793
9 de Março de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

ANIVERSÁRIO DO PCP um Partido firme e combativo



Comemoração do 68.º aniversário do PCP em Braga



Assembleia da Organização Regional de Santarém



Comemoração do 68.º aniversário do PCP no Funchal



II Assembleia da Organização Concelhia de Sintra



II Assembleia da Organização Regional do Porto

Em Foco • Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana

COMÍCIO

Sábado, 18 de Março no Pavilhão Carlos Lopes
Intervenção de Álvaro Cunhal

Encontro PCP-«Os Verdes»

Delegações do PCP e do Partido «Os Verdes» reuniram-se na passada segunda-feira no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes para analisar questões relativas à preparação das eleições para o Parlamento Europeu, nomeadamente a composição da lista de candidatos da CDU, coligação que ambos os partidos integram. No final da reunião, Maria Santos, dirigente de «Os Verdes», informou que será a quarta candidata da CDU ao Parlamento Europeu, manifestando-se confiante na possibilidade de ser eleita.

*A Segurança Social
ontem, hoje...
e amanhã?!...*

Pág. 10/Em Foco

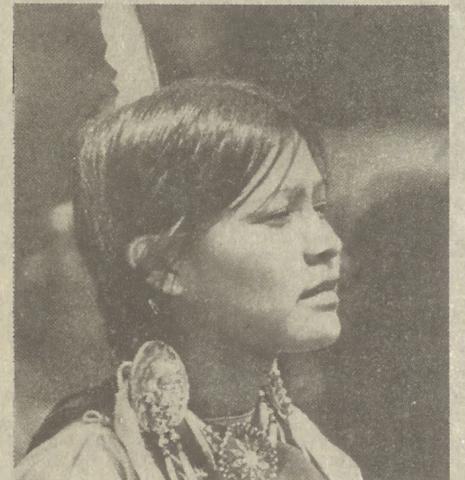


Págs. 6, 7 e 8/Em Foco

CGTP PREPARA O 1.º DE MAIO

O Conselho Nacional da CGTP-IN desfaz equívocos quanto às comemorações do 1.º de Maio e põe em relevo aspectos comuns da luta social e política contra os objectivos do Governo que requer a unidade activa dos trabalhadores

Págs. 6 e 7/Semana



8 de Março Dia Internacional da Mulher



Em Foco

Uma semana política de luta

A semana política destes primeiros dias de Março foi marcada por acontecimentos relevantes em duas frentes distintas cujos problemas, contudo, se interligam: na frente de massas e na frente parlamentar.

A palavra «frente» justifica-se plenamente. São duas áreas de aceso confronto social e político entre o Governo PSD/Cavaco Silva, a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional, e os interesses profundos do Povo e do País rudemente afectados.

Na frente de massas a contestação à política do Governo impressiona pela diversidade social dos sectores em luta e pela variedade dos problemas em foco. Em alguns casos as formas de expressão do descontentamento das classes e sectores profissionais afectados assumem elevados níveis.

Só nestes primeiros dias de Março, greves na EDP (dois dias com uma participação a rondar os 100%), na Tomé Feteira, na Polícia Judiciária (às horas extraordinárias e aviso para uma greve total nos dias 14, 15 e 16), nos bancários do Sul no dia 6 com uma elevada participação, na Petroquímica, paralisação total.

Ações de protesto multiplicam-se em diversas áreas sociais: nos médicos, depois da greve da semana anterior e do recuo do Governo e da ministra da Saúde, a continuação do impasse governamental na aplicação das medidas acordadas está a motivar novas acções no futuro imediato; os trabalhadores do grupo Unicer, por intermédio da sua CT, protestam contra a subavaliação dos valores da empresa na operação de reprivatização decidida pelo Governo, que indicia o favorecimento de alguns grupos privados nas vendas das acções na Bolsa; na CIFA, no Porto, a falência consumada deixa no desemprego centenas de trabalhadores cujos protestos se elevam com veemência; nos CTT/TLP protesto do sindicato contra a separação das duas empresas na operação de privatização.

No sector da agricultura novas acções de protesto contra a Lei 90/V dos Baldios, desta vez numa diligência do Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu junto do Bispo da diocese que se mostrou aberto às razões dos povos afectados; em Tavira, protestos dos agricultores contra o traçado da auto-estrada que corta quintas-modelo, algumas que receberam para a sua modernização dinheiros da CEE; no Alentejo, agricultores, a quem o Governo antes atribuiu terras tiradas à Reforma Agrária, protestam contra as notificações do MAPA para agora as abandonarem; no Oeste, os produtores de fruta protestam contra a ruinosa importação da maçã espanhola;

Na região do Baixo Mondego, numa importante reunião em Cantanhede, os vinicultores protestam contra as condições de acesso aos fundos da CEE.

Neste contexto de luta deve destacar-se pelo seu vigor e significado a greve nacional e as manifestações dos estudantes do Ensino Secundário contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior, que levanta novas barreiras impeditivas do acesso às Universidades em particular aos jovens estudantes das camadas sociais de menores recursos, numa importante luta que envolve numa grande força solidária e unida a totalidade dos alunos do Secundário.

Nas Forças Armadas acções indicativas de mal-estar e descontentamento abrangem sectores vários que englobam Forças Militarizadas, como a PSP, com um encontro nacional de milhares para amanhã, os Oficiais do Exército, insatisfeitos com a sua situação profissional, e os Sargentos das Forças Armadas que em grande número estiveram concentrados na Assembleia da República quando se discutia matéria do seu interesse.

Também os habitantes dos Bairros Sociais se mobilizam e organizam no protesto contra os brutais aumentos das rendas de casa que nos seus casos chegam a atingir os 1000%!

De toda esta movimentação de massas, referente somente a estes primeiros dias de Março, se pode tirar a reforçada conclusão de que, visivelmente, se está reduzindo a base social e política de apoio ao Governo PSD/Cavaco Silva e a sua política e se aprofunda o seu divórcio dos interesses populares mais vastos.

No plano institucional e político ganha vulto a próxima batalha eleitoral para o Parlamento Europeu que movimenta desde já as diversas forças políticas e que também desde já delimita os dois campos de confronto: a direita governante e sectores sociais e políticos interessados no restabelecimento dos monopólios e os que se identificam com os interesses populares e a defesa dos interesses e da independência nacional do nosso país rudemente ameaçados.

E com particular importância a agudização do confronto institucional em torno da revisão da Constituição que ameaça ser subvertida com a aliança do PS com o PSD e pela aceleração dos trabalhos na Comissão parlamentar especial com as tentativas de impor novas formas antidemocráticas de debate, limitativas da intervenção dos partidos da oposição democrática que levantam a sua voz em defesa da Constituição de Abril.

A batalha eleitoral para o Parlamento Europeu teve já início na própria Assembleia da República, pelo inopinado arrastamento desde Janeiro pelo Governo do «Debate Parlamentar sobre a Europa de 1992» aberto no último dia de Fevereiro pelo discurso do Primeiro-Ministro e continuado nestes primeiros dias de Março com as intervenções dos partidos da oposição.

O Grupo Parlamentar do PCP denunciou os objectivos eleitoralistas do Governo e o atraso, propositado para a campanha pré-eleitoral da di-

reita, da realização do debate que havia sido marcado para o mês de Janeiro e foi sem justificação plausível adiado até agora.

O Primeiro-Ministro que há poucos dias deu uma entrevista ao «Diário de Notícias» com os mesmos objectivos eleitoralistas produziu um discurso marcado pelo cinismo e pelo claro propósito de iludir as verdadeiras questões do celebrado «desafio de 1992».

Ouviu-se com frequência na Assembleia da República, a boca do chefe do Governo que tem — por acção da sua domesticada maioria parlamentar — instituído a «lei da rolha» para a oposição, referir a iniciativa do insólito debate «para colher as opiniões, as ideias e o contributo dos senhores deputados»; para «associar o Parlamento à abordagem das grandes questões levantadas pela integração europeia»; «os representantes eleitos do povo português são convidados a pronunciarem-se», «qual o posicionamento que entendem aconselhável» e outras «tiradas» do mesmo jaez.

Os deputados do PCP e de outros partidos sublinharam a confirmação no discurso do PM da ausência de um verdadeiro projecto nacional para enfrentar 1992.

No celebrado «desafio de 1992», com a criação do Mercado Único Europeu em 1 de Janeiro de 1993, o debate parlamentar trouxe a lume não só a política deliberada de desinformação da opinião pública e mesmo dos «representantes eleitos pelo povo português» para a Assembleia da República sobre as consequências da livre circulação das pessoas, mercadorias, serviços e capitais como a ausência de medidas cautelares dos interesses nacionais na emergência, sobretudo de medidas de fundo susceptíveis de garantir a defesa da economia nacional contra o assalto da concorrência estrangeira pelos canais da CEE e visando a superação e correcção dos atrasos e desequilíbrios estruturais, regionais e sociais perante o embate com os países mais desenvolvidos da Europa Comunitária.

As «reformas de fundo» que frequentemente enchem a boca do Primeiro-Ministro visam não estes patrióticos objectivos mas única e simplesmente a restauração dos monopólios na sua expressão mais acabada — as multinacionais — e do seu poder político em Portugal e o aniquilamento das conquistas económicas e sociais do 25 de Abril.

Cavaco Silva enumerou-as mais uma vez na sua entrevista de 6 páginas ao «Diário de Notícias»: «alienação dos jornais; pôr ordem na utilização do espaço rádioeléctrico que tinha sido objectivo de ocupação selvagem; privatização das Empresas Públicas; substituição de um sistema fiscal antiquado e desajustado na Europa por um sistema moderno; reforma profunda em execução do sistema educativo, da Saúde, do sistema remuneratório da Função Pública, alar-

Resumo

1 Quarta-feira



Começa em Lisboa o Congresso dos Escritores de Língua Portuguesa, com a participação de 270 escritores representando Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. O Governo distribui as frequências de emissão a rádios locais de acordo com o escandaloso parecer da Comissão Consultiva da Rádio. No Porto reúne-se a Comissão Económica, Monetária e de Política Industrial do Parlamento Europeu. Os ministros Valente de Oliveira e Cadilhe mostram dificuldades em explicar a política do Governo português. A Ordem dos Médicos é recebida pelo Primeiro-Ministro, na presença de Leonor Bezeira. Segundo os representantes da Ordem, a reunião não resolveu nenhum dos problemas.

A Associação Amigos do Tejo inaugura a sua sede em Lisboa, situada no edifício Bartolomeu Dias, na doca de Alcântara. É empossado pelo ministro da Indústria e Energia o novo Conselho de Administração do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. Vincenzo Beltiza chefe de uma delegação do Parlamento Europeu de visita à URSS anuncia em Moscovo o convite dirigido a Gorbachov para discursar em Estrasburgo perante os deputados do PE. Dimitri Golovko, vice-presidente da Comissão Eleitoral Central da União Soviética anuncia que nas próximas eleições haverá em média dois candidatos por círculo em mil circunscrições. Mais de oitenta por cento dos candidatos são membros do PCUS. É decretado em Kosovo, Jugoslávia, o recolher obrigatório no seguimento da crise que opõe a maioria albanesa da região à minoria sérvia. Continuam os confrontos na Venezuela, onde o número de mortos sobe a cerca de duzentos.

2 Quinta-feira

Servindo-se da sua maioria na Assembleia da República, o PSD rejeita o inquérito parlamentar requerido pelo PCP à compra de um andar nas Amoreiras efectuada pelo ministro Cadilhe. Chega a Bissau em visita oficial o Primeiro-Ministro português. Falando no Porto, na reunião da Comissão Económica do Parlamento Europeu, o governador do Banco de Portugal, Tavares Moreira, reconhece que «a inflação começou a acelerar». A FEN-PROF realiza na Faculdade de Economia e na Escola Superior de Educação do Porto, um Fórum de Professores que debatem questões relativas à formação. Uma delegação do Parlamento Europeu reúne-se em Moscovo com a direcção do Conselho de Ajuda Mútua Económica para debater possibilidades de cooperação nos campos técnico-científico e económico-comerciais. São reforçadas na capital da

Venezuela as patrulhas militares, com mais 10 mil soldados vindos do interior do país. Apesar do recolher obrigatório, registam-se ainda em Caracas tiros esporádicos. Cerca de meio milhar de soldados de Israel continuam a violência e o terror na cidade velha de Nablus, onde já destruíram uma centena de casas e causaram vários mortos e feridos. Mais de setecentos escritores e intelectuais de todo o mundo assinam uma carta aberta, publicada em vários jornais de uma dezena de países, defendendo o direito à liberdade de expressão de Rushdie, o escritor «condenado à morte» pelo fanatismo islâmico de Khomeini.

3 Sexta-feira

O Secretariado do Comité Central do PCP publica um comunicado anunciando que Álvaro Cunhal foi submetido com êxito a uma operação a um aneurisma. Delegação do PCP, composta por Blanqui Teixeira, do Secre-



tariado do CC, e por Domingos Lopes, suplente do Comité Central, parte para a Índia a fim de participar no XIV Congresso do Partido Comunista da Índia. O Conselho Nacional da CGTP reúne para proceder à análise da situação político-sindical. A Federação Nacional dos Médicos afirma à imprensa que os acordos que conseguiu com o ministério da Saúde correspondem a um salto qualitativo no desenvolvimento da luta daqueles profissionais. Portugal conquista o título mundial de campeão com a vitória dos Juniores sobre a equipa da Nigéria.

4 Sábado

Durante a visita de Cavaco Silva à Guiné-Bissau, é assinado entre Portugal e aquele país um acordo de cooperação militar, concluindo-se vários outros protocolos entre os dois Estados. Jorge Sampaio continua, desta vez no Porto, a mostrar-se como opositor à política do PSD no Governo, criticando o abuso fiscal. Mário Soares conclui a sua viagem ao Oriente com uma visita a Hong Kong, onde almoça com o governador britânico. A reunião do Conselho Nacional da CGTP critica as últimas atitudes da UGT, arredando a hipótese de uma comemoração comum do 1.º de Maio. O Vaticano junta-se aos críticos do romance de Rushdie, considerando-o «ofensivo para milhões de crentes». A Assembleia do Povo aprova em Luanda um diploma que visa a fixação de câmbios. O kuanza é desvalorizado em 100 por cento e os salários sofrem aumento de 20 por cento.

5 Domingo

Termina em Lisboa uma reunião de três dias da Direcção Nacional da Ju-

ventude Comunista Portuguesa, preparatória do próximo Congresso da JCP. Portugal e a Guiné-Bissau assinam acordo monetário, garantindo a convertibilidade do Peso guineense. Regressa a Lisboa o Presidente da República, após a viagem que o levou ao Japão, aos funerais de Hirohito, a Macau e a Hong Kong. Na Bélgica, as autoridades decidem pôr em marcha um plano anti-sinistro na região de Gand, no seguimento de um incêndio de uma fábrica de plásticos que originou uma nuvem de gases que se presumem tóxicos. Chevardnadze chega a Viena para participar na Conferência sobre as forças convencionais na Europa, acontecimento que classifica de «sem precedentes na história».

6 Segunda-feira

Professores da Grande Lisboa decidem recusar a participação nas provas de acesso ao ensino superior. Os trabalhadores da EDP entram em greve por 48 horas, tendo a energia sido interrompida em diversas zonas do país devido a avarias não reparadas.



Bancários do Sul e Ilhas paralisam meia hora e concentram-se frente aos bancos, exigindo a correção salarial que reponha o poder de compra. A Associação Sindical dos Profissionais da PSP anuncia encontro de milhares de polícias para debater na próxima sexta-feira formas de pressão junto do Governo com vista à legalização da ASP. A Rádio Nacional de Angola anuncia a adesão do país, nos próximos dois meses, ao Fundo Monetário Internacional. Em encontro realizado entre o PCP e o partido «Os Verdes», é decidida a inclusão em quarto lugar — elegível — de um candidato «verde», pela CDU, ao Parlamento Europeu.

7 Terça-feira

Realiza-se em Évora o Festival da RTP da canção. Cerca de 400 agricultores do concelho de Ovar exigem o pagamento de um subsídio de indemnização por prejuízos provocados, segundo afirmam, por gases tóxicos libertados por fábricas de Estarreja. O Conselho Consultivo da Juventude, reunido em Lisboa, não toma posição sobre o novo regime de acesso ao Ensino Superior, devido a divergências entre as organizações que o integram; entretanto o Conselho Nacional da Juventude, reafirma a exigência de suspensão do referido regime. É aprovado na AR o Estatuto da Condição Militar. Trabalhadores de todas as centrais hídras, que não tinham aderido à greve da EDP, paralisam em protesto contra a presença da GNR na barragem de Aguireira. Encontro de Viena entre Baker e Chevardnadze abre caminho a uma cimeira americano-soviética. O governo chinês impõe a «lei marcial» na capital do Tibete. Sam Nujoma, dirigente da SWAPO, é recebido em Madrid por Felipe Gonzalez.

gamento do campo de actuação da iniciativa privada através da mudança da Lei de Delimitação dos Sectores; Lei da Reforma Agrária; legislação laboral; reestruturação das Empresas Públicas que eram sorvedoiras dos dinheiros públicos».

O que estas «reformas» estão provocando da parte dos sectores sociais afectados é conhecido; o repúdio da acção e das medidas do Governo generaliza-se mesmo naqueles que lhe são afectos.

Mas o Primeiro-Ministro tem um desprezo olímpico pelas reacções populares e pela perda evidente da popularidade. Foi eleito — diz ele — «para governar de acordo com os interesses do País e não de acordo com a evolução das sondagens... não é pelo facto de se gritar mais alto na praça pública que o Primeiro-Ministro altera o seu comportamento» (!) se um dia fosse corrido «retirar-se-ia com a consciência tranquila: ficava a obra e é isso que lhe interessa».

«Depois de mim o dilúvio» é a máxima que cabe com toda a propriedade a este Primeiro-Ministro português.

Entretanto o celebrado «desafio de 1992», inscrito sem mais nos abundantes e luzidios cartazes de propaganda do Governo, exigem o empenhamento de todas as forças verdadeiramente patrióticas do nosso País na defesa dos interesses nacionais.

O PCP que no Parlamento Europeu se mostrou o partido mais consequente e activo na luta por resultados positivos do processo de integração na CEE, está na linha da frente deste combate patriótico, é o partido que tem procurado contribuir mais activamente para o equacionamento correcto na via dos interesses nacionais de toda a problemática da integração de Portugal na Comunidade Europeia.

O PCP, integrado na CDU, desenvolve um intenso trabalho de esclarecimento e mobilização do povo português contra os aspectos desfavoráveis, decorrentes da política antinacional do Governo, na perspectiva das eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu.

Os 25 pontos do PCP para enfrentar 1992 contidos na Resolução Política aprovada pelo XII Congresso e as intervenções dos deputados do PCP ao Parlamento Europeu e à Assembleia da República, de que temos dado e damos nota neste número do «Avante!» os múltiplos Encontros e reuniões de trabalho no plano nacional sobre a problemática da CEE, são um contributo para o conhecimento objectivo dos problemas da integração, do «desafio de 1992» e de uma política defensora dos interesses nacionais.

Intensificaremos aqui essa contribuição para que no nosso Partido, nos círculos dos nossos amigos e aliados, mais largamente das massas populares se eleve a consciência dessa necessária luta patriótica que a todos os portugueses se coloca.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora, Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa, Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Semana

Avante!

Ano 59 — Série VII

N.º 793

9 de Março de 1989

2.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Um Partido jovem lançado no trabalho e na iniciativa

No 68.º aniversário, um sopro vigoroso de actividade em defesa dos interesses nacionais

• **Assembleias das organizações em várias regiões**

O 68.º aniversário do PCP foi (e vai continuar a ser) assinalado em todo o País. No passado fim-de-semana as comemorações atingiram um elevado número de realizações, quer de âmbito político e organizativo — caso das Assembleias a que nos referimos mais adiante neste caderno —, quer de convívio, reunindo comunistas e muitos outros democratas que valorizam e compreendem o papel determinante do PCP na sociedade portuguesa e na vida democrática do País.

No Minho, em Trás-os-Montes e no Alto Douro, no Porto (onde também teve lugar a Assembleia da ORP), nas Beiras, no distrito de Leiria (onde decorreu um animado convívio na Marinha Grande), nas regiões de Lisboa e Setúbal, em Santarém (onde o ORSA realizou a sua Assembleia), no Alentejo, no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o 68.º aniversário foi motivo de festa e de alegria, de confraternização e de amiza-

de, e também de trabalho intenso, de debate e de reflexão em torno das grandes tarefas que os comunistas enfrentam neste ano de 1989, com destaque para as eleições de Junho (Parlamento Europeu) e de Dezembro (autarquias).

Março de 1989, mês do 68.º aniversário do PCP, é também para os comunistas mês de acção em defesa dos direitos dos trabalhadores, em defesa da legalidade e da Constituição, contra a política destruidora do Governo Cavaco, pela unidade dos democratas, pelo reforço e dinamização do Partido e do trabalho das organizações, levando à prática o que foi aprovado no XII Congresso.

Março de 89, mês do 68.º aniversário, é mês de acção e de desenvolvimento da actividade apontada às responsabilidades que os comunistas vão enfrentar brevemente no quadro da CDU, e que exigem, uma vez mais, firme empenhamento, planificação e entusiasmo.



Braga



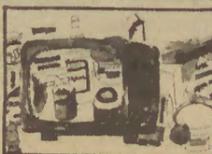
Santarém



Porto

A Televisão no Ocidente e as Suas Doutrinas

N. S. Birlukov



Falar de televisão exige, nos dias que vivemos, um conhecimento razoável de alguns aspectos da revolução técnico-científica...

edições
Avante!



Os ossos

Quando as estatísticas revelam que os portugueses consomem por ano tantos quilos de bife, degustam mais um tanto de marisco e regam tudo isto com tonéis de vinho por ano, as reacções dividem-se.

De um lado, uns quantos miram o umbigo e sorriem de satisfação consigo próprios, que bem que se vive em Portugal, que seria deste país sem nós.

Do outro lado, muitos, o espanto não perde tempo a dar lugar à indignação. Alguém anda a comer os meus bifos, a beber o meu vinho, a abotoar-se com as minhas lagostas!

O que é só um exemplo, claro, que para além das vulgares sopas de grão, feijão, pão e batatas, massas e arroz, sem esquecer o popularíssimo frango e respectivos miúdos, mais o peixinho congelado e as gorduras de porco e os ossos de vaca, não para o cão mas para a sopa, exemplos de espécies não faltam para acrescentar à lista do que cada vez mais falta à mesa dos portugueses. Mas as estatísticas são mesmo assim. Soma-se tudo, contam-se as cabeças e já está: olha que rendimento *per capita* tão bom que o país tem.

O pior... o pior é a realidade que não se compadece com tanta abstracção matemática. Daí que quem engane a fome com um prato de sopa ou um naco de pão, não tenha memória de arrotar a *filéminhon*, quanto mais de alguma vez ter encontrado esse tal *per capita*, que se calhar nem se come.

São esses os pobres portugueses, ou melhor dizendo os portugueses pobres, o que pode não ser precisamente a mesma coisa.

Os pobres dos bairros degradados, do desemprego, da fome, do insucesso escolar, do analfabetismo.

Os pobres que todas as eleições são considerados extintos ou em vias disso, pelas artes mágicas dos políticos, e que nos intervalos não perdem o direito à pobreza mas recuperam o direito à existência. Como pobres, naturalmente. Deles se voltou a falar esta semana, por obra e graça de um estudo editado pelo Centro de Reflexão Cristã e pela Cáritas Portuguesa, sobre a «Pobreza Urbana em Portugal». Um estudo realizado, vale a pena lembrar, por uma equipa que já em 1985 editou um livro subordinado ao tema «A Pobreza em Portugal».

Então como agora, a revelação pública de uma realidade que as autoridades governantes preferem ignorar não pode deixar de chocar a opinião pública.

Porque, como foi dito na apresentação do referido livro não há nada que justifique um tão elevado número de pobres e uma tal intensidade de pobreza em Portugal.

E no entanto ela existe.

Gritante. Paredes meias com os carros de luxo, com os andares de luxo, com os hotéis de luxo, com todos os luxos que se alimentam e crescem à custa da miséria e da pobreza dos portugueses. Se não há razões para a pobreza, e ela existe, isso significa tão-somente que a distribuição da riqueza não é justa nem equitativa. Significa que uns comem a carne e outros roem os ossos. Significa, enfim, que alguém, tem a responsabilidade da pobreza em Portugal. Não será certamente necessário andar por aí de lanterna a procurar pelos cantos.

À mesa do orçamento, com a ilegitimidade de quem viciou os dados do jogo para ganhar, sentam-se os que repartem o bolo.

Esperar que morram de enfarte ou caíam da cadeira não parece assisado quando tantos arriscam a morrer de fome.

Mas é sempre possível estragar a melhor digestão e abalar o mais profundo dos sonos, que os nossos governantes tanto prezam.

Como se sabe, o que por aí não faltam são ossos bem duros de roer.

Batalhas e desafios deste ano exigem acção dinamizadora

O ano de 1989 tem pela frente importantes batalhas e desafios políticos que exigem dos comunistas do Porto uma permanente mobilização, uma acção interventiva, dinamizadora e combativa — assim sintetiza o documento conclusivo aprovado no decorrer da 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional do Porto (ORP) do PCP, realizada no passado domingo naquela cidade, a razão de ser da própria iniciativa: dar resposta adequada a um conjunto novo de problemas, resultado da evolução da situação política, económica e social; empenhar activamente o Partido na concretização das importantes resoluções do XII Congresso; corresponder à necessidade sentida de renovar a Direcção da Organização Regional do Partido (DORP).

Cerca de 500 delegados eleitos nas 110 assembleias plenárias que prepararam a reunião máxima dos comunistas da região do Porto, abordaram, em diversas intervenções, as várias questões em debate, em particular as tarefas a curto prazo que se colocam no ano corrente.

A abrir a Assembleia tomou a palavra o camarada **Edgar Correia**, membro da C. Política (ver na pág. 4 um breve extracto).

Do primeiro ponto da ordem de trabalhos, os próximos actos eleitorais mereceram, naturalmente, especial atenção.

O camarada **Viriato Pina Moura**, membro suplente do CC e do executivo da DORP, clarificou, a propósito das eleições para o Parlamento Europeu, que «para nós as próximas eleições não são um referendo acerca da opinião dos portugueses sobre a CEE». Ou seja, que nós nos apresentamos nas próximas eleições para o PE «como a força que não recebe a coerente articulação das suas posições e propostas relativamente à integração de Portugal na CEE e ao Mercado Único, com as propostas que faz na actualidade em Portugal e com a perspectiva da construção em Portugal de uma democracia avançada».

Da intervenção do camarada **Viriato Pina Moura** pareceu ficar claro para a Assembleia que a intervenção eleitoral dos comunistas do Porto

nas eleições para o PE incorporará também «posições, ideias e propostas relativas aos mais relevantes problemas sociais, económicos e políticos».

A intervenção sobre as eleições autárquicas esteve a cargo da camarada **Helena Medina**, membro do CC e do secretariado e executivo da DORP, que salientou o importante trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU nas Juntas e Assembleias de Freguesia, nas Câmaras e Assembleias Municipais, em situação de maioria ou minoria. Mas, como a camarada afirmou, «este trabalho e esta realidade não se traduzem espontaneamente em votos» por isso chegou a altura de «avancarmos com os preparativos eleitorais que se traduzem numa grande multiplicidade de tarefas com pesos e dificuldades distintos conforme os concelhos e as freguesias». No que diz respeito ao distrito do Porto, a camarada **Helena Medina** considerou existirem condições objectivas «para termos bons resultados, para mantermos as actuais freguesias CDU e aumentarmos o número de freguesias CDU, para elegermos mais vereadores e para elegermos mais membros da CDU nas Assembleias Municipais e nas Assembleias de Freguesia».

Mas nem só os actos eleitorais dominaram as atenções do primeiro ponto da ordem de trabalhos. Outras im-

portantes tarefas se colocam aos comunistas. Uma delas é a defesa da Constituição. Abordada em várias intervenções, a do camarada **Avelino Gonçalves** versou essencialmente esta questão. Apesar do aceleramento do processo de revisão, como muito claramente afirmou este camarada, membro suplente do CC e membro da DORP, «a revisão ainda não está feita». Por isso «é preciso continuar a denunciar os objectivos do Governo Cavaço Silva. É preciso reforçar o esclarecimento sobre as posições de cedência do PS. É preciso insistir que a revisão não é uma questão só da Assembleia da República ou das direcções dos partidos».

Desenvolver a luta

Em suma, é preciso mobilizar democratas das mais diversas sensibilidades para a defesa activa da Constituição de Abril. **Avelino Gonçalves** referiu-se ainda ao *Forum* promovido pelo Movimento de Defesa da Constituição, no próximo dia 11, de que o «Avante!» faz notícia noutra local, e que «merece o nosso apoio e participação». A associação da luta de massas, da luta institucional e da luta eleitoral é o caminho para travar a tentativa da direita de subverter e liquidar o regime democrático nascido do 25 de Abril. O primeiro destes factores, a luta de massas foi também, como é óbvio, objecto de intervenções.

Manuel Almeida, camarada membro suplente do CC e membro da DORP, dirigente sindical, sublinhou a importância da luta do movimento operário e dos trabalhadores e das dimensões que atinge, também no distrito do Porto. A luta contra o pacote laboral, a manifestação de 28 de Janeiro e a participação na Jornada de 24 de Fevereiro, a luta pela contratação, contra o encerramento de empresas têm envolvido no distrito milhares de trabalhadores. Mas «é preciso desenvolver a luta, participar activamente no 25 de Abril, organizar como grande jornada de luta o 1.º de Maio».

Intervieram também na 1.ª sessão os camaradas **Manuel Gouveia**, membro suplente do CC e da DORP, sobre o reforço orgânico do Partido, **Oliveira Dias**, membro suplente do CC, sobre problemas do desenvolvimento regional, e **António Filipe**, sobre o trabalho de fundos.

Ainda na primeira parte dos trabalhos foram votadas diversas moções, a propósito do 8 de Março, da Revisão Constitucional, do 15.º aniversário do 25 de Abril. A 2.ª Assembleia da ORP (extraordinária) dirigiu também uma saudação «aos trabalhadores do distrito, aos inúmeros amigos e simpatizantes, ao nosso grande e fraterno colectivo» por ocasião da passagem do 68.º aniversário do PCP.

A Assembleia da ORP decorreu na Faculdade de Economia no último domingo



Diversificar sectores — quer profissionais, quer de base concelhia — e integrar um maior número de camaradas que intervêm nas principais frentes do trabalho de massas era também um critério que se quis ter em conta — o novo organismo tem um peso significativo de camaradas ligados à vida e à luta política, social e cultural da região do Porto e, particularmente, às organizações e movimentos de massas que lhe dão expressão. Diminuiu de dois terços para um terço a relação de funcionários do Partido que integram a Direcção Regional.

Reforçar a participação de quadros mulheres foi um objectivo que não se conseguiu preencher integralmente — a DORP agora eleita tem mais mulheres, mas diminuiu a sua percentagem.

Uma ampla auscultação individual e dos principais organismos precedeu a elaboração da proposta de composição de nova Direcção Regional do Porto. A diversidade de opiniões e o empenho muito positivo posto na sua discussão prévia e, depois, na própria Assembleia, traduziu a complexidade das escolhas e decisões.

A nova DORP agora eleita, com a profunda e ao mesmo tempo valiosa renovação que representa, tem muito melhores condições para responder às exigências das batalhas que se aproximam e até à realização da 3.ª Assembleia da ORP, prevista para 1990.

Uma nova DORP

A necessidade sentida da renovação da Direcção da Organização Regional do Porto, em ligação com as novas orientações, exigências e desafios que o XII Congresso colocou ao trabalho do Partido foi um dos motivos fortes para a realização da 2.ª Assembleia da ORP. De facto, foi uma nova DORP, uma DORP profundamente renovada, que os delegados elegeram já quase no final dos trabalhos da Assembleia, após duas horas de discussão muito franca em volta da proposta apresentada por **Emídio Ribeiro**, do CC, um nome da DORP cessante, que viria a ser aprovada por maioria, com quinze abstenções e três votos contra.

A nova DORP é constituída por noventa camaradas, dos quais quarenta e seis não integravam o anterior organismo que era composto por sessenta — saíram, portanto, 25%. Saída que não significa, como foi referido na Assembleia, pôr em causa o «imenso valor» desses camaradas. Saída, apenas, pela necessidade de renovar e inovar, de criar melhores condições para o desenvolvimento das tarefas presentes.

Assegurar a maioria operária era um dos critérios — a DORP eleita tem 50% de operários, 21% de empregados e 29% de quadros técnicos e intelectuais.

Rejuvenescer era outro objectivo — baixou a média de idades para 40 anos, há mais camaradas até aos 30 anos, dos quais cinco estão ligados ao movimento juvenil.

PCP

SANTARÉM

Um colectivo distrital preparado para as eleições

«Nas eleições para o Parlamento Europeu a eleição de deputados comunistas, no quadro da CDU, será a melhor garantia de que os interesses do País e da região serão empenhadamente defendidos. O trabalho já desenvolvido pelos deputados comunistas no PE testemunha esta afirmação. Os deputados do PCP no PE são a voz dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos comerciantes e industriais, dos jovens, das autarquias, de todos os que esperam fundos, apoios e políticas que os favoreçam e rejeitam o arbítrio, o compadrio e a corrupção na sua distribuição.»

As palavras são de Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do Partido, e foram proferidas na manhã

do último domingo, no período inicial da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP, realizada na Casa do Campino com a participação de cerca de três centenas de delegados, eleitos em dezenas de reuniões preparatórias.

O debate e votação da resolução política, a análise e a definição de direcções de trabalho para a acção do Partido nas próximas batalhas eleitorais e, finalmente, a eleição da nova Direcção Regional (DORSA) constituíram a ordem de trabalhos da Assembleia, que viria a encerrar com uma intervenção de Luís Sá, membro do Executivo da Comissão Política do PCP (na pág. 4 inserimos breves passagens).

Evidenciando um profundo conhecimento da realidade regional, em todas as suas componentes, a Assembleia registou um significativo conjunto de intervenções, tanto em «representação» dos vários concelhos e frentes de trabalho, como por iniciativa pessoal de alguns dos delegados.

Dois documentos centrais reúnem a apreciação das questões e as orientações assumidas pelos comunistas da ORSA: a resolução política (propostas do PCP para o distrito de Santarém), que viria a ser enriquecida na própria Assembleia pelos delegados, e o relatório da DORSA.

O fortalecimento do Partido, questões de organização, frentes de trabalho e das mulheres, o desenvolvimento

económico e cultural, a defesa do património, os recursos naturais do distrito, os temas da regionalização, a preparação dos militantes e activistas para as batalhas eleitorais que se aproximam, foram assuntos abordados em profundidade no decorrer da Assembleia, que ao fim da manhã aplaudiria a intervenção do economista Sérgio Ribeiro sobre a realidade distrital, trabalho a que nos referiremos pormenorizadamente na próxima edição do «Avante!».

Também por unanimidade a Assembleia aprovou a constituição da nova Direcção Regional, constituída por 19 operários industriais, 3 operários agrícolas, 14 empregados, 11 técnicos e intelectuais, um agricultor e 3 pequenos comerciantes e industriais. A nova DORSA integra 6 mulheres. A média de idade não chega aos 40 anos.

A propósito de entendimento democrático

No seguimento das conclusões do XII Congresso o Partido no distrito concorrerá em todos os concelhos e freguesias no quadro da CDU. Nos municípios em que a direita detém a presidência, e que as forças democráticas são maioritárias — salvaguardando as posições do PCP e da CDU — procurámos aprofundar a possibilidade de acordos com o PS e com o PRD, que permitissem substituir a gestão de direita por uma gestão democrática.

Nesta direcção a Comissão Concelhia de Torres Novas do nosso Partido fez uma proposta ao PS para que se constituísse uma aliança interpartidária para afastar o PSD da Câmara Municipal. Até ao momento não obtivemos resposta...

Mas já é sabido que os dirigentes nacionais e distritais do PS não estão por acordos e alianças com o PCP para derrotar o PSD. Verificamos que estão mais a favor de acordos com o PSD e com a direita para afastar e isolar os comunistas das autarquias.

Isto é um facto. daqui perguntamos aos socialistas (e não são poucos) que desejam a unidade, a acção comum dos democratas, particularmente entre socialistas e comunistas, como é possível o PS ser alternativa ao PSD e à sua política, se na prática e na sua acção e na sua política está com o PSD?

Se a unidade do PCP com o PS não se concretiza, a razão fundamental não pode ser iludida: é que o PS tem-se aliado e continua a aliar-se à direita, como bem testemunha o acordo para a revisão da Constituição.

(Da intervenção de Raimundo Cabral, membro da C. Política do PCP, no início da Assembleia da ORSA).

Comunidade do Secretariado do Comité Central sobre a saúde e o regresso ao País do Secretário-Geral do PCP Álvaro Cunhal

O Secretariado do Comité Central do PCP informa que, na sequência de aprofundados exames médicos realizados na URSS, onde ainda se encontra, o camarada Álvaro Cunhal foi operado com pleno êxito a um aneurisma da aorta abdominal, encontra-se em franca convalescença e regressa brevemente ao País para retomar plenamente as suas funções e responsabilidades no Partido.

Álvaro Cunhal não participará ainda na reunião do Comité Central do dia 14 mês corrente, mas está previsto que participe no comício comemorativo do aniversário do Partido que se realiza no dia 18 em Lisboa.

Lisboa, 3 de Março de 1989

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

O peso da agricultura

O distrito continua a ser predominantemente agrícola — sublinhou a Assembleia da ORSA. De facto, a agricultura é o motor principal de desenvolvimento da região. A sua contribuição para o V.A.B. (*) do sector primário (agricultura, pecuária, caça e sicultura) do continente é de cerca de 10% no plano nacional. Os dados demonstram que o V.A.B. do sector agrícola a

nível distrital passou de 26,8 (1981) para 18,4 (1985).

Na agricultura labuta mais de um terço do emprego total (mais de 80% não renumerao). Embora o sector «primário» mantenha a maior percentagem de emprego, verifica-se a uma tendência crescente da população activa. Isto não corresponde à melhoria das técnicas e da produtividade ou ao reforço

do associativismo. É o resultado de abandono e fuga das camadas jovens da agricultura e da contínua ofensiva contra a Reforma Agrária (nestes últimos quatro anos foram retirados às Cooperativas 20 mil ha. de terra, destruídas 15 UCP's/Cooperativas e 1000 postos de trabalho).

(*) Valor Acrescentado Bruto

SINTRA O trabalho autárquico em destaque

O reforço da organização do Partido e da sua ligação às massas, definindo como prioridades o trabalho nas localidades, nas empresas e com a juventude, e a intervenção dos comunistas nos próximos actos eleitorais foram temas do debate aprofundado ocorrido na 2.ª Assembleia da organização concelhia de Sintra do PCP, reunida no passado sábado, dia 4, nos Bombeiros Voluntários de Queluz.

Participaram nos trabalhos mais de 300 camaradas e amigos. No seu conjunto, encontravam-se na sala cerca de duas centenas de delegados, oriundos das diversas freguesias e frentes de actividade do Partido.

No decurso do debate — amplo e franco — registaram-se mais de 50 intervenções, que sublinharam a profunda ligação dos comunistas à realidade, aos problemas e aspirações deste concelho da Grande Lisboa.

Nota saliente do debate vai também para a confirmação do apoio da organização do Partido aos objectivos da CDU neste ano de 1989: conquista da presidência da CM de Sintra, mantendo a actual equipa de vereadores CDU na próxima candidatura em Dezembro, tendo à cabeça o camarada Lino Paulo; manutenção da CDU em

maioria nas 6 freguesias, reforçando a sua votação; melhoria dos resultados eleitorais na votação para a Assembleia Municipal; reforço da votação nas outras 8 freguesias onde a Coligação Democrática Unitária está em minoria, procurando vencer em mais uma ou duas.

A análise do trabalho autárquico esteve presente na maioria das intervenções dos delegados, facto que demonstra a profunda consciência do colectivo concelhio do Partido e as grandes responsabilidades criadas junto das populações, através do exercício do Poder Local democrático. No conjunto das prioridades de intervenção do Partido, afigura-se como justa a especial preocupação com o trabalho autárquico. Lino Paulo salientaria na tribuna a acção dos pelouros CDU na CMS.

A necessidade de dinamizar uma forte intervenção da CDU na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, considerando que as eleições de 18 de Junho não são um referendo sobre a CEE mas a necessidade de eleger deputados que defendam os interesses nacionais, foi igualmente abordada na Assembleia da organização concelhia de Sintra.

Por unanimidade, os delegados aprovaram o relatório de actividade do Partido e «a carta reivindicativa dos comunistas do concelho de Sintra às administrações central e local para a melhoria das condições de vida na área do Município», documento este que sintetiza um valioso trabalho de investigação e estudo e de ligação aos problemas e às populações de Sintra, a que nos referiremos com todo o pormenor na próxima semana.

A reunião de Queluz, que chamou a atenção para as dificuldades do Partido no tocante às células de empresa, elegeu a nova Comissão Concelhia, constituída por 37 membros, dos quais 14 ali participam pela primeira vez. «Eu sou uma simples

Pioneira que no dia 4 de Março de 1989, nos Bombeiros de Queluz, sobe ao palco para saudar todos os homens e mulheres que lutam. Que lutam pela paz, pela alimentação, pelos cuidados médicos, por um melhor salário, por uma força estável, que lutam pe-

los nossos direitos». Esta saudação, lida serena e alegremente pela Rita, em nome dos Pioneiros, foi o remate adequado para coroar esta 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra do PCP.

Iria seguir-se o comício de encerramento com o camara-

da José Casanova. Antes, porém, foi ainda tempo para uma manifestação fraternal de amizade para com o camarada que nesse mesmo dia assinalava o seu aniversário. Na pág. 4 o leitor encontra um extracto da intervenção do dirigente comunista.



Sintra: os comunistas reuniram a sua 2.ª Assembleia e definiram direcções e prioridades de trabalho

PCP

Acção, esclarecimento e debate político

Comemorando o 68.º aniversário do Partido, numerosas iniciativas de âmbito local, concelhio e regional reuniram um pouco por todo o País milhares de militantes comunistas, e também amigos e simpatizantes do PCP, para além de outros democratas e antifascistas.

O convívio e amizade, em ambiente de grande confiança no futuro, marcaram as iniciativas do passado fim-de-semana, nas quais vários dirigentes nacionais do PCP fizeram intervenções alusivas à actual situação política e social, destacando, naturalmente, as tarefas e responsabilidades dos comunistas nas difíceis batalhas eleitorais deste ano de 1989.

A título de exemplo, apresentamos nesta página curtas passagens das intervenções proferidas por **Edgar Correia**, **Luis Sá** e **José Casanova**, membros da Comissão Política do Partido, nas sessões públicas de encerramento das Assembleias do Partido efectuadas, respectivamente, no **Porto**, **Santarém** e **Sintra**.

E já que se fala de Assembleias, é de sublinhar uma vez

mais a intensa actividade do Partido também nessa matéria. O reforço da organização, a sensibilização das organizações para as batalhas eleitorais, a eleição de novos organismos dirigentes e a dinamização de todo o trabalho, indo ao encontro das orientações definidas pelo XII Congresso, surgem como notas marcantes do esforço que acompanha a preparação e realização de inúmeras assembleias do Partido, aos mais variados níveis — regionais, distritais, concelhias, de freguesia, de célula, de sector, etc.

No próximo fim-de-semana terá lugar em Alcântara a 2.ª Assembleia da organização local de **Lisboa** (OLL), subordinada ao lema «**com o PCP, os trabalhadores e o povo, Lisboa cidade futuro**». No domingo, ao fim da tarde, intervirá na sessão de encerramento, o camarada **José Casanova**, membro da C. Política.

Entretanto, nos distritos de **Braga**, **Portalegre** e **Setúbal** avançam os trabalhos preparatórios das próximas Assembleias do PCP, marcadas, respectivamente, para os dias 2, 8 e 15 de Abril. Nesse mês, mas a 24, terá lugar a 1.ª Assembleia da organização das freguesias Norte do concelho de Coimbra.

Célula da «Sarotos»

Realizou-se no passado sábado, em Braga, a 3.ª Assembleia da célula da Sarotos do PCP, empresa do sector metalúrgico, que teve lugar no salão polivalente da Escola Preparatória André Soares.

O relatório apresentado pelo secretariado da célula à discussão vinca as tradições de luta dos operários da empresa, de que os comunistas de hoje se sentem orgulhosos seguidores. A combatividade dos comunistas da «Sarotos», a sua influência e prestígio, não só dentro da empresa mas no movimento operário do distrito, ficou bem patente, quer na confiança e consciência que deram tom aos trabalhos, mas ainda nos numerosos convidados presentes.

António Lopes, da Comissão Política do CC, presente entre os convidados, sublinhou a importância desta organização na luta operária e no sector dos metalúrgicos do distrito. Outro convidado que usaria da palavra, o camarada Jerónimo de Sousa, falou do momento actual, condenando a política de Cavaco Silva e salientando a contradição entre as palavras e a prática política do PS.

Luis Sá em Santarém

A situação do País e a grande questão que se coloca



(...) A 2.ª Assembleia da ORSA é uma eloquente e expressiva demonstração de uma rica e intensa vida interna. Mas mostra também um partido voltado para a luta, conhecedor

profundo dos problemas dos trabalhadores, da região e das suas populações e capaz de apresentar propostas concretas para os resolver.

A assembleia coincide com mais um aniversário do Partido, o 68.º. Justifica-se perguntar, por isso, o que leva a que seja neste Partido, ou por este Partido, que tantas pessoas deram a vida, passaram anos na prisão, sacrificaram ou sacrificam com alegria e confiança, recursos, tempos livres, convívio com a família e amigos? Ou ainda porque razão foi o PCP o único Partido que resistiu a 48 anos de ditadura, sempre confiante em que chegaria a manhã libertadora, o dia em que o povo seria quem mais ordena, de que fala a canção? A resposta podemos encontrá-la nas raízes de classe do Partido, no seu projecto de sociedade, na sua proposta e orientação revolucionária (...).

No futuro, o PCP manter-se-á atento a tudo o que é vivo e é novo. Mas a melhor forma de o estar, será manter bem viva a orientação revolucionária, o recurso criador ao marxismo-leninismo, o espírito de classe, a revolta perante tudo o que é injusto, a crença na luta pela democracia avançada no limiar do século XXI e pelo socialismo (...).

Cinco tarefas essenciais

Temos grandes tarefas em 1989.

Quero destacar cinco que, no plano nacional, têm uma importância fundamental.

1.ª — A luta contra o Governo PSD.

Avançámos já muito. Há um ano e meio, a seguir ao 19 de Julho, vários «analistas» falavam da «mexicanização» do regime, isto é, da eternização do PSD no poder. Hoje de todo o lado se ouve pedir a demissão do respectivo ministro: os trabalhadores estão em conflito com o ministro do Trabalho por causa do pacote laboral, dos tectos salariais e de tantas outras questões; os médicos e profissionais da saúde estão em choque com a ministra; os estudantes e professores com o ministro da Educação; as autarquias com o ministro do Plano e Administração do Território; ninguém acredita na meta de inflação que o ministro das Finanças proclama e num desafio desportivo, segundo um semanário, o público chamou «cadilhe» ao árbitro: Cadilhe tornou-se, na voz popular, sinónimo de pouca correcção de processos...

A grande questão que se coloca não é demitir tal ou tal ministro, mas construir uma alternativa global. Neste aspecto, não faz sentido o PS falar contra o «Estado-laranja» ou dizer que «o PSD está a ocupar o País» («O Jornal», 3/3/89, entrevista com Jorge Sampaio) e fazer da guerra contra o PCP e o resto da esquerda um objectivo essencial, ao mesmo tempo que se entende com a direita na revisão constitucional, para as eleições autárquicas e em tantos outros domínios;

2.ª — A luta pela defesa da Constituição de Abril (...).

3.ª — As eleições para o Parlamento Europeu (...).

4.ª — As eleições autárquicas (...).

5.ª — O reforço do PCP (...).

■ Da intervenção de encerramento da 2.ª Assembleia da organização regional de Santarém do PCP; domingo, dia 5, na Casa do Campino, em Santarém.

José Casanova em Queluz

O que dizem e escrevem sobre o PCP...



(...) Esta Assembleia insere-se na intensa actividade que o PCP vem a desenvolver após o XII Congresso. Dela sairemos em melhores condições para reforçar o Partido no concelho, para intensificar a luta contra a política

de direita do Governo PSD e para cumprir com êxito as tarefas eleitorais deste ano de 1989: em **Junho**, contribuir para um bom resultado nacional nas eleições para o Parlamento Europeu; em **Dezembro**, ganhar as autárquicas no concelho, elegendo para presidente da Câmara Municipal de Sintra o camarada **Lino Paulo**.

(...) Se um jornalista, ou qualquer outro cidadão, a partir das posições reais do PCP, expressa opiniões contrárias às nossas e nos combate, não temos nada a dizer a não ser ouvir o que ele diz, considerar as suas opiniões e responder a partir dessa consideração. O que não se compreende é que se critique o PCP não a partir da sua realidade, das suas posições concretas, mas a partir de situações inventadas pela imaginação, aliás uma imaginação regra geral reveladora de total ausência de originalidade.

(...) Há quem escreva que o PCP está «totalmente paralisado». Quem o faz é, no mínimo, ceguinho. Basta ter em conta as centenas de iniciativas levadas a cabo pelo Partido nas últimas semanas para se poder concluir, com verdade, que a actividade do PCP é maior do que a actividade somada de todas as restantes forças políticas nacionais.

(...) Há quem diga que o PCP vive dominado por uma «paralisia agitante». No caso vertente, não se trata de cegueira; o mal será outro e, porventura, mais complexo. A quem produz tais «tontarias» sugiro a leitura dos materiais discutidos e aprovados nos seminá-

rios, debates e assembleias das organizações — onde milhares de militantes do Partido procedem ao estudo aprofundado das realidades e, serenamente (com a serenidade própria de quem sabe o que diz), elaboram as propostas do Partido ou da CDU para múltiplas áreas da vida nacional.

(...) Há quem diga e escreva que o PCP vive em total «desnorte», como se fosse uma «barca sem rumo». Dando de barato a «originalidade» da imagem utilizada, é bom, contudo, alertar o seu autor quanto ao alto grau de inquinação das fontes em que usa beber; e lembrar-lhe que um Partido com a quantidade e a qualidade da actividade acima referida, não só não corre o mínimo risco de perder o rumo, como, pelo contrário, se fortalece permanentemente e permanentemente aumenta a sua capacidade de intervenção.

O PS e a esquerda

(...) Dizem e escrevem ainda que o PCP está apavorado com aquilo que consideram a nova postura de esquerda do PS. Ora bem, a verdade é que teríamos grande prazer em ter oportunidade de elogiar uma postura de esquerda do PS, isto se o PS assumisse tal postura... Mas a realidade é bem diferente; o PS não só recusa uma prática de esquerda como se aproxima cada vez mais, em questões essenciais, das posições do PSD. Exemplos disso são o acordo PS/PSD para a desfiguração do texto constitucional e a recusa do PS em se aliar com a esquerda para derrotar a direita nas eleições autárquicas. Mais do que isso: o PS, ao mesmo tempo que rejeita aliança à esquerda contra a direita, anuncia aliança com o PSD contra a esquerda, contra a CDU (...)

■ Da intervenção de encerramento da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra do PCP; sábado, dia 4, Queluz

Edgar Correia no Porto

A CEE, a acção dos comunistas e as eleições para o PE em Junho



(...) Olhando para a integração de Portugal na CEE, nós vemos as condições inevitáveis — que já aí estão sob múltiplas formas a baterem-nos à porta — entre os interesses

do grande capital dos países mais desenvolvidos e das transnacionais, e os interesses nacionais portugueses.

Nós vemos que é inevitável e necessária a luta de Portugal e dos portugueses em sua defesa.

É inevitável e necessária a luta contra a política da subserviência e de capitulação nacional do Governo do PSD (nos aspectos essenciais apoiada pelo PS) e que é também necessária a luta no seio das instituições da CEE.

E que é inevitável e necessária a solidariedade da classe trabalhadora e de outras for-

ças progressistas dos países da CEE e a sua luta contra o inimigo comum.

O sentido essencial da política dos comunistas face à integração de Portugal na CEE, é o de lutar no quadro dessa nova realidade para minorar as consequências negativas e os graves condicionamentos externos a decisões nacionais independentes e tirar o máximo benefício nacional e social do processo de integração.

Especificamente em relação ao «Acto único», contra o qual o PCP votou e que representou um passo qualitativamente novo no processo de integração capitalista europeia, e à sua vertente económica — o Mercado interno único previsto para 1992 — há uma grande batalha política a realizar. Batalha de esclarecimento por um lado, mas também de defesa de uma firme política da parte de Portugal tanto nas suas relações com a CEE e na sua intervenção nas instituições comunitárias, como na própria política interna de pre-

paração do País para o embate do mercado comunitário.

Dentro de três meses e meio vão realizar-se eleições para o Parlamento Europeu, que pela primeira vez terão lugar em simultâneo em todos os países da CEE.

É necessário que todo o Partido — organizações e militantes — compreendam a importância deste acto eleitoral, quer do ponto de vista da eleição de deputados que sejam no PE firmes defensores dos interesses dos trabalhadores, do povo e de Portugal, quer das incidências dos resultados na vida política nacional.

O PCP concorre às eleições para o PE integrado na CDU, e o Comité Central já estabeleceu os objectivos eleitorais e as orientações políticas para esta campanha.

Um bom exemplo

A intervenção dos actuais eurodeputados

do PCP tem constituído um bom exemplo da postura nacional e combativa que os comunistas consideram indispensável nas instituições da CEE — uma postura de defesa dos interesses sociais e nacionais ameaçados, sem subserviências, e sem outros compromissos que não sejam com o povo português que representam.

Agora, é chegada a altura de todas as organizações e militantes se empenharem activamente na campanha de esclarecimento eleitoral e na mobilização do eleitorado para o voto na CDU.

A participação de delegados de todos os concelhos no Encontro Nacional das Comissões Coordenadoras da CDU marcado para o próximo dia 19 em Loures, é uma primeira tarefa imediata que importa levar a cabo (...)

■ Da intervenção de encerramento da 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional do Porto do PCP; Fac. de Economia do Porto, domingo, 5 de Março.

PCP

Conselho das Comunidades Portuguesas vai desaparecer

Os emigrantes também não escapam à política negativa do Governo

As recentes declarações do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus, confirmam as reais intenções do Governo do PSD em matéria de emigração, que a Comissão para o Trabalho entre a Emigração (CPTTE) do PCP caracteriza como política de abandono, de falta de diálogo e de desrespeito pelas estruturas representativas dos emigrantes.

Com efeito, na reunião da subcomissão de Emigração da Assembleia da República, Correia de Jesus declarou perante os deputados presentes que o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) vai desaparecer e afirmou já possuir em alternativa um projecto para uma nova estrutura que no seu entender será mais representativa...

De facto, já há algum tempo se desenhava a perspectiva de o actual Governo acabar de vez com o CCP. Depois de sucessivamente adiar a sua reestruturação e de nunca ter aceite as propostas nesse sentido apresentadas pelos conselheiros que visavam aprofundar a representatividade e melhorar o seu funcionamento enquanto órgão consultivo para a política de emigração, o Governo do PSD resolve agora destruir uma estrutura cuja tutela afi-

nal de contas sempre lhe pertenceu.

A última reunião mundial do CCP, realizada em Albufeira em Novembro de 1987, ficou marcada pelo clima de ampla unidade, nunca até então registada entre os conselheiros que denunciaram em particular o facto de passados 6 anos desde a primeira reunião não terem sido implementadas as centenas de recomendações aprovadas.

Agora, em resposta, o Governo desrespeita a legalida-

de democrática não convocando, para o ano de 1988, as **Reuniões Regionais** a que por força de lei é obrigado e cria sistematicamente entraves ao funcionamento dos Conselhos dos diversos países.

A CPTTE do PCP denuncia um tal comportamento demonstrativo do cariz autoritário que norteia a política deste Governo.

Face às intenções manifestadas, aquele organismo do PCP reafirma a necessidade da existência de um órgão de consulta para a política de emigração, representativo dos emigrantes. Para tal cabe ao Governo do PSD respeitar a vontade dos emigrantes, a autonomia do CCP e dos Conselhos de país e de dar seguimento eficaz às recomendações aprovadas.

Menos apoio

Na mesma reunião da subcomissão da Assembleia da República, Correia de Jesus declarou também que pretende diminuir para metade as despesas com os ser-

viços de apoio à emigração no estrangeiro. Questionado pelo deputado comunista, António Mota, se tal redução de verbas implica diminuição de pessoal, Correia de Jesus confirmou que sim.

Num momento em que se intensifica a exploração dos nossos compatriotas inclusive nos países da CEE, que o desemprego e o emprego precário atingem um cada vez maior número de emigrantes portugueses, que se intensifica a ofensiva contra as conquistas sociais dos trabalhadores, que é fomentado o ódio aos estrangeiros, que se regista um crescente aumento de emigração ilegal e de temporários, a CPTTE do PCP considera que o Governo português tem a obrigação de alargar e melhorar o funcionamento das instituições vocacionadas para o apoio e protecção aos emigrantes.

O PCP alerta os emigrantes para as medidas agora anunciadas cuja consequência imediata será a degrada-

ção dos serviços prestados aos emigrantes.

Os comunistas entendem que não é esta a política «coerente e estável» e de «base afectiva e cultural» tão proclamada pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

O passado prova que é possível aos emigrantes dar combate e fazer recuar o Governo em medidas que os prejudicam. Só a vontade de todos, em torno das estruturas representativas, pode travar as intenções do Governo, lesivas dos seus interesses.

Hospital de Covões sem serviço de urgência

A Comissão Distrital de Coimbra do PCP veio a público alertar para as graves consequências do encerramento, entre as 20 e as 8 horas, do serviço de urgências do Hospital dos Covões. Esta decisão governamental teria início já neste mês de Março.

Em vez de pôr fim ao desprezo com que tem encarado aquele estabelecimento hospitalar, de aprovar o seu quadro de pessoal — proposto há vários anos — e de apreciar o esforço meritório que tem sido desenvolvido pelos

seus trabalhadores, o Governo de Cavaco e Beza opta pela solução do desastre, alegando grande poupança de dinheiro, o que não pode demonstrar. Esta medida, sublinha a Distrital do PCP, vai causar graves prejuízos imediatos aos doentes, principalmente os da margem esquerda do Mondego.

A organização do PCP apela aos utentes daquele hospital para que, através de todos os meios legais ao seu alcance, exijam do Governo a revogação imediata da infeliz decisão.

DORAA recebida pelo ministro da República

No passado dia 1, uma delegação da Direcção da Organização do Partido da Região Autónoma dos Açores (DORAA), constituída por José Decq Mota, responsável da DORAA e Manuel Martins, do seu secretariado, foi recebida, em Angra do Heroísmo, pelo sr. ministro da República.

Durante a audiência, concedida a pedido do PCP, a delegação da DORAA informou o representante da soberania sobre as posições do PCP acerca das questões de relacionamento ultimamente surgidas entre os governos da República e Regional e sobre o posicionamento do PCP a propósito das questões da **autonomia** no quadro da revisão constitucional.

A delegação da DORAA defendeu perante o ministro da República ser necessário encontrar mecanismos de defesa dos interesses da economia regional, no novo quadro definido pela integração europeia, tendo a este propósito sustentado que só o diálogo sereno e construtivo entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais pode levar a tal objectivo.

Amadora: alerta sobre a Cometna e Cel-Cat

«O grande êxito da jornada de luta do dia 24 de Fevereiro, contra o pacote laboral e outros objectivos ligados à grave situação social existente, prova o isolamento crescente do Governo Cavaco Silva/PSD e a repulsa dos trabalhadores à sua política», sublinha a Comissão Concelhia da Amadora em nota dirigida aos órgãos de Comunicação Social.

Reunida no passado dia 25, aquela Concelhia do PCP chama a atenção para o conjunto de iniciativas programadas no quadro da preparação das batalhas eleitorais de 89.

Entretanto, em comunicado dirigido aos trabalhadores e à população da Amadora no passado dia 21, a Concelhia do PCP alertava para as consequências da política cavaquista na área do emprego, destacando os exemplos da **Cometna** «em que o Governo e administração tentam impor um despedimento colectivo e encerramento da fábrica da Amadora (bastante importante à economia nacional) e da **Cel-Cat** com a redução drástica de largas centenas de postos de trabalho».

A Concelhia da Amadora decidiu exortar os trabalhadores e a população a prosseguirem e intensificarem a luta, reforçando a sua unidade, contra o pacote laboral, a política de degradação social levada a cabo pelo PSD e o seu Governo.

Os comunistas exigem o desbloqueamento, por parte do Governo, dos projectos e da construção da pas-

sagem inferior e estação da CP - Amadora; dos 320 fogos para o realojamento do bairro de barracas da Falagueira e abertura do crédito à habitação; dos centros de saúde da **Brandoa** e **Damaia**; e o novo Hospital.

A Portucel, a poluição e o desenvolvimento regional

Em nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social, a Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP manifesta aos trabalhadores do **Centro Fabril de Ródão da Portucel/EP**, a sua solidariedade combativa, na luta pela modernização da unidade fabril, com salvaguarda da protecção do meio ambiente.

O ataque que o Governo desenvolve contra o Centro Fabril de Ródão, não decidindo a necessária linha de branqueamento, enquadra-se na política de ataque às empresas públicas, referem os comunistas.

A Distrital do PCP exige do Governo o apoio à modernização do Centro Fabril de Ródão da Portucel/EP, com o adequado equipamento para evitar a poluição, pois não é destruindo o aparelho produtivo que se promove o desenvolvimento do distrito de Castelo Branco.

Seminário em Montemor-o-Novo: o PE e o distrito de Évora

No passado fim-de-semana, cerca de meia centena de quadros do PCP reuniram-se em Montemor-o-Novo, num **Seminário** sobre as eleições para o Parlamento Europeu, no âmbito da preparação da intervenção eleitoral do PCP no quadro da CDU.

Com a presença na mesa, de Bernardina Sebastião, membro da Comissão Política do Comité Central, Vítor Dias, membro do Comité Central, Lino de Carvalho, Eulália Miranda e Fernando Pires, membros suplentes do Comité Central e ainda João Saraiva, Manuel Vicente e José Figueira, da Comissão Distrital do PCP, o Seminário debruçou-se sobre os efeitos para o distrito e para a região da integração comunitária e da construção do Mercado Único à luz da política do Governo do PSD/Cavaco Silva e analisou as principais linhas para a intervenção eleitoral dos comunistas do distrito de Évora na sequência das orientações aprovadas na última reunião do CC do PCP.

O Seminário apurou 5 conclusões principais:

1. Que a CDU é a força que se apresenta ao eleitorado e à população como a mais bem preparada para a próxima participação eleitoral ao Parlamento Europeu e também às autarquias locais.

2. Que a CDU é a força que melhor conhece os problemas do distrito e que apresenta propostas conducentes ao desenvolvimento da região e à melhoria das condições de vida das populações.

3. Que o Governo do PSD/Cavaco Silva não está a preparar a economia do distrito e do Alentejo para o embate de 1992, marginalizando e impedindo o desenvolvimento da região. O Alentejo é a região em toda a CEE que se apresenta com piores indicadores de desenvolvimento, apesar dos esforços do poder local e dos agentes locais e portanto exigindo medidas especiais e projectos que permitam promover o pleno aproveitamento dos seus recursos mas o que se constata é que projectos de interesse para o distrito e para a região continuam parados. É o caso de Alqueva, da metalurgia do cobre e do estanho, da transformação local dos mármore, granitos e da produção agro-florestal como é o caso da cortiça.

Em contrapartida a destruição da Reforma Agrária está a dar lugar à reimplantação de sistemas de agricultura deprimidos típicos do latifúndio e as dificuldades criadas ao poder local e aos agentes sociais e económicos locais está a impedir estes de participarem e contribuírem para o desenvolvimento da região de que é exemplo a forma secreta como tem estado a ser elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional.

Por sua vez os fundos comunitários estão a ser desperdiçados em acções menores, dispersas, sem coerência global ao sabor de compadrios e clientelas, marginalizando pequenas e médias empresas e agricultores. O distrito de Évora, em 1988, só foi contemplado com 3% das verbas do FEDER para todo o País e 1% do PIDDAC do Orçamento do Estado.

O descontentamento geral existente no distrito, manifestou-se ainda recentemente na reunião do Conselho Regional da CCR onde os mais diversos sectores protestaram contra o processo de elaboração do PDR e a marginalização a que têm sido sujeitas as forças autárquicas, sindicais e empresariais do distrito e da região.

4. Que a responsabilidade do Partido Socialista nas alianças que tem com o PSD tanto a nível da revisão constitucional como das autarquias, no processo de destruição da Reforma Agrária e na paralisação de projectos como Alqueva não faz do PS uma alternativa credível e sólida ao PSD.

5. Neste quadro a CDU apresenta-se como a força que melhores condições reúne para através dos deputados eleitos para o Parlamento Europeu defender os interesses da região e apresentar propostas para o seu desenvolvimento, sendo aliás a única força que tem no Parlamento Europeu um deputado do Alentejo.

O Seminário propôs ainda que em todos os concelhos do distrito se realizem **Encontros da CDU**, abertos à população culminando com a realização em **15 de Abril, em Évora**, de um **Encontro Distrital CDU**.

Trabalhadores

Posição do CN da CGTP

O 1.º de Maio não pode ser factor de «confusão e divisão»

Numa nota sobre o 1.º de Maio deste ano, enquadrando-o na luta social que se desenvolve, o Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em 3 e 4 do corrente em Lisboa, considerou que as comemorações daquela data não podem ser «factor de confusão e divisão». O CN da central, ao pronunciar-se contra o que designa expressamente por «manobrista tático da direcção da UGT», responsabiliza a direcção desta última pela «impossibilidade de realização do 1.º de Maio em conjunto com a CGTP-IN».

Em nota emitida sexta-feira passada, depois da reunião dos membros da direcção nacional, a CGTP deliberou sobre as referidas comemorações nacionais do Dia dos Trabalhadores, como é expresso no ponto um da mesma nota, que «as medidas necessárias» são implementadas desde já «dentro da sua estrutura», isto é, através das organizações sindicais de que é composta.

O 1.º de Maio é assim enquadrado «no desenvolvimento normal da luta que vem sendo travada» e também no quadro dos trabalhos preparatórios do VI Congresso da CGTP, com data já

anunciada para 17 a 20 de Maio próximo.

Na nota distribuída aos jornalistas sexta-feira passada, o CN da Central refere-se apenas a deliberações tomadas sobre as comemorações do 1.º de Maio. A esse propósito, foram comentadas pelo Conselho Nacional da Inter (ver caixa) «as notícias vindas a público sobre as possibilidades» de um Primeiro de Maio conjunto com a UGT.

Depois de várias considerações sobre o comportamento público e conhecido de alguns dos principais dirigentes daquela organização, que o Conselho Nacional da

Inter submete a algumas críticas, o CN concluiu pela «impossibilidade de realização do 1.º de Maio» que englobe as duas organizações sindicais.

No entanto, após ter sublinhado o «simbolismo histórico» daquelas comemorações, que não se coadunam com o «factor de confusão e divisão», o CN da CGTP-IN vinca a circunstância de a unidade ser «um objectivo que tem tanto de nobre como de difícil».

Sobre o mesmo assunto do CN realça também que ela «é da máxima importância para o

futuro dos trabalhadores», constituindo como tal «a vontade política da CGTP-IN».

Mas a Central sabe quais e como são as dificuldades que essa unidade levanta. Conhece também as razões por que ela é inviável neste momento. Mas é apenas em relação ao próximo 1.º de Maio, o CN, na sua nota de sexta-feira, destaca também que a CGTP «tudo continuará a fazer para que seja possível comemorar no futuro, na mais ampla e profunda convergência e unidade na acção, a data histórica do Primeiro de Maio, Dia Internacional do Trabalhador».



Na preparação do VI Congresso da CGTP-IN (aspecto do V na foto) inclui-se «A Escola do Ano 2000 e o Mundo do Trabalho», tema de um seminário organizado pela União dos Sindicatos de Lisboa e que decorre amanhã a partir das 9 e 30 no Instituto Franco-Português

«Manobrista» da UGT

Quando às notícias a que já fizemos referência acerca da possibilidade de um Primeiro de Maio conjunto, a nota de sexta-feira, assinada pelo Conselho Nacional da CGTP-IN e remetida aos órgãos de comunicação social, assinala entre outras críticas à direcção da UGT o «manobrista tático» da sua direcção.

O ponto de referência da nota são actuações recentes. A nota da CGTP cita expressamente «os últimos dois meses», durante os quais

«os comportamentos políticos da direcção da UGT» a tornaram «única responsável pela impossibilidade de realização do 1.º de Maio em conjunto com a CGTP-IN».

Ao referir-se ao «manobrista tático» dos dirigentes visados pela crítica, o CN acrescentou que os comportamentos políticos a ele ligados «foram de tal forma incoerentes que provocaram efeitos profundamente negativos, em geral, sobre os direitos dos trabalhadores

e, em particular, sobre os esforços de aproximação e convergência, que se viam desenvolvendo entre os trabalhadores, prejudicando a sua acção comum».

Antes de concluir pela impossibilidade de um Primeiro de Maio conjunto, a nota do CN da CGTP refere expressamente o seguinte:

«Com efeito, o manobrista tático da direcção da UGT, variando entre incoerentes e vulgarizadas ameaças de recurso a greves gerais, passando por apelos a negociações e terminando em maus e inadmissíveis acordos com o Governo, não só prejudicou a luta e os interesses dos trabalhadores, designadamente no que se refere à lei dos despedimentos, como retirou a necessária seriedade às suas propostas».

Dal, repete-se, que a «direcção da UGT» seja «a única responsável pela impossibilidade de realização do 1.º de Maio em conjunto com a CGTP-IN».

Forte adesão à greve na EDP

Gestores chamam a GNR na Aguieira e noutras localidades, violando a lei da greve. Várias avarias por reparar

Sabia-se antontem, 7, junto do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) que o índice de adesão à greve na EDP, iniciada na segunda-feira, atingira os «98 por cento nos turnos da noite». Ao mesmo tempo, a comissão coordenadora da greve acusava o conselho de gerência de ter chamado sem motivo, no seu entender, a GNR para

ocupar as instalações da Barragem da Aguieira, violando desse modo a Lei da Greve. Para os trabalhadores, os gestores da EDP pretenderam assim intimidar, sem resultado, o pessoal em luta «contra tentativas de desmembramento e privatização da empresa; expressar repúdio pelo pacote laboral e reclamar aumentos salariais que reponham o poder

de compra perdido durante o ano passado».

Sabia-se também, de acordo com o SIESI, que houve tentativas para substituir trabalhadores em greve — atitude, como se sabe, proibida pela lei.

Os efeitos da forma de luta adoptada pelos sindicatos e por grande parte dos trabalhadores da EDP verificaram-se sobretudo em avarias por reparar — efeitos esses que vão

sentir-se certamente ainda por alguns dias.

Segundo os últimos dados que conseguimos recolher, mantinham-se antontem de manhã por reparar diversas avarias em postos de transformação, que provocaram quebras de energia e mesmo o seu completo desaparecimento, como aconteceu na zona da praia da Rocha e Fortaleza em Portimão, e no distrito de Beja.

Em Mértola, afirma o SIESI, todo o concelho ficou «às escuras», antontem ao princípio da manhã.

Outras quebras de energia, totais ou parciais, ocorreram ainda em Vila Nova de Milfontes (bairro Monte Vistoso), Odemira (bairro Simplicio) e Ourique (São Romão).

Serviços sociais imprescindíveis foram atendidos pelos piquetes de greve.

Declarada a falência da Cifa

Monta a perto de meio milhão a dívida da empresa ao seu pessoal

Mellos e outras personalidades conhecidas no meio industrial português deixaram que se consumasse em tribunal a falência da Cifa, empresa com fábrica em Valongo, distrito do Porto. Com este acto jurídico, consumado em 28 de Fevereiro no 4.º Juízo Cível da capital nortenha, fica em dívida perto de meio milhão de contos ao pessoal da fábrica; no desemprego mais de mil trabalhadores.

A Companhia Industrial de Fibras Acrílicas/Cifa — empresa sediada em Valongo, no Porto, cuja laboração se encontrava suspensa desde 1983 — foi declarada falida na passada semana, colocando no desemprego mais de mil trabalhadores, que viram assim recusadas as propostas de viabilização apresentadas pelas suas estruturas representativas.

«Os trabalhadores não só lutaram contra (e criticaram) a passividade e indiferença da administração e dos organismos estatais com responsabilidades directas, como, ao longo dos últimos anos, foram apresentando soluções que tinham na devida conta interesses sociais, regionais, sectoriais e nacionais». Só por «falta de vontade política e numa estratégia de interesses não coincidentes com os interesses nacionais» é que essas propostas foram «sempre rejeitadas», referem em nota à comunicação social a Federação do sector têxtil e os sindicatos do Porto, Químicos do

Norte, Metalúrgicos, Construção Civil, Indústrias Eléctricas e a Comissão Intersindical da empresa.

Na própria assembleia de credores os trabalhadores apresentaram sucessivas propostas de forma a evitar a falência: uma gestão controlada; um conjunto de medidas de saneamento financeiro, através, nomeadamente, do perdão de 25% dos créditos, da transformação de 50% dos créditos em capital social, com excepção dos créditos dos trabalhadores, e da venda dos bens não afectos à exploração para fundo de maneo e solvência dos créditos vencíveis. Quanto ao pagamento dos créditos aos trabalhadores, propunha-se que 50% fossem pagos em três anos e 25% em dez, sempre em prestações anuais.

Como medidas de reabsorção do pessoal, propuseram os sindicatos que, no início da laboração, entrassem 200 trabalhadores, 100 passados quatro meses, igual número passados oito, e os restantes (que se encontrassem ainda no desemprego) após um ano da reabertura da empresa.

Ao repudiarem o facto de «os credores que representam a maioria dos créditos» não terem sido sensíveis à sobrevivência económica da Cifa e «não tenham viabilizado o plano credível de recuperação da empresa», os trabalhadores lamentam que entre os credores se encontrem entidades públicas e estatais como a Direcção-Geral do Tesouro, o Instituto de Emprego, a Banca e o Centro Regional de Segurança Social condenando assim à morte «uma empresa de indiscutível interesse nacional, ao desemprego e à miséria centenas de operários e as suas famílias, o que vai contribuir para o atrofamento económico daquela região, em particular a freguesia de Sobrado, em Valongo», perto do Porto.

Lema e objectivos

A reunião de dois dias, na semana passada, do Conselho Nacional da CGTP propiciou a aprovação do lema e dos objectivos das comemorações do Primeiro de Maio de 1989. Ao lema — Com Abril na Constituição/Emprego, Progresso e Justiça Social — seguem-se estes «objectivos comuns»:

- «O direito ao trabalho e à segurança no emprego, contra a aplicação da lei dos despedimentos e contra a precariedade;
- «A recuperação e melhoria real do poder de compra dos salários e pensões, com vista ao aumento relativo dos rendimentos de trabalho na distribuição funcional do rendimento;
- «A redução do horário normal de trabalho para o máximo de 40 horas semanais;
- «Uma política de desenvolvimento e

progresso social, contra a política anti-social do Governo em matéria de saúde, habitação, fiscalidade, ensino e formação profissional, Segurança Social;

- «A defesa das conquistas democráticas fundamentais, consagradas na Constituição de Abril;
- «A solidariedade internacional na defesa da paz e da emancipação e libertação dos povos.»

Num apelo final, a nota do CN da CGTP-IN dirige-se a todos os trabalhadores que, identificando-se com os objectivos acabados de referir, participem nas comemorações do Primeiro de Maio e o transformem numa «grande e fraterna jornada de unidade e luta», numa «manifestação de confiança no futuro de Portugal, democrático e independente, com justiça e progresso social».

Transportes/90 por cento na TAP

No seguimento da luta de 24 de Fevereiro, jornada promovida pela CGTP a que demos o relevo requerido na semana passada, diversas organizações representativas dos trabalhadores, designadamente comissões, delegados sindicais e sindicatos, fizeram balanços que incluíam zonas e regiões com adesões surpreendentes. Releve-se de entre as informações recebidas, a decisão de prosseguir com a luta. Essa necessidade é apontada, entre outros sectores e regiões, por exemplo nos transportes, com especial incidência na CP, Carris, barcos fluviais e TAP.

Na transportadora aérea

nacional a adesão à greve foi de 90 por cento do total de trabalhadores abrangidos e de 99 por cento nos serviços de oficinas e manutenção.

De acordo com o Sitava, a melhoria do poder de compra este ano, a correcção salarial referente a 1988, o cumprimento integral do acordo do ano passado, sobretudo no que respeita a «carreiras profissionais e enquadramentos», e ainda melhorias de carácter social, como reformas, seguro de doença, etc., constituíram os objectivos imediatos da greve.

Na CP, como se sabe, a paralisação foi total. Na Carris, para a Festru, «o êxito atêr-se pelos números, e

esses são elucidativos». Ao referir-se a plenários a realizar brevemente, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos garante que em 24 de Fevereiro:

- «A maioria da frota ficou parada nas estações, tendo-se verificado ainda uma adesão dos trabalhadores (no global) da ordem dos 80 por cento;
- «Que houve «significativas filiações nos sindicatos da Festru, durante a greve, o que traduz bem a consciência da justiça da luta e da confiança que em nós depositam os trabalhadores»;
- «Que essa «confiança é

simples de compreender. Nós não recuámos um milímetro na vontade de concretizar aquilo que tinha sido aprovado nos plenários de 3.2.»

Além dos objectivos gerais do movimento sindical contra a legislação cavaquista no plano laboral, a Festru realça a luta contra a Lei de Bases do Sector dos Transportes e a favor do «diferencial de 88; aumentos tendo em conta a inflação de 89; e as 40 horas semanais».

De acordo com a Festru é necessária, «com serenidade, a mais ampla e reforçada unidade», para atingir os fins dos trabalhadores da Carris, que são «realistas e inequivocamente justos».

Greves na Covina e na Estaco

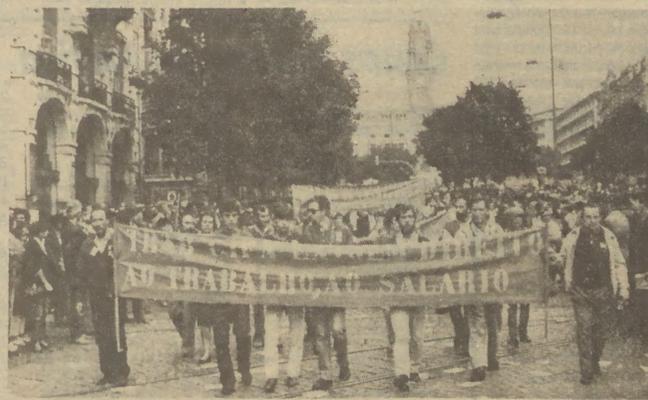
Os trabalhadores da Estaco entram amanhã em greve. O mesmo está a acontecer na Tomé Feteira, durante esta semana. O mesmo também na Covina onde os trabalhadores completam amanhã «mais de 160 horas de greves alternadas, que se iniciaram em 23 de Fevereiro», lembra a CT. Fundamento e objectivos das lutas relacionam-se todos com questões de ordem salarial e inclusivamente com salários em atraso, como acontece — e não é caso único, longe disso — na

Estaco, na Faprilma, na SMM (Sociedade de Montagens Mecânicas), como referia entre outras recentemente a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

De acordo com a Comissão de Trabalhadores da Covina, as greves alternadas têm-se mantido com «forte adesão», incluindo um corte de estrada (a n.º 10) sábado, como forma de chegar «junto da opinião pública», pois os órgãos da comunicação social não a divulgaram com a expressão que, no entender da CT, deveria ter. Afirma a mesma CT, em greve pela negociação do Acordo de Empresa (AE/89), que os trabalhadores da Covina voltarão a reunir-se hoje, 9, pois não lhes resta outra saída a não ser a luta perante «a imposição do caduco quero-possa-

mando» de uma administração e acionistas que «propagandeiam a todos os ventos os excelentes resultados no exercício de 1988 e as fortes previsões para o ano de 89», mas recusam ao mesmo tempo salários que evitem os prejuízos, pelos quais são inteiramente responsáveis e que, de acordo com a CT, montam «a mais de 110 mil contos» em resultado das paralisações.

Entretanto, na SMM, «os trabalhadores em laboração na Portucel» decidiram entrar em «plenário permanente», exigindo da administração «o pagamento dos salários ao pessoal de todos os sectores da empresa, sem discriminações».



Pela CIFA, nas ruas do Porto (foto de arquivo)

CP e outras lutas

Ao mesmo tempo que a CP (sindicatos) anunciava nova paralisação nacional para amanhã, 10, a Federação sindical dos metalúrgicos (FSMMMP) convocava para hoje um plenário nacional de activistas sindicais e a luta prosseguia em várias frentes, incluindo a realização, sábado próximo, em Vila Real, de uma Conferência Sindical sobre o Emprego e Formação Profissional.

Assinale-se que esta última iniciativa da União dos Sindicatos de Vila Real se efectua numa altura em que o Governo mantém a indefinição quanto à reabertura de diversas minas de estanho e volfrâmio no Norte, como refere a FSMMMP ainda no princípio deste mês.

Por seu turno, a União dos Sindicatos de Vila Real também recentemente veio a público

informar sobre a «crise do sector mineiro» e sobre as suas repercussões que são de vulto, quer em termos económicos, quer sociais.

No desemprego foram lançados recentemente «cerca de 700 trabalhadores», por que das 176 concessões mineiras daquele distrito nortenho só 2 se encontravam a produzir em fins de Fevereiro.

A FSMMMP que, num seu

comunicado de 27 de Fevereiro não referia expressamente o nome dessa empresa estrangeira, confirma, no entanto, que o acesso a esse relatório foi recusado à própria Federação e aos sindicatos mineiros e acrescenta que as informações disponíveis «confirmam as nossas apreensões quanto a interesses transnacionais e monopolistas dominantes nesse processo».

Refira-se, por último, que, de acordo com a comissão executiva da FSMMMP «existem no nosso país técnicos portugueses altamente qualificados» e por isso capazes de produzir o relatório que o Governo sonega aos sindicatos do sector.

Assembleia da República

«Caso Cadilhe»

PSD obstruiu inquérito parlamentar

Ao rejeitar o pedido de inquérito parlamentar ao chamado «caso Cadilhe» apresentado pelo PCP e votado favoravelmente por todos os partidos da oposição, o Grupo Parlamentar do PSD conseguiu de uma penada, com esse gesto, no mínimo, quatro coisas: em primeiro lugar, impedir o esclarecimento na sua sede própria — a Assembleia da República — de um caso que tem natureza pública, política e ética; em segundo, contribuiu para a manutenção de um clima de suspeição propício naturalmente ao circular das mais variadas dúvidas e interrogações; em terceiro, não salvaguardou a necessária transparência que o prestígio das instituições exigem, com isso prestando um péssimo serviço à democracia; em quarto, terá prejudicado o próprio Miguel Cadilhe, ao não lhe dar por esta via a oportunidade de esclarecer um caso que afecta a sua honorabilidade.

Em resultado da votação realizada faz hoje oito dias, pode dizer-se, pois, que o PSD temeu a realização do inquérito parlamentar proposto pelo PCP. Inquérito que constituiu a forma adequada para esclarecer politicamente os problemas, pelo que, seria até de esperar, atendendo a que «quem não deve não teme», fosse o próprio PSD a tomar a iniciativa da sua realização por forma a eliminar dúvidas e a ilibar, se fosse esse o caso, o ministro Miguel Cadilhe.

Assim o não entendeu o PSD, recusando-se à partida a admitir sequer a existência de dúvidas, a considerar o inquérito uma ofensa ao ministro e a interpretar o debate em torno das questões concretas suscitadas pelo pedido de inquérito como uma cedência que significaria, segundo as palavras do ministro dos Assuntos Parlamentares, António Capucho, «fazer o jogo dos caluniadores».

A culpa é da imprensa

Ora acabou por ser esta recusa da maioria em debater as questões de factos susceptíveis de comprometer Miguel Cadilhe — e eram muitas pelo enunciado que delas fez o deputado comunista Octávio Teixeira —, alegando sempre que aquela não era a sede própria para o fazer, que marcou todo

o debate. O local próprio, reconheceram, seria o inquérito parlamentar. Só que — contradição insanável — apesar de o reconhecerem não deixaram de obstruir a sua imediata viabilização.

Toda a argumentação aduzida quer pela bancada do PSD quer por António Capucho — Miguel Cadilhe, registasse, esteve ausente — assentou, aliás, basicamente, em duas linhas de força: por um lado, todo o processo, configurava uma insidiosa calúnia da comunicação social; por outro, tratava-se de uma manobra de aproveitamento da oposição que, à falta de melhores argumentos, procurava deste modo pôr em causa a acção do Governo.

«À falta de melhores e de legítimos argumentos, procura-se atingir a resistência e o bom nome do Governo, sem respeito pela vida privada das pessoas», diria António Capucho. «Tentar desacreditar as políticas do Governo, desacreditando os principais protagonistas das mesmas», descontinaria Luís Filipe Menezes, da bancada da maioria, na singela iniciativa de esclarecer o caso. Vários deputados do PSD desdobraram-se assim, esforçadamente, ao longo do debate, em traçar rasgados elogios à «política económica, telmosa e sustentadamente bem sucedida» do Governo

de Cavaco Silva, pondo quase sempre o acento tónico nas suas realizações e reformas estruturais. Falaram de quase tudo: da reforma fiscal, dos investimentos na educação e na saúde, no pagamento «das dívidas do passado», no «desemprego que desce», nos «salários reais que sobem», na «produtividade que aumenta».

Fuga às questões de facto

Falaram de tudo menos daquilo que naquele momento era preciso falar. Ou seja, camuflaram nos elogios ao Governo a fuga que haviam decidido empreender à abordagem das questões de facto.

E quais são essas questões que indiciam que Miguel Cadilhe — ao contrário do que afirma o Governo quando resolveu envolver-se directamente no caso e solidarizar-se com o ministro das Finanças — retirou benefícios que não estão ao alcance de qualquer cidadão?

Enumerando-as sucintamente, Octávio Teixeira referiu seis: nem todos os cidadãos podem usufruir das condições de preço de que usufruiu o ministro das Finanças; nenhum outro condómino do mesmo prédio conseguiu pagar apenas 400 contos (i.e., 5,4 por cento do contrato-promessa) até à celebração da escritura do apartamento; nenhum outro cidadão consegue comprar um apartamento que não se destine a residência permanente do próprio, ocupá-lo bastante tempo antes da escritura, e ficar isento de sisa; nenhum outro cidadão consegue avaliar um apartamento por 11 500 contos para efeito de permuta e, um mês depois, para efeito de escritura, avaliá-lo por apenas 7475 contos; poucos cidadãos se atrevem a declarar a detenção simultânea de duas residências permanentes: uma no Porto e outra em Lisboa; ne-

nhum outro cidadão, que não pertença aos quadros da Guarda Fiscal, pode beneficiar dos serviços desta, em proveito pessoal.

Ora foram todas estas questões que a bancada da maioria ignorou pura e simplesmente, deixando no ar um derradeiro argumento para a sua rejeição ao inquérito: a possibilidade de este se realizar obrigatoriamente desde que para o efeito seja requerido por 50 deputados.

Foi este desafio que o Grupo Parlamentar do PCP já aceitou através de uma nota do seu Secretariado onde garante as assinaturas dos seus 27 deputados para a subscrição do inquérito obrigatório com mais de 50 assinaturas (como prevê a Constituição), e onde anuncia que «fará todas as diligências no sentido de que tal inquérito tenha concretização».

Resta agora aguardar pela atitude dos restantes partidos da oposição. Por apurar em toda a sua extensão, como salientou Octávio Teixeira, está «a conduta dos serviços oficiais e de outras entidades intervenientes no processo», por forma a determinar, designadamente, «as exactas condições em que foram celebrados os negócios jurídicos em questão, os actos e omissões dos serviços na aplicação das normas legais proibitivas de simulação de preços e evasão fiscal», bem como os «critérios e normas seguidos nos processos de avaliação fiscal e as condições em que foi feito o uso, para fins alheios àqueles a que se destinam, dos serviços da Guarda Fiscal».

Universidade do Algarve quer carta de alforria

Corrigir o regime de excepção, único no País, que tem sido imposto pelo Governo à Universidade do Algarve, tal foi em substância a razão que levou o Grupo Parlamentar do PCP a pedir a ratificação do decreto-lei (373/88) que define a Estrutura Orgânica da Universidade do Algarve.

Em causa está sobretudo aquilo que os partidos da oposição e designadamente o PCP interpretam como um autêntico estatuto de menoridade que visa perpetuar o regime de instalação, melhor dizendo, como assinalou o líder parlamentar comunista Carlos Brito, «visa prolongar o sistema de intervenção directa do Governo na Universidade».

Com efeito, numa clara violação do sentido e da letra da Lei de Autonomia Universitária, o decreto em causa publicado em Outubro do ano passado mantém o estado de excepção na Universidade do Algarve e o governo de um reitor imposto por nomeação à margem de qualquer processo democrático.

Por outras palavras, em vez da normalização democrática da sua gestão e governo, tal qual determina a Lei de Autonomia, à Universidade do Algarve continua a ser negado, na prática, o direito de elaborar, nos prazos legalmente previstos, os respectivos estatutos e, bem assim, eleger os seus órgãos de governo.

Na opinião de Carlos Brito, esta situação coloca a instituição «numa posição dimi-

nuida e subalterna em relação às demais universidades do País», facto que em sua opinião é ainda susceptível de abrir uma crise de identidade à Universidade do Algarve e aos cursos nela ministrados, crise geradora de legítimas e compreensíveis preocupações por parte dos estudantes.

Estudantes que, refira-se, acompanharam de perto este debate, tendo-se deslocado em grande número a Lisboa para a ele assistir das galeirias de S. Bento e, tal como os docentes e a própria Assembleia Municipal de Faro, têm vindo a manifestar uma oposição frontal e unânime ao decreto governamental.

Para a bancada comunista, com esta iniciativa, ou seja, ao pedir a não ratificação do diploma, o importante é reparar uma decisão do Executivo que tem sido uma permanente fonte de «sobressalto» e assegurar simultaneamente uma «via segura de implantação e de desenvolvimento».

Daí o sentido das propostas de alteração apresentadas pelos parlamentares do PCP de molde a encontrar o necessário consenso que viabilize através da votação a suspensão do decreto por um determinado período no decorrer do qual possa ser reconduzido à letra e à filosofia da lei de autonomia universitária.

«É tempo da Universidade do Algarve ter a sua carta de alforria», sublinharia a propósito o dirigente comunista.

Cenas tristes da Justiça

A forma atribulada como se processou na passada semana o desalojamento de dez dos quinze juízos do Tribunal do Trabalho de Lisboa constituiu mais um exemplo de descabro a que chegou a Justiça no nosso País e da maneira como tem vindo a ser aplicada a Lei Orgânica dos Tribunais.

Conclusão acertada e legítima se se atender ao facto de ninguém nos juízos desalojados — nem magistrados, nem funcionários — ter sido atempadamente avisado no sentido de planejar o seu trabalho.

Com efeito, apesar da portaria que declarou a extinção

dos Juízos do Tribunal de Trabalho de Lisboa datar de 29 de Setembro do ano passado, a verdade é que o Ministério da Justiça, cinco meses passados, não adoptou quaisquer providências para que a execução dessa medida, designadamente a instalação dos novos juízos, se processasse sem sobresaltos.

Descrita com algum pormenor pela deputada comunista Odete Santos na sessão plenária realizada faz hoje oito dias, foi esta situação que levou por exemplo a que no edifício da Av. Casal Ribeiro, um edifício de seis

pisos, os funcionários no início da última semana andassem num rodopio, «amarrando processos, transportando-os aos molhos, empilhando documentos», tudo em precárias condições de segurança.

Na era do pacote laboral, e da degradação do direito substantivo do trabalho, estas «cenas tristes da Justiça portuguesa» — as palavras são de Odete Santos — resultado em larga medida da efectiva redução dos funcionários e das instalações, só confirmam, afinal, a manifesta intenção do Governo de deteriorar as condições em que se administra a Justiça.

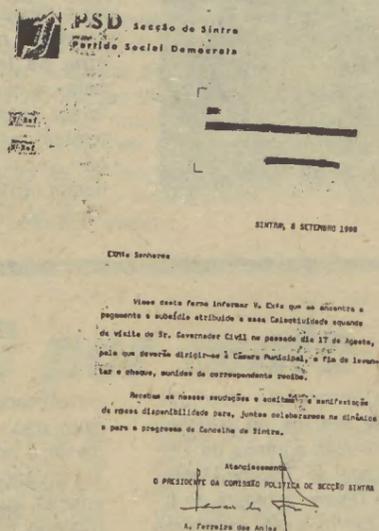
As jogadas eleitoralistas do PSD

A utilização indevida da actividade e dos meios financeiros do Estado para obter benefícios partidários e dividendos eleitorais continua a ser, infelizmente, uma prática senão delituosa pelo menos indigna em que incorrem alguns partidos políticos. O PSD, neste domínio, a julgar pelo número de casos vindos a público, parece deter um nada invejável palmarés.

O deputado comunista João Amaral levou na passada semana ao conhecimento da Câmara, no decorrer de uma das sessões plenárias, aquele que porventura será um dos casos mais recentes. Tratou-se do envio de um ofício a uma colectividade do concelho de Sintra informando-a de que «se encontra a pagamento o subsídio atribuído a essa colectividade aquando da visita do Sr. Governador Civil (...), pelo que deverão dirigir-se à Câmara Municipal, a fim de levantar o cheque, munidos do correspondente recibo».

«Quem pensam que seja a entidade que tão diligentemente se encarregou de comunicar a concessão deste subsídio pago à custa do Orçamento de Estado? Quem? Os serviços do Governo Civil? Ou da Câmara?», interrogou João Amaral, perante o silêncio sepulcral e embaraçado dos deputados da maioria.

«Engano! Quem fez esta comunicação — respondeu — é um sr. presidente, o sr. presidente da comissão política da secção de Sintra do Partido So-



cial Democrata, do PSD».

Para o deputado comunista, sem que os deputados da maioria ripostassem, estava assim demonstrado, mais uma vez, a utilização partidária pelo PSD da actividade e dos meios financeiros do Estado.

Partidária e eleitoralista, para ser mais preciso, uma vez que o subsídio foi concedido por ocasião de eleições intercalares e em pleno período eleitoral.

«O sr. presidente da secção do PSD acaba o ofício com um apelo ao progresso de Sintra. E ao progresso do PSD de Sintra, sr. presidente da secção, não se esqueça!» rematou com cáustica ironia João Amaral.

PCP solidário com músicos

O forte e generalizado protesto desencadeado a partir da tentativa de extinção das orquestras sinfónicas da RDP, tendo alegadamente em vista a constituição da Regie Cooperativa Sinfonia, voltou a ser tema em foco na Assembleia da República.

A iniciativa partiu da bancada comunista e tratou-se sobretudo de reafirmar a posição de repúdio anteriormente expressa pelo PCP e de manifestar em simultâneo a sua total solidariedade para com a justa luta dirigida pelo Sindicato dos Músicos.

José Manuel Mendes, intervindo em nome do PCP, recordou designadamente o «belo concerto» recente-

mente realizado junto à escadaria do Palácio de S. Bento, audição de orquestra que definiu como uma «expressão imaginosa e qualificada» da luta dos músicos em defesa do seu estatuto profissional.

Tocando depois naquele que é porventura o aspecto nodal de todo este processo, José Manuel Mendes levantou a dado passo a questão de se saber o que pretende o Governo de Cavaco Silva. «Extinguir, pura e celereamente as orquestras da RDP?», interrogou. «E quem garante, por exemplo, depois desse acto de desoneração do Estado, a sobrevivência e a vitalização de colectivos qualificados para a produção, entre nós,

de música sinfónica?» questionou ainda, antes de lembrar que «um tanto por toda a Europa em cujo paradigma o PSD procura rever-se, as rádios oficiais detêm orquestras que são, frequentemente, os agentes privilegiados de uma intervenção cultural relevantíssima».

Reafirmando a inteira solidariedade do seu partido para com a luta dos músicos portugueses, José Manuel Mendes exprimi por último a vontade do PCP de não permitir que se consuma «no harmonioso remanso dos silêncios conventes, um plano cujos vectores anti-culturais justificam uma inequívoca condenação».

Juventude

O consenso alarga-se contra a lei de acesso

Enquanto no edifício da Avenida 5 de Outubro o ministro Roberto Carneiro insiste nos benefícios do regime de acesso ao ensino superior que o DL 354/88 pretende implantar, prosseguem as acções exigindo a suspensão deste diploma e um autêntico debate público do tema com todos os interessados.

A força dos protestos obrigou o ministro da Educação a admitir a possibilidade — desde que haja «consenso alargado» — de alterações pontuais ao decreto para tentar travar a contestação; para o efeito foram postos a funcionar os mecanismos partidários que servem de suporte ao Governo.

Mas o que se nota cada vez mais é o largo consenso que ganha a oposição à lei de Roberto Carneiro.

Durante a semana passada o ponto alto da luta contra o regime de acesso foi a greve nacional de sexta-feira, convocada pelo Mecla (Movimento de estudantes contra a lei de acesso), e as manifestações e concentrações estudantis.

Em Lisboa os estudantes em greve concentraram-se no

Rossio e desfilaram depois até ao Ministério. Apesar de uma participação aparentemente inferior à do dia 20 de Fevereiro (mas, mesmo assim, muito forte) o impacto foi superior, com inúmeras manifestações de simpatia e solidariedade por parte da população lisboeta ao longo do percurso.

Os próprios dirigentes do Mecla têm reconhecido as grandes dificuldades de organização que enfrenta uma acção a nível nacional, com as actuais características do movimento estudantil no secundário. Mesmo assim, o repúdio pelo novo regime de acesso ganha mais e mais alunos.

Novas localidades vieram juntar-se à lista dos protestos estudantis — de que demos uma amostra no último número.

No dia 2 em Viseu manifestaram-se cerca de 600 estudantes das escolas Alves Martins e Emídio Navarro, que



desfilaram pela cidade e se concentraram depois junto do Governo Civil, onde uma comissão *ad-hoc* foi recebida. Apesar da greve às aulas e a manifestação — acções iniciadas espontaneamente por um grupo de alunos da Alves Martins — se dirigirem aos estudantes dos complementares, contaram também com a solidariedade de alunos dos anos mais novos.

Pelas ruas de Leiria, também no dia 2, desfilaram — segundo o «Diário de Notí-

cias» — 2500 estudantes, acompanhados por professores. Aquele matutino informava ainda que a greve teve uma adesão de 90 por cento em Leiria, 60 por cento nas Caldas da Rainha e 99 por cento na Marinha Grande, e que novas paralisações estavam previstas para o dia seguinte.

Em Faro — noticiou a delegação regional da RDP — fizeram greve às aulas e desfilaram pela cidade mil estudantes das escolas Tomás Cabreira e João de Deus, igualmente na quinta-feira. No dia 3 a paralisação alargou-se a outras escolas e no desfile nova-



Milhares de estudantes manifestam-se em todo o País contra a lei de acesso ao ensino superior que Roberto Carneiro e o Governo do PSD pretendem impor. À hora do fecho desta edição decorria na Escola António Arroio uma reunião da coordenadora do MECLA para decidir novas formas de luta, depois da greve nacional da passada sexta-feira (foto do desfile efectuado nesse dia em Lisboa, do Rossio para o Ministério da Educação)

luta dos estudantes. No documento alerta-se para o facto de que o DL 354/88, «a ser aplicado, contrariaria as disposições da Lei de Bases do sistema educativo, reforçando o elitismo na frequência do ensino superior».

A Confederação Nacional das Associações de Pais reafirma no editorial do último número de «A voz dos pais» a sua posição contrária ao decreto de Roberto Carneiro.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa — que, tal como a FENPROF, de que faz parte, já se tinha pronunciado contra o novo regime de acesso ao superior, reflectindo um sentimento generalizado na classe — decidiu apresentar um pré-aviso de greve para os dias da prova geral (31 de Março e 3 de Abril), por entender que a vigilância e a correcção destas provas não fazem parte do trabalho dos docentes do secundário.

No mesmo dia em que Roberto Carneiro recebia representantes das AEs do secundário que exigem apenas «alterações pontuais» da lei de acesso, estudantes dos Institutos Superiores do Serviço Social de Lisboa e do Porto manifestavam-se mais uma vez frente ao Ministério da 5 de Outubro exigindo que seja atribuído aos seus cursos o grau de licenciatura.

O Decreto 100-B, de 1985, criou as condições pedagógicas e científicas para que os cursos dos assistentes sociais tenham o grau de licenciatura, mas o ME tem recusado o diálogo com as associações de estudantes para efectivar o reconhecimento da mudança. Já no dia 13 de Dezembro os futuros assistentes sociais tinham realizado outras manifestações, como o desfile a partir do Instituto lisboeta e a concentração junto ao ME.

3.º Congresso em Abril DN da JCP aprovou documentos preparatórios

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa debateu na sua reunião de dias 3, 4 e 5 de Março a realização do 3.º Congresso da organização e aprovou os documentos preparatórios, em distribuição a partir do início da próxima semana — de acordo com José Morais, do secretariado da DN.

Além do regulamento para a fase preparatória do Congresso — que está marcado para o Pavilhão da Paz e da Amizade, a 15 e 16 de Abril —, foram aprovados três documentos para discussão: a situação da juventude e do movimento juvenil e as propostas da JCP, a organização dos jovens comunistas e sua evolução desde a unificação UEC/UJC, e uma proposta de novos princípios orgânicos da JCP.

Está prevista a participação no Congresso de um milhão de delegados. Nestes incluem-se, por inerência, os membros da Direcção Nacional e dos organismos executivos do ensino superior e do ensino secundário (um pouco menos de 10% do total) e um máximo de 10 camaradas (ligados sobretudo à actividade institucional da JCP) nomeados pela DN.

Os restantes (cerca de 900) delegados serão eleitos nos colectivos dos jovens comunistas, numa proporção de um delegado por 30 militantes, à excepção do ensino superior, onde a proporção é de um delegado por 15 militantes.

A Direcção Nacional da JCP discutiu ainda alguns aspectos da situação actual dos jovens. Na conferência de imprensa realizada no final da reunião foi novamente denunciada a tentativa do Governo de controlar as diversas componentes do movimento juvenil e as acções demagógicas promovidas pelo executivo de Cavaco Silva.

A JCP considera que o programa *Ijovip* «não é solução de fundo» para o problema do emprego, antes «um subsídio do Estado ao grande patronato para este ter mão-de-obra mais barata» — disse José Morais ao «Avante!».

Não é «com medidas selectivas e discriminatórias» que se resolve o problema do acesso ao ensino superior — tinha por sua vez afirmado na conferência de imprensa Paula Coelho, também do secretariado da DN, depois de informar que a JCP reafirma o seu apoio à luta dos estudantes contra o novo regime que o Governo quer implementar.

Na reunião foram ainda aprovadas saudações ao PCP pela passagem do seu 68.º aniversário, a Álvaro Cunhal com os votos de melhores rápidas, à selecção nacional de juniores pela sua vitória no campeonato do mundo de futebol.

Foi ainda decidido manifestar aos comunistas colombianos a solidariedade da JCP e o repúdio pelo assassinato do camarada José Antequera e pela actuação dos grupos de extrema-direita na Colômbia.

A DN da JCP anunciou que os deputados jovens do grupo parlamentar do PCP irão propor na AR medidas legislativas para melhoria das condições de prestação do serviço militar obrigatório e para combate à proliferação de estupefacientes.

Poder Local

Candidato CDU em Torres Vedras

O actual vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Torres Vedras, Francisco Fernandes, foi o candidato escolhido pela CDU para candidato à presidência da Câmara no Encontro Concelhio realizado naquela cidade.

Francisco Fernandes tem 38 anos, é membro do PCP desde 1972, antigo dirigente estudantil do IST de 1971-72, candidato da CDE de Lisboa em 1973 durante as últimas eleições do fascismo, eleito vereador em todas as eleições autárquicas, deputado eleito na AR em 1983, presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Maio de 1974 a 1977, actual responsável pelos pelouros do Desporto e Tempos Livres, Cemitérios e pela gestão dos Serviços Municipalizados.

Tem-se destacado pela crescente importância do seu papel na actual Câmara Municipal. Tudo indica que Francisco Fernandes, muito popular em Torres Vedras como grande apoiante do desporto popular (presidente da comissão executiva do Troféu Joaquim Agostinho/Grande Prémio Internacional de Ciclismo de Torres Vedras e presidente da assembleia geral do Torreense), venha a ser um dos principais candidatos à Câmara Municipal. Para isto tem influência a excelente gestão da CDU em Sobral de Monte de Monte Agraço e Loures, concelhos vizinhos de Torres Vedras. O papel cada vez mais positivo de Francisco Fernandes na gestão dos Serviços Municipalizados de Torres e a sua popularidade, fazem dele o candidato do futuro em Torres Vedras. Muitos apostam num grande resultado da CDU nestas autárquicas.

Transportes no Barreiro

Os Planos de Actividade da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro para o ano de 1989, foram neste fim-de-semana apresentados em conferência de imprensa.

Na sua intervenção, o presidente do município, Helder Madeira, referiu que «estes planos reflectem um

conjunto de acções e propostas de trabalho realista e com objectivos transparentes».

As acções a desenvolver em 1989 «inserir-se numa política municipal, global que temos vindo a concretizar com a finalidade de melhorar e transformar a qualidade de vida no nosso concelho.

«É um plano para cumprir, realista, equilibrado que visa resolver carências elementares da nossa população, elaborado por quem conhece a vida do nosso concelho e está empenhado em mudar esta realidade», acrescentou ainda o presidente da edilidade.

Exemplo deste empenhamento é o arranque de obras importantes para o concelho na área do saneamento básico, comunicação e transportes, como sejam a variante de Palhais, o viaduto da Rua Stara Zagora ao Bairro das Palmeiras, o novo mercado do Lavradio, a ampliação da Biblioteca Municipal e a nova passagem inferior da Recosta, obra do âmbito do novo terminal rodo-ferro-fluvial do Barreiro.

Piscinas em Odivelas

A Câmara Municipal de Loures deu início no passado dia 28 de Fevereiro às obras de execução do complexo de piscinas de Odivelas. Este complexo situar-se-á numa zona de grande densidade populacional, a Quinta do Merides, e aproveitará o espelho de água aí existente. Por outro lado a zona presta-se à construção de um complexo de piscinas até por ser um local de zona verde e jardins.

As obras a executar por empreitada são constituídas por uma piscina descoberta de 25 metros de comprimento por 12 de largura, uma piscina coberta de 16 metros de comprimento por 8 de largura, destinada a funcionar como tanque de natação e infra-estrutura de apoio às colectividades e escolas da zona.

Além das duas piscinas, o complexo terá ainda instalações de apoio, bar, snack-restaurant e uma central técnica de tratamento de águas. O preço-base desta empreitada é superior a 163 mil contos e o seu prazo de execução é de 120 dias.

Nacional

Forum reúne no Porto destacadas personalidades

O Movimento de Defesa da Constituição promove no próximo sábado, dia 11, a partir das 16 horas, no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, no forum «Em defesa da Constituição e da democracia».

Diversas destacadas personalidades da vida local e nacional deram já a sua adesão à iniciativa. Estão asseguradas intervenções de Alberto Andrade, António Arnaut, António Galhordas, Aquilino Ribeiro Machado, Avelino Gonçalves, Blasco Hugo Fernandes, José Machado Castro, José Magalhães, José Morgado, Júlio Ribeiro, Luís Catarino, Luís Fazenda, Marques Júnior, Miguel Vital, Octávio Teixeira, Odete Santos, Orlando de Carvalho e Raul de Castro.

O debate, aberto à participação individual ou de organizações, incidirá, como é natural, sobre as soluções em preparação no âmbito da revisão constitucional para importantes domínios da vida nacional, sejam o planeamento e outras áreas sensíveis da organização económica, o sistema eleitoral, a comunicação social, a regionalização, direitos e garantias dos trabalhadores, saúde e ensino, numa perspectiva de defesa do regime democrático que a Constituição de Abril consagra no seu articulado.

Para o Movimento de Defesa da Constituição — constituído no Porto há cerca de um ano — os objectivos que se propôs «não nos parecem nem dispensáveis nem, sequer, menos urgentes — o processo de revisão da Constituição continua a decorrer à margem da opinião pública, concertam-se com-

promissos que ameaçam aspectos fundamentais do nosso regime democrático».

Este forum enquadra-se assim no espírito do «Apelo às forças democráticas representadas na Assembleia da República», que presidiu à criação e acção do Movimento de Defesa da Constituição, onde se afirmava que «a nossa democracia política — os direitos, liberdades e garantias, o pluralismo político, a representação proporcional, etc. — é indissociável da organização democrática da economia, constitucionalmente consagrada» e que «rever a Constituição não pode significar alterá-la em aspectos substanciais».

Abonos de família de emigrantes Tribunal da CEE dá razão a PCP

O Tribunal de Justiça da CEE acaba de confirmar que o governo francês **deverá pagar, pelo mesmo valor, os abonos de família aos emigrantes de um país da Comunidade quando os seus filhos permanecem nos países de origem**. Trata-se, sem dúvida, de uma assinalável vitória para os emigrantes, que importa explicar nos seus contornos e enquadramento. Recordemos, por isso, o que a propósito nos diz a Comissão Para o Trabalho Entre a Emigração (CPTTE) do PCP.

A CPTTE do PCP recorda que em Abril de 1988 o Parlamento Europeu **aprovou**

Joaquim Miranda no distrito de Aveiro

Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu (PE), vice-presidente do grupo comunista e afins do PE e membro suplente do CC do PCP, efectuou uma visita de trabalho ao distrito de Aveiro nos dias 28 de Fevereiro e 1 de Março.

A iniciativa, que permitiu aprofundar o conhecimento dos problemas que mais afectam a região, constituiu uma oportunidade para o deputado comunista debater as questões resultantes da adesão à CEE e à integração no mercado único europeu, bem como as propostas dos comunistas para a defesa dos interesses nacionais.

O programa da visita foi bastante diversificado: encontros na União dos Sindicatos de Aveiro; com a direcção da Lacticoop (sector leiteiro); na Câmara Municipal de Águeda e no Gabinete de Defesa Florestal contra Incêndios; empresa de calçado em S. João da Madeira; sessão pública em S. João da Madeira; visita ao porto de Aveiro e encontro com membros da respectiva

Junta Autónoma; visita à Universidade de Aveiro e encontro com a Reitoria, departamento da cerâmica e do vidro e com professores e alunos; e três encontros com a imprensa local, regional e nacional.

Os «desafios» de 1992 e o mercado único estiveram naturalmente no centro das atenções, sendo notório que sobre estas questões, preva-



O camarada Joaquim Miranda, durante a sua visita ao distrito de Aveiro

lece um misto de receio e expectativa, a par do desconhecimento de matérias tão importantes como as respeitantes à elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional — PDR — que o governo não ajuda a esclarecer.

Nas diversas organizações e entidades contactadas pelo camarada Joaquim Miranda ficou patente a vontade de encontrar respostas adequadas aos problemas suscitados pela integração, ressaltando a ideia e o receio comuns de que o governo não se mostra interessado em mobilizar os esforços nacionais e não está a preparar o distrito e o país para o grande impacto de 1992 e o mercado único.

Exemplos destas preocupações não faltaram. Na Lacticoop disse-se, designadamente, que hoje se receiam «mais as medidas internas do governo que as próprias directivas da CEE para o sector leiteiro»; na Universidade de Aveiro, por seu turno, não faltou quem expressasse a opinião de que «devíamos estar a preparar defesas para o país, face ao impacto da adesão, mas não é isso que se está a fazer».

De referir ainda que os encontros com o camarada Joaquim Miranda confirmaram o que já foi diversas vezes denunciado pelo PCP no respeitante ao investimento estrangeiro, no que respeita à tendência para a procura de mão-de-obra barata, para a compra de indústrias já instaladas e de baixo valor acrescentado.

Os baixos salários, a re-

pressão patronal, o crescimento do trabalho precário, a exploração da mão-de-obra infantil, a discriminação salarial das mulheres, a elevadíssima concentração de desprotegidas pequenas e médias empresas de sectores tradicionais como o do calçado, o desbaratar dos dinheiros do Fundo Social Europeu, são traços característicos da acção do governo que a União dos Sindicatos de Aveiro denunciou como incompatíveis com a «dimensão social» que o mercado único também preconiza para o progresso do país.

A participação e debate realizado na sessão pública com o camarada Joaquim Miranda mostrou igualmente o interesse (e a necessidade) no esclarecimento de todas estas questões, em particular no que respeita à importância das eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu e o alcance das propostas sobre a matéria avançadas pelo PCP no seu XII Congresso.

Na ocasião, o camarada teve oportunidade de chamar a atenção para as previsíveis repercussões políticas dos resultados daquelas eleições, tanto no tocante à política interna do actual governo como no que respeita às eleições autárquicas de Dezembro deste ano.

De salientar, ainda, o interesse com que a imprensa local acompanhou a visita do deputado comunista: representantes de 17 jornais participaram nos encontros com Joaquim Miranda, levantando questões de interesse para a região.

Terra

Plenário regional da reforma agrária vai decidir medidas de luta

A Fenca (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas), os secretariados e uniões das UCP/Cooperativas e os sindicatos dos trabalhadores agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal decidiram realizar no dia 23 de Março um plenário regional com o objectivo de decidir medidas de luta contra a política do Governo e apontar caminhos alternativos.

A decisão foi tomada no passado dia 27, numa reunião daquelas estruturas para balanço da jornada de luta de 24 de Fevereiro. A iniciativa, subordinada ao tema «A reforma agrária é necessária ao desenvolvimento da agricultura», decorrerá no teatro Garcia de Resende, em Évora.

Em foco — de acordo com a nota divulgada à imprensa na semana passada pelos promotores do plenário — estarão o novo despacho de Álvaro Barreto que retira às UCP/Cooperativas (para entregar aos agrários) a possi-

bilidade de conduzirem o montado de sobre e extrair a cortiça e a Portaria 1/89, que marginaliza os trabalhadores no acesso à terra expropriada e nacionalizada.

A prosseguir a política de reconstituição acelerada da propriedade latifundiária, «que os agrários estão, por sua vez, a deixar abandonadas ou subproveitadas, a alienar a estrangeiros, a florestar com eucaliptos e outras árvores de crescimento rápido — alerta-se no comunicado — o Alentejo pode ser conduzido a um processo de desertificação».

Segurança Social

Com a nova regulamentação para a segurança social dos trabalhadores da agricultura o Governo «não respeita a livre negociação colectiva, inventa profissões, não respeita as actuais do CCT em vigor, define que os trabalhadores indiferenciados devam descontar com base no salário mínimo nacional (28 400\$00 na agricultura), quando no CCT em vigor o salário mínimo é de 29 000\$00 e acima da categoria «indiferenciados» existem ainda 44 outras categorias profissionais, com salários superiores».

Esta situação é denunciada pelo STADE (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora) que, com o secretariado distrital das UCP/Cooperativas, tem promovido reuniões de

assalariados agrícolas para debater o problema. Uma moção aprovada nessas reuniões — nomeadamente nas cooperativas de Benjoim (Mourão), «4 de Agosto» (Portel), da Ravasqueira (Arraiolos) e de S. Bartolomeu de Outeiro — exige a alteração do decreto-regulamentar 9/88 e defende que os descontos a realizar para a segurança social devem ser feitos de acordo com o salário auferido pelos trabalhadores, sejam permanentes ou sazonais, diferenciados ou indiferenciados.

No documento exige-se igualmente que o Governo abandone o pacote laboral (em particular a lei dos despedimentos), revogue o DR 44/88 e todas as medidas contra as UCP/Cooperativas, e atualize o salário mínimo nacional até 1 de Julho. Propõe-se ainda um aumento médio dos salários de 13,5% em 1989.

Regiões autónomas em debate no PE

A Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu aprovou por unanimidade, no passado dia 27, em Munique, o relatório do deputado espanhol Guterrez Diaz, do grupo comunista e afins, sobre «Programas Comunitários em favor das regiões autónomas insulares portuguesas».

O relatório foi defendido pelo deputado do PCP, camarada Aboim Inglês, em substituição do relator, ausente na América Central.

O documento caracteriza os Açores e a Madeira como sendo das regiões mais desfavorecidas no conjunto dos Estados membros, «necessitando por isso um tratamento específico por parte da Comunidade». Nesse sentido, defende-se que a Comissão da CEE, em colaboração com o Governo português e as autoridades regionais respectivas, «elabore, para cada uma destas regiões, programas integrados que actuem sobre o conjunto dos problemas mencionados».

O relatório em causa será definitivamente votado na sessão plenária de Abril do Parlamento Europeu.

Internacional

Viena, duas reuniões pelo desarmamento na Europa

Iniciaram-se estes dias em Viena, duas importantes reuniões, abarcando uma o debate sobre as forças armadas convencionais na Europa, e outra as medidas de confiança e de segurança.

No processo negocial directamente ligado a questões militares, participam os países membros da NATO e do Tratado de Varsóvia; no que se refere às conversações sobre medidas de confiança e segurança, estão igualmente representados os países neutros e não-alinhados, no contexto da Europa (Albânia excluída), Estados Unidos e Canadá.

A realização destas reuniões foi uma das decisões do Encontro pan-europeu da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, terminado em 19 de Janeiro em Viena.

Nos termos do documento então acordado, o objectivo das conversações agora iniciadas, é alcançar a estabilidade e a segurança no continente europeu, com níveis mais baixos das Forças Armadas e armamentos convencionais, através da liquidação das assimetrias existentes em diversos sistemas de armas, dos desequilíbrios de tropas dos dois lados, e da eliminação dos potenciais para ataques de surpresa e ofensivas de grande envergadura.

De fora ficaram, para já, os armamentos nucleares táticos (mas não os meios de «uso duplo» — nuclear e convencional) e estratégicos (da França e Grã-Bretanha) bem como os armamentos químicos. De fora ainda, as forças navais (em que a superioridade para a NATO chega a ser de sete para um).

De qualquer forma — e tendo ainda presente que num momento em que o potencial militar existente daria para destruir várias vezes o planeta, as contas no que se refere a armas têm um carácter diferente — pode-se dizer que existem as bases para avançar para novos entendi-

mentos, ou seja, concretamente no caminho do desarmamento.

Esse é, fora de dúvida, o objectivo dos países socialistas.

Em vésperas de Viena, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Viktor Karpov, disse em conferência de imprensa que «a passagem para estruturas defensivas» é um dos objectivos que a NATO e o Tratado de Varsóvia devem alcançar em paralelo às reduções. Reduções simultâneas de tropas e armamentos — pois liquidando apenas o armamento e deixando intacto o pessoal, a estrutura pode ser abastecida por outro material de guerra.

Mais ainda, e também segundo as palavras de Karpov, nestas conversações a URSS não visa apenas continuar o processo de Helsínquia mas «também iniciar uma nova etapa que permitirá conseguir resultados concretos em matéria de desarmamento». Dificilmente se poderá discernir idênticos propósitos por parte dos países da NATO.

Duas filosofias

Na verdade estão frente a frente duas filosofias e sobre-

tudo duas práticas bem diversas. Com pesos entretanto bem diferentes, pois a filosofia da confrontação não tem futuro. Antes põe em causa o futuro de todos nós.

No palácio de Hofburg, Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, expôs as posições do Tratado de Varsóvia para as conversações de Viena. Sintetizando, os países socialistas da Europa defendem um plano de redução de efectivos e armas convencionais em três fases. Numa primeira fase, trata-se da eliminação das assimetrias existentes entre os dois blocos militares. Seguir-se-ia uma nova redução, de 25% dos efectivos e dos armamentos respectivos. Finalmente as forças armadas assumiriam um carácter estritamente defensivo.

Chevardnadze salientou ainda a necessidade de iniciar «tão rapidamente quanto possível» negociações para «redução e eliminação total» das armas nucleares táticas ou de teatro. E sublinhou que a modernização dos mísseis táticos, nos projectos da NATO, poderia «destruir a frágil confiança» que se começou a instaurar na Europa.

O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros apresentou os planos da NATO, que se centram de forma muito particular num superior desarmamento... do Tratado de Varsóvia. Mais afirmou a «necessidade» de manter a presença nuclear na Europa e retomou até no seu discurso expressões da guerra-fria, como a de «cortina de ferro».

Quando ao objectivo final expresso, aparece frontalmente como coincidente: «tornar impossível a qualquer país ou grupo de países inti-

midar os outros pela força das armas».

A marca dos tempos

Muito objectivamente a NATO continua a apostar na política da força, e concretamente na ameaça nuclear. Na 26.ª Conferência militar da NATO, realizada em Munique nos fins de Janeiro, o secretário da defesa norte-americano, John Tower, o secretário-geral da NATO, Manfred Wörner, o ministro da Defesa da RFA, Rupert Scholz, e o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Geoffrey Howe, pronunciaram-se pela instalação de novos mísseis atómicos de curto alcance em território da RFA.

Esta continua a ser a opção da NATO. Mas não vão fáceis os tempos para os promotores do militarismo. No próprio seio da NATO se erguem vozes discordantes. O presidente do grupo CDU-CSU no Bundestag, Alfred Dregger, por exemplo, pronuncia-se pela supressão de toda a artilharia atómica da NATO em território da RFA, «porque ela só pode matar alemães».

Bem recentemente, James Baker, secretário de Estado norte-americano, deparou com a resistência do próprio chanceler Helmut Kohl, quanto à modernização dos mísseis nucleares. Não porque o chanceler alemão se tenha convertido num ardente defensor do desarmamento, mas porque a opinião pública da RFA é abertamente hostil a novos passos na militarização, e se está em vésperas de eleições. O que reflecte também a importância do movimento de massas pela paz.

Lisboa - reunificação da Coreia em debate

A reunião alargada do Executivo do Comité Internacional de Ligação para a Paz e a Reunificação da Coreia (CILRECO), que decorreu em Lisboa a semana passada, condenou a actual política da administração Bush, favorável à existência de duas Coreias.

Na reunião desta organização, criada em 1977 em Argel e sediada em Paris, participaram representantes de diversos países. Presentes também diversas personalidades portuguesas, e membros da direcção do PCP, nomeadamente José Bernardino.

Os participantes manifestaram «profunda preocupação com o agravamento da tensão e o impedimento do diálogo norte-sul com vista à paz e reunificação, impostas pelas manobras militares conjuntas «Team Spirit-89» entre os EUA e a Coreia do Sul», e pediram a retirada das tropas americanas da Coreia, deixando ao seu povo a resolução dos seus problemas de maneira independente.

O Comité, de que são presidentes de honra o Marechal Costa Gomes e o antigo presidente senegalês, Leopold Senghor, aprovou um apelo aos partidos, governos, parlamentos e organizações internacionais e uma carta aos presidentes dos partidos sul-coreanos e personalidades sul-coreanas.

Nesta carta dirige-se a todos um pedido para que participem num encontro consultivo de dirigentes do Norte e do Sul do país, proposto pelo presidente Kim Il Sung para discutir a formação de um Estado confederal, Koryo, em que as duas regiões do país conservariam governos próprios e estariam representados em igualdade nas instituições confederais.

Chevardnadze analisa situação no Médio Oriente

O Médio Oriente ainda não aderiu à tendência geral de hoje para o abandono da confrontação e da corrida aos armamentos e a favor do diálogo e da cooperação, mas a situação nesta região tem conhecido «mudanças sensíveis», tendo surgido os pressupostos para resolver o conflito, graças à «Intifada» e às novas posições da OLP — disse ao Pravda o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, ao fazer o balanço da sua viagem aos países da região.

Chevardnadze referiu a preocupação da URSS pela situação nesta região, que «ocupa o 3.º lugar no mundo, após a NATO e o Tratado de Varsóvia, quanto às despesas militares e o primeiro na exportação de armamentos», fazendo dela uma ameaça à paz.

Na criação de condições para resolver o conflito, «o principal mérito é da sublevação palestina e da direcção da OLP que assume uma posição realista e construtiva», sublinhou Chevardnadze.

A URSS propõe a realização de uma conferência internacional. Para a sua preparação prática propõe-se examinar a questão numa reunião especial do Conselho de Segurança da ONU ao nível de ministros dos Negócios Estrangeiros, dinamizar as consultas entre os cinco membros permanentes do Conselho para que, em contacto com o secretário-geral da ONU e as partes em conflito, assumam as funções de órgão preparatório da Conferência, nomear um responsável do secretário-geral da ONU para o Próximo Oriente que seja uma pessoa credenciada e convenha a todos, e balizar a etapa preparatória por limites de tempo.

Kosovo

O recolher obrigatório foi declarado no Kosovo, região da Jugoslávia, medida a que se seguiu uma série de detenções e instauração de inquéritos judiciais, nomeadamente a dirigentes da Liga dos Comunistas de Kosovo.

Greves e manifestações têm-se realizado no Kosovo desde o anúncio de alterações na Constituição jugoslava, alterações que vão nomeadamente no sentido de reduzir a autonomia da região, que ficaria mais dependente da Sérvia.

FSM reúne em Havana

O bureau da Federação Sindical Mundial (FSM) vai reunir em Abril no palácio dos Congressos de Havana.

São temas da agenda a unidade no movimento sindical da América Latina e Caraíbas, a dívida externa dos países da região, a solidariedade com as vítimas da repressão em El Salvador, Chile, Paraguai e Colômbia.

Segundo o secretariado da FSM, participarão na reunião representantes de 36 países e centrais sindicais internacionais e regionais.

PC da Índia em Congresso Saudação do PCP

Uma delegação do Partido Comunista Português está a participar nos trabalhos do XIV Congresso do Partido Comunista da Índia, que se desenrolam de 6 a 12 deste mês.

A delegação é composta por Blanqui Teixeira, do Secretariado do CC, e Domingos Lopes, suplente do CC.

À sua partida para a Índia, Blanqui Teixeira referiu o grande interesse do PCP

pelo Congresso do PC da Índia, pois ele permite-nos melhor conhecer a actividade dos comunistas indianos, assim como a situação política naquele grande país asiático.

O Comité Central do PCP enviou ao CC do Partido Comunista da Índia, uma mensagem de saudação ao Congresso, de que aqui reproduzimos alguns extractos.

O PCP acompanha com espírito solidário a luta do

PCI em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores da Índia contra a política económica que favorece os monopólios e agrava as condições de vida dos operários, dos camponeses e outras vastas camadas da população indiana.

Seguimos com particular atenção os vossos esforços para criar uma vasta frente de forças anti-imperialistas e democráticas que opere uma viragem à esquerda na política indiana, em defesa da democracia, da unidade nacional e da política externa de não alinhamento e anti-imperialista da Índia.

Os comunistas portugueses valorizaram altamente a política externa indiana que tem desempenhado um importante papel na arena internacional para a defesa da paz e para o desarmamento nuclear.

Em resultado da inovadora e activa política de paz da União Soviética e dos países socialistas e da luta tenaz dos trabalhadores e dos povos pela sua emancipação

nacional e social, afirmaram-se nos últimos anos tendências positivas na vida internacional que se impõe defender e consolidar para alcançar o desarmamento nuclear, assegurar o direito dos povos à livre escolha do seu próprio caminho, garantir a coexistência pacífica como norma de relacionamento na comunidade internacional.

Estes grandes objectivos exigem dos partidos comunistas de cada país, uma luta permanente e insubstituível, assim como o reforço da sua cooperação e a coordenação das suas acções, no plano regional e mundial. Torna também necessária a acção conjunta de todas as forças políticas, sociais e religiosas interessadas na defesa da paz. Na Resolução Política aprovada no XII Congresso o PCP considera que é possível, pelo fortalecimento da unidade de acção das forças do progresso social, da paz, impedir o imperialismo de concretizar os seus mais perigosos planos militares agressivos.



Blanqui Teixeira e Domingos Lopes, à partida para a Índia

Internacional

Venezuela

Revolta popular contra receitas do FMI



Carlos Andrés Pérez, presidente da Venezuela

27 de Fevereiro de 1989 ficará na história da Venezuela como o dia da revolta e da desilusão. Revolta popular contra as severas medidas de austeridade decretadas pelo governo; desilusão de quantos acreditaram nas promessas eleitorais de Andrés Pérez que lhe valeram a maioria dos votos em 4 de Dezembro último.

Aquela data ficará também na história como o primeiro dos três dias de sangrentos confrontos entre populares e forças de segurança, cujo balanço se saldou em centenas de mortos, milhares de feridos e detidos e elevados prejuízos económicos.

Tudo começou com o anúncio do plano de austeridade aprovado pelo governo de Andrés Pérez, menos de um mês após a sua tomada de posse. O plano, concebido de acordo com as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), consagra a liberalização generalizada dos preços, com excepção de uns poucos produtos de primeira necessidade.

Refira-se, a título de exemplo, que a gasolina e os transportes registaram aumentos de cem por cento.

As reacções populares

não se fizeram esperar. As manifestações de protesto deram rapidamente lugar a motins e saques de estabelecimentos comerciais e daí a confrontos com a polícia e à intervenção do exército foi um passo. O governo decretou de seguida o recolher obrigatório (das 18 às 6 horas), por tempo indeterminado, suspendeu as garantias constitucionais e impôs a censura prévia à imprensa.

Em Caracas, a capital, bem como noutras cidades venezuelanas, enquanto a situação voltava lentamente à

«normalidade», o balanço dos acontecimentos revelava, sem margem para dúvidas, que a «explosão popular» era a mais grave desde o derrube da ditadura no país, em 1958.

Mas a final o que é a «normalidade»?

Na América Latina, bem como a nível internacional, a Venezuela é vulgarmente apresentada como o país mais rico da região (possui o rendimento *per capita* mais elevado) e a mais estável democracia do subcontinente. Acontece porém que a distribuição da riqueza não é, nem nunca foi, equitativa. E se no período áureo dos preços do petróleo, que representa cerca de 90 por cento das exportações do país, a situação económica foi conhecida como o tempo «das vacas gordas», a realidade é hoje completamente diferente.

Com uma dívida externa de 33 mil milhões de dólares, a Venezuela encetou negociações com o FMI para o

desbloqueamento de um empréstimo imediato de 453 milhões de dólares, mais um empréstimo adicional de 4,6 mil milhões de dólares durante os próximos três anos. O acordo com o Fundo, como de costume, implicou a aceitação de um plano de austeridade nos moldes anunciados pelo governo e que viria a despoletar a «explosão social».

Os acontecimentos eram previsíveis. Como escreve a propósito o jornal «Le Monde», «os aumentos atingem uma população com um poder de compra fortemente degradado nos últimos anos pela quebra das cotações do «ouro negro» — um recurso extraordinário de que o país não soube tirar partido».

«A Venezuela, prossegue o artigo do «Le Monde», teme actualmente uma tendência «latino-americanizante» da situação: a subida em flecha do défice-austeridade-recessão que é o problema da maior parte dos seus vizinhos

desde o começo, com os anos 80, da famosa «crise da dívida internacional».

Ao apresentar-se às eleições, em finais do ano passado, Andrés Pérez não desconhecia a situação do país. Mas se é verdade que não escondeu, durante a campanha, a necessidade de fazer face à crise económica com o recurso ao aumento dos preços, não é menos verdade que fez promessa de melhoria das condições de vida, jogando em seu favor com a memória dos anos dourados da sua primeira presidência no período de 1974/79, quando o petróleo se encontrava em alta.

De salientar, por outro lado, que Andrés Pérez jogou também na campanha eleitoral com a carta da dívida externa, defendendo novos mecanismos de pagamento e fazendo acreditar que a questão poderá ser ultrapassada com uma intervenção «enérgica» dos devedores junto dos credores.

Ora o que aconteceu não foi nada disso. As «boas intenções» continuam a não passar disso mesmo, e Pérez acabou por aceitar as velhas receitas do FMI.

O exemplo da Argentina, que se debate com sérios problemas para aplicar os programas de austeridade de que depende o empréstimo negociado com o Banco Mundial, pode ter levado as autoridades venezuelanas a moderar as suas anunciadas «boas intenções». Segundo noticiava recentemente o «Wall Street Journal», o Banco Mundial suspendeu um empréstimo de 350 milhões de dólares à Argentina por este país não pôr em prática as «condições específicas» que haviam sido acordadas. Saliente-se que os 350 milhões faziam parte de um «pacote» de 1,2 mil milhões aprovado em Outubro último.

Após os trágicos acontecimentos da semana passada, o presidente da Venezuela procurou salvar o seu prestígio acusando o FMI e os governos das grandes potências ocidentais de «empobrecer» os países latino-americanos, agravando as condições de vida da população e levando-as «à violência, único recurso da miséria».

Mas Andrés Pérez não tem alternativa para tal situação, continuando a defender que o recurso ao FMI é «a única solução» para a crise económica do país, o que deixa pressupor que, para o seu governo, a imposição de tais medidas passa, se necessário, pela repressão.

Dir-se-ia um beco sem saída, mas não é verdade. Na base de toda esta problemática está, uma vez mais, a necessidade de uma nova ordem internacional. A questão está em saber quando se dará conta disso os responsáveis pela política financeira mundial.

Colômbia

«Esquadrões da morte» fazem novas vítimas

Jose Antequera, membro do Comité Executivo Central do Partido Comunista Colombiano (PCC) e da Coordenadora Nacional da União Patriótica (UP), foi assassinado na sexta-feira passada no aeroporto de Bogotá por um grupo dos «esquadrões da morte», organização terrorista que há anos aterroriza o país com os seus crimes.

Jose Antequera, de 34 anos, foi a 721.ª vítima desde a criação da UP, em 1984, a tombar em atentados deste género. Durante a semana passada, os «esquadrões da morte» assassinaram outros cinco dirigentes daquela organização democrática, cuja principal força integrante é o PCC.

Durante o atentado de sexta-feira, no aeroporto El Dorado, morreram mais três pessoas e sete ficaram gravemente feridas, incluindo o senador do Partido Liberal, no poder, Ernesto Samper. De acordo com informações divulgadas pela polícia colombiana, um dos presumíveis assassinos morreu durante a troca de tiros que se verificou e outros três foram detidos.

Numa nota distribuída pelo PCC a propósito de este novo crime, salienta-se que «o governo de Virgílio Barco se mostra impotente para conter a nova onda de atentados criminosos desencadeada na passada segunda-feira com o assassinato de Teófilo Forero e outros dirigentes do Partido em Bogotá».

O PCC fez ainda saber

que, também na semana passada, a direcção do PCC entregou ao presidente Barco fundamentadas denúncias de implicados em actos de terrorismo, sublinhando a cumplicidade de altos comandos militares com os grupos de assassinos.

Cabe lembrar que ainda em meados de Fevereiro últi-

mo se realizou, por iniciativa do Encontro de Solidariedade efectuado em Quito em Novembro do ano passado, uma jornada internacional de solidariedade para com o povo colombiano, contra a «guerra suja» e pelo respeito dos direitos humanos.

A iniciativa, bem como outras manifestações de solidariedade, foi considerada da maior importância tendo em conta que se intensificaram as acções de «guerra suja», como os impressionantes massacres da população de Segovia em finais de 1988, ou o fuzilamento, por grupos paramilitares, de 12 juizes e funcionários da Polícia Judiciária que investigavam elementos dos «esquadrões da morte».

O PCC, bem como outras organizações políticas e so-

ciais colombianas, vem apelando para uma crescente intervenção internacional para pôr fim à «guerra suja», aos desaparecimentos e torturas, aos fuzilamentos sumários, aos desmantelamentos dos grupos paramilitares eufemisticamente chamados de «autodefesa» pelos manuais oficiais.

Entretanto, numa tomada de posição da União Patriótica afirma-se que o assassinato de Jose Antequera «pode acabar com as possibilidades de paz», justamente quando tinha sido reatado o diálogo entre o movimento guerrilheiro M-19 e o governo de Virgílio Barco e as Forças Armadas Revolucionárias (FARC) tinham decretado um cessar-fogo unilateral.

A UP exigiu uma depuração do exército, de há muito reclamada, como prova do real empenhamento do executivo de Barco em salvar a democracia na Colômbia.

O PCC apelou por seu turno à comunidade internacional para que expresse por todas as formas o seu protesto contra a situação que se vive na Colômbia e exija ao governo colombiano uma intervenção imediata para desmantelar o plano de extermínio contra os comunistas e outros democratas daquele país.

Telegrama do PCP

O Secretariado do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Colombiano o seguinte telegrama:

Condenando firmemente o assassinato da camarada Antequera e muitos outros comunistas e democratas com a conivência de altos comandos militares, expressamos fraternal solidariedade dos comunistas portugueses com a heróica luta do povo colombiano.

«Salazar, dando largas ao seu furor colonialista, desenvolve uma repressão sangrenta contra os povos africanos e asiáticos ainda submetidos ao colonialismo português. Depois dos fuzilamentos dos 26 grevistas na Guiné, o governo salazarista acaba de deportar para Angola 49 patriotas timorenses, dos quais 36 foram internados no sinistro campo de concentração do Bié onde se encontram presos outros patriotas goeses, angolanos e de outras colónias.

Ao mesmo tempo, os colonialistas portugueses preparam um monstruoso julgamento em Luanda de cerca de 50 patriotas angolanos e de alguns democratas portugueses acusados de auxiliarem a luta do povo de Angola contra o colonialismo português. (...)

Os salazaristas acusam os patriotas negros e os prisioneiros brancos de «traição à pátria», o que demonstra as suas intenções de aplicar aos acusados pesadas penas. A maior parte dos presos angolanos foram submetidos a brutais torturas pelos esbirros da PIDE capitaneados pelo subinspector Aníbal São José Lopes. De alguns dos patriotas angolanos aprisionados não há quaisquer notícias pelo que se admite tenham sido assassinados.»

«O Terror nas Colónias» — «Avante!», VI Série, n.º 288, Março-Abril 1960)



«A coberto da impunidade, a PIDE assalta casas, passa buscas, prende e maltrata. Estradas e transportes são patrulhados e vigiados pela PIDE, GNR e as suas redes de bufos.

Nestas suas manobras de intimidação, a polícia segue pessoas, vigia-lhes as residências e os locais de trabalho, intima-as a comparecer a interrogatórios nas sedes da PIDE, nas esquadrões e nos postos da GNR e da PSP. Podemos dizer que não se passa um único dia em Portugal sem que pessoas não sejam presas ou chamadas a interrogatórios para averiguações políticas.

Nas prisões, homens e mulheres sofrem torturas e restrições de toda a ordem. Após a fuga de Peniche, aos presos que ainda lá ficaram foi aplicado um mês de segredo e os drs. Humberto Lopes, Manuel de Andrade e o poeta Borges Coelho foram espancados.

Na Cadeia Central do Norte, as visitas passaram a ser feitas com uma mesa bastante larga entre os presos e as famílias. Como aqueles protestassem e se recusassem a ter mais visitas em tais condições, a PIDE castigou alguns deles. A saúde dos presos políticos, dadas as desumanas condições prisionais, é muito precária; Maria Ângela, Maria Luísa Costa Dias e Luísa Paula encontram-se gravemente doentes e os médicos pronunciam-se pela impossibilidade de tratamento enquanto estiverem presas.

A repressão estende-se às mais diversas camadas e aos mais diversos aspectos da vida social. Desde o processo movido ao escritor Aquilino Ribeiro, desde a sindicância e demissão do assistente da Faculdade de Letras de Lisboa Dr. Urbano Tavares Rodrigues e o encerramento da SEN, ao processo contra as entidades católicas e contra os advogados que desmascararam alguns crimes da PIDE e do governo e pediram um inquérito, à expulsão para fora do país do Bispo do Porto.»

«Assassinatos, violências e perseguições» — «Avante!», VI Série, n.º 288, Março-Abril 1960)

As comemorações do 68.º Aniversário da fundação do nosso Partido tem constituído nestes dias para os comunistas e para todos os seus amigos um natural e forte motivo de alegria e festa.

Mas não só. Mais do que isso o 6 de Março de 1921 inscreve-se como dia de ouro no historial de luta do movimento operário português e de maneira mais lata na do longo e áspero combate do nosso Povo pela Liberdade, a Democracia e a Paz.

É um partido cuja história está intrinsecamente li-

gada à luta e à História do povo português nas últimas sete décadas.

gada à luta e à História do povo português nas últimas sete décadas.

As comemorações de 1989 exprimem essa ligação profunda: Motivo de festa e luta para todos os trabalhadores e cidadãos progressistas da nossa terra — motivo de raiva e luto para os mais empedernidos inimigos do Progresso e da Democracia em Portugal.

Obviamente, não nos move nesta apreciação qualquer doentia tendência de esgrimir contra moínhos de vento. Trata-se, de facto de uma caracterização perfeitamente fundamentada.

Ainda recentemente um obtuso escriba da direita, um dos que elegeram o PCP como alvo preferencial da sua verborreia plumitativa, se referia aos comunistas portugueses e ao seu Partido como uma seita de trogloditas, de marginais e espúrios da sociedade portuguesa, como gente estranha e desfazada das realidades, quase como extra-terrestres na fase primária... Este luminar da desinformação vê naturalmente a realidade com os binóculos ao contrário e as lentes um bocado foscas.

Mas é crível que um ou outro dos que o leram, menos informados ou abertos à desinformação, o tenham aceite como bom.

Por isso, e porque a memória se esvai às vezes nas dobras do tempo, é útil neste troço actual da nossa trajectória histórica formular e procurar responder a certas elementares questões que se colocam neste 68.º Aniversário do nosso Partido:

Quem somos? Donde viemos? Que projectos e objectivos temos? Que bússola guia os nossos passos? O que nos distingue e o que nos identifica com o comum dos cidadãos?

As respostas não caberiam em toda a sua riqueza num simples artigo de jornal mas terá de ser dada pelos que a tais questões têm um contributo a dar.

Necessariamente se pode apenas em tão reduzido espaço aflorar o essencial ou abrir pistas para uma incursão mais fundamentada e vasta na História que está por fazer ao Partido Comunista Português.

O Partido dos comunistas portugueses é o produto do amadurecimento da consciência de classe do movimento operário português da época; da constatação pelos trabalhadores da falência da República democrático-burguesa de 1910 na resposta aos cruciais problemas do mundo do trabalho; da verificação da indigência ideológica e política do anarquismo e do anarco-sindicalismo quanto ao verdadeiro papel da classe operária na luta contra a exploração e a opressão capitalistas naquele primeiro quartel do Século XX e contra as desastrosas consequências da participação de um pequeno país, como Portugal, simultaneamente dependente do capital estrangeiro e terceira potência colonial da época, na Primeira Guerra Mundial.

É principalmente o fruto do influxo revolucionário da Grande Revolução Socialista de Outubro entre a classe operária internacional, da concretização pela primeira vez na História da humanidade da criação de um Estado de operários e camponeses, numa sexta parte do globo — a União Soviética.

No núcleo dos fundadores do PCP não havia ainda a predominância física da classe operária, alguns dos seus mais destacados componentes não estiveram à altura das exigências históricas que pesavam

Um Partido firme e combativo

na época sobre um partido revolucionário dos trabalhadores. O marxismo-leninismo, opção ideológica do nóvel partido, não tinha ainda correspondência na prática e nos dirigentes que o criaram.

Mas no embrião já estava o gérmen do que iria ser o grande Partido dos trabalhadores portugueses dos dias actuais.

Ainda inoperante, incapaz de constituir-se como nervura essencial e decisiva da resistência popular ao advento do regime fascista em Portugal, o PCP iria radicar-se, engrandecer-se, tornar-se um grande partido nacional e a força esclarecida e dinamizadora da luta do nosso povo contra o fascismo durante a longa noite clandestina de 48 anos em condições adversas.

Alguns números são elucidativos daquela inoperância e incapacidade: 90 delegados representativos de 500 aderentes e de 27 organizações no 1.º Congresso em Novembro de 1923; 100 delegados no 2.º Congresso, a realizar-se no próprio dia do triunfo do golpe militar de 28 de Maio de 1926 que iria rapidamente levar o fascismo às cadeiras do poder; 28 aderentes quando em 1927 é ilegalizado.

E neste mesmo ano todo o seu Comité é preso pelos novos detentores do poder. Só na Conferência de Abril de 1929, com a participação de 40 militantes e sob convocatória de Manuel Pilar e Bento Gonçalves o PCP vai começar a afirmar-se como indestrutível baluarte da classe operária no difícil e duro combate contra o domínio fascista.

A eleição de Bento Gonçalves — o qualificado e esclarecido operário arsenalista — para Secretário-Geral do Partido é a viva personificação de uma transição de classe a nível dirigente que iria marcar para o futuro a vida e acção do PCP.

Uma dúzia de anos mais tarde, depois de uma procelosa época, marcada no plano internacional pelo advento do nazismo, pela guerra civil espanhola e o desencadear da 2.ª Guerra Mundial, e no plano nacional pela institucionalização do regime fascista, a criação do Tarrafal e a intensificação do processo de liquidação física dos comunistas, a reorganização de 1941/42, eliminando processos nefastos para a vida do Partido e para a sua acção como partido da classe operária com responsabilidades fundamentais no processo de luta para o derrubamento do fascismo, foi condição essencial para o reforço e a efectiva ligação do Partido às massas, para a condução de lutas das mais grandiosas e combativas do movimento operário e popular e para a criação do largo Movimento de Unidade Nacional Antifascista, do CNUAF, do MUD e doutras frentes de luta que fizeram decisivamente aproximar a hora da libertação do nosso povo em 25 de Abril de 1974.

Nenhum outro partido viveu como o PCP épocas tão diversas; nenhum como ele teve de dar resposta a situações, problemas e acontecimentos novos e de natureza tão variada; nenhum como o nosso Partido cresceu, desenvolveu-se e se tornou adulto em plena luta clandestina contra um brutal poder fascista e o seu tão poderoso e cruel aparelho repressivo; nenhum como o PCP pagou um tão pesado tributo à causa da liberdade e da Democracia em Portugal.

A rota histórica e heróica do PCP sob o odioso regime fascista é um épico caminho marcado com o

sangue e as mais duras provações dos seus militantes.

Há dias os sobreviventes do Campo da Morte Lenta do Tarrafal evocaram no mausoléu do Alto de S. João os 32 assassinados nos insalubres pântanos de Cabo Verde.

Mas quantos, como Vieira Tomé, Ferreira Marques, José Moreira, Germano Vidigal, Joaquim Lemos de Oliveira, Manuel da Silva Júnior, Raul Alves e outros foram torturados até à morte nos antros da

PIDE! Quantos como Alex, Dias Coelho, Catarina Eufémia, Ferreira Soares, Adângio, Cândido Capilé, Alfredo Lima, Estevão Giro e outros foram ceifados nas ruas pelas balas assassinas dos esbirros fascistas! Quantos como Militão Ribeiro, Carlos Pato e outros morreram à míngua nas prisões fascistas!

O facto de o primeiro Comité Central eleito depois do 25 de Abril somar entre os seus componentes 350 anos de prisão é um índice dos muitos milhares de camaradas que numa soma de milhares de anos ocuparam as sinistras prisões fascistas.

Não somos saudosistas ou cultores do passado mas o historial de luta desses duros anos representam um património incomparável do PCP, um incentivo para os novos militantes que ingressam nas fileiras do nosso Partido, um exemplo sem par entre as forças democráticas que com os comunistas ombream e ombreiam e convergiram e convergem no combate pela Democracia, pelo Progresso Social, pela Paz.

É um património de luta que está nos alicerces das riosas alvoradas de Abril de 74 e na primeira linha da defesa das conquistas democráticas do povo português, actualmente sob a mais perigosa ameaça da direita restauracionista governante.

A História destes 15 anos da Revolução de Abril, em particular destes difíceis 13 anos de complexa luta contra o processo da conta-revolução, pôs à prova a ténpera de classe e a maturidade e capacidade política do Partido Comunista Português.

Nesta nova curva da História, no enfrentamento das novas situações e realidades, o rico património de luta do PCP de dura experiência feito, constitui um instrumento basilar sem preço para a acção dos comunistas na hora actual, para fazer face aos complexos problemas que se desenham no futuro imediato e a médio prazo de Portugal e do Povo português, para rasgar novos caminhos no aprofundamento da democracia, na busca de soluções e na resposta aos desafios que a nova época em gestação coloca aos portugueses.

O XII Congresso do nosso Partido é a primeira grande arrancada para a definição e a afirmação adequadas do papel dos comunistas portugueses na construção de uma democracia avançada neste limiar do século XXI, expressa no terreno político, no económico, no social, no cultural.

O PCP que nos anos duros da brutal dominação fascista foi o eixo e a grande força impulsionadora da unidade de todos os democratas e antifascistas — que souberam apesar das suas divergências e diferenças de opinião superar os factores secundários de divisão e eleger os factores fundamentais que impeliam à unidade e à acção comum — é o mesmo que na hora actual, guiado pela bússola do marxismo-leninismo e sem transacções de princípios, se manifesta aberto a um largo entendimento na abordagem e enfrentamento das novas questões que solicitam a intervenção decisiva do movimento popular e democrático e das organizações e partidos da oposição democrática na contenção da ofensiva das forças reaccionárias personificadas no governo e na política do PSD sob a chefia do «monarca absoluto» Cavaco Silva e na construção e viabilização de uma alternativa democrática.

Esta é a tarefa prioritária dos comunistas no momento em que festivamente comemoram o 68.º Aniversário do seu heróico Partido. ■

8 de Março

Se ganham consciência

Em menos de duas décadas o número de mulheres consideradas na população activa duplicou: são hoje, calcula-se, cerca de dois milhões, num total que não atingirá os cinco milhões. A citação de números exactos seria igualmente imprecisa: o mercado de trabalho é hoje o mais «clandestino» de todos os nossos mercados clandestinos, com a proliferação dos vínculos precários que às vezes são vínculo nenhum — a absoluta precariedade, como acontece, comprovadamente, em sapatarias da baixa lisboeta, onde se paga, à noite o salário do dia e se diz à empregada «amanhã não és precisa».

Atingindo homens e mulheres, o trabalho precário vitima com particular violência as mulheres, desde logo e regra geral coagidas a optar entre o emprego e a maternidade.

Respigados de conversas com duas dirigentes sindicais e uma delegada sindical, eis dois ou três exemplos das práticas de discriminação mais comuns.

Ana Paula Xavier, dirigente do CESL, Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, acha que nunca é de mais falar do que se passa nos supermercados, penosa caricatura de uma situação que se estende ao comércio em geral.

Um sector selvagem

— Todos os grandes espaços de supermercados que estão a abrir vivem exclusivamente do trabalho precário. O «Continente» só tem contratados a prazo, que são na maioria mulheres. A gravidez é uma limitação absoluta. É fatal! — afirma Ana Paula: confessadamente grávidas, não entram; se engravidam, quando termina o contrato (que nunca excede 6 meses) vão para a rua. Trata-se, pois, principalmente, de negar os direitos pós-parto.

Direitos que são aliás mesmo negados a trabalhadoras efectivas. Se exigem a aplicação dos seus direitos — à aleitação, à assistência inadiável a filhos e família prevista na lei, à ida a consultas — são sucessivamente transferidas de secção, para outra loja da mesma cadeia, mais afastada da residência, para trabalhos cada vez mais penosos; são pressionadas a rescindir o contrato em troca de uns contos de réis.

— Contra tais atropelos nada pode frequentemente o sindicato. Por um lado, só pode agir com autorização da trabalhadora; por outro, sobretudo entre as contratadas a prazo, a maior parte sindicaliza-se, quando se sindicaliza, depois de muitos trambolhões — normalmente quando é despedida.

É então que o sindicato se bate pela categoria profissional que ela *devia ter tido*, pela reposição da diferença sobre o ordenado que ela *devia ter recebido*, pela indemnização que lhe *seria devida* — reparações pecuniárias que não repõem direitos quantas vezes irremediavelmente perdidos: o direito ao justo enquadramento profissional, à não discriminação, à maternidade quando desejada...

Caminhos cortados

Tais atropelos à legalidade são comuns a muitos outros sectores. **Maria Inocência**, trabalhadora efectiva numa fábrica de bolachas, delegada sindical, assinala a «a boa educação» com que se responde ali às reivindicações dos trabalhadores:

— Espírito de diálogo há, mas é um diálogo sem resultados. No dia 24, quando fomos para a greve, nós, as mulheres da minha empre-

— cuidado com elas!

sa, voltámos a reivindicar, em primeiro lugar, que o prémio de assiduidade de 5 contos que é dado só a quem não faltar *mais de 15 minutos por mês*, seja desde já incluído no salário. Quem mais sofre com isto são as mulheres, que têm filhos e que deles cuidam. Basta ir a uma consulta...

— Depois, ainda temos o prémio de produtividade, que contempla uns e outros não, muitas vezes nem se sabe porquê: depende da opinião do chefe.

A hotelaria é outro dos sectores em que as mulheres são penalizadas no emprego e no acesso a este pelo facto de serem mulheres e mães. Segundo **Maria Clotilde**, dirigente há 6 anos do Sindicato da Hotelaria do Sul, além da praga dos contratos a prazo com o seu cortejo de atropelos às leis da igualdade e da maternidade, a discriminação faz-se actualmente sobretudo pela via do acesso às carreiras, a cujo topo raras mulheres chegam, mesmo em casos de igual preparação escolar ou profissional. Os homens são maioritários nos trabalhos mais qualificados, as mulheres são-no largamente nas categorias mais baixas, mais penosas, mais mal remuneradas. Nas cozinhas, copas, limpezas. O chefe é por regra um homem.

Quem mais se bate

Dar força à resposta do movimento sindical à variada teia de explo-

Ana Paula Xavier, dirigente do CESL: «Aumentar o número de mulheres dirigentes sindicais é um objectivo da actual direcção»



Sob esta aparente tranquilidade, vivem afinal com o coração nas mãos...

rações-discriminações que impenhem sobre a mulher trabalhadora tem passado pelo fortalecimento e dinamização dos departamentos sindicais de mulheres, pelo incentivo à eleição de delegadas sindicais e dirigentes a tempo inteiro, mulheres. Os dois sindicatos que aqui hoje citamos têm excelentes experiências recentes. No CESL, nos últimos dois anos elegeram-se mais mulheres que homens para delegados sindicais — elas são 23% do total; na Hotelaria, há 10 mulheres na actual direcção — 32% dos eleitos, que se espera ver aumentados na próxima lista.

Os homens das direcções — dizem as nossas sindicalistas — têm ajudado «muitíssimo» a esta participação, batem-se pela formação sindical de mais mulheres, pela sua promoção. No entanto — afirmam-nos ambas — «quem mais se bate pelas mulheres são as próprias mulheres». Para participarem na luta nos sindicatos e nas empresas são muitos os escolhos sociais e familiares, os preconceitos, a falta de tempo que têm que vencer. Mas — são palavras da Maria Clotilde — «quando ganham consciência — cuidado com elas!» ■

Dia Internacional da Mulher

■ **Marília Villaverde Cabral**

As mulheres e o PCP

Dizia há meses um jornalista, desses que têm por hábito comentar o PCP, que as nossas coisas iam tão mal que já ninguém se interessaria por vir a este Partido da classe operária.

Enganava-se o jornalista. Desde Julho/87 a Janeiro/89 entraram para o Partido mais de 3500 novos camaradas. Sabemos que o recrutamento está muito longe do que nós desejamos, mas sabemos também como tem sido prolongada e dura a luta que travamos contra a ofensiva da direita. Destes novos militantes, mais de 800 são mulheres, o que é ainda mais significativo, pois temos consciência de quanto a ofensiva tem sido mais prejudicial, mais violenta, contra as mulheres. São sobretudo as trabalhadoras quem mais tem sofrido. Elas são as primeiras a ir para o desemprego, são elas quem tem maior dificuldade em encontrar um posto de trabalho estável. Os seus salários são, em média 27,2% inferiores à média geral. Sabemos que a precariedade do emprego é um flagelo que atinge todos os trabalhadores, mas nem sempre nos lembramos que 45,5% desses frágeis vínculos atingem as mulheres e que elas são maioritárias no trabalho, sem qualquer contrato.

Sabemos que, por razões milenares, os homens constituem a maioria da população activa e dos trabalhadores por conta de outrem. Mas devemos ter presente que, no exército de desempregados criado pela política de direita, as mulheres são hoje a maioria, com 60%.

Nós, mulheres comunistas, sabemos que a luta pela emancipação da mulher é inseparável da luta geral pela emancipação dos trabalhadores.

O PCP, pela sua história, pela sua acção, pelo seu programa dá às mulheres todas as garantias de estar sempre ao seu lado.

Integradas no PCP, as mulheres comunistas batem-se contra a ofensiva da restauração capitalista, pela defesa do Sector Empresarial do Estado, pela reforma Agrária, contra o acordo PS/PSD, em defesa da Constituição de Abril que deu às mulheres direitos raras vezes alcançados na Europa. Lutam contra o Pacote Laboral que fará delas as principais vítimas. Mas lutam por mais. Lutam pelo que é específico delas próprias, aprendem, no Partido, que a luta pela igualdade tem que ser travada não só pelas mulheres comunistas, mas por todo o Partido.

Um mesmo combate

Umas de nós dirigimos mais os nossos esforços para a luta especí-

fica das mulheres. Outras dirigimos mais os nossos esforços para o combate geral. São aspectos complementares do mesmo combate. A luta específica das mulheres tem um papel importantíssimo no processo emancipador. Ela acorda consciências para os direitos das mulheres, para a igualdade necessária. Não tem menos importância a participação das mulheres na luta revolucionária geral. Participando na luta, ela contribui para a modificação da sua situação social.

Ambos os postos de combate contribuem para este desafio apaixonante que é a transformação da mentalidade do Homem.

Somos nós, os comunistas, acusados com interessada frequência de termos perante a vida de hoje uma atitude antiga, velha. Mas a verdade é que, além de defender-

mos a sociedade do futuro, batemo-nos hoje pelo que de mais moderno existe. Fomos nós quem avançou com projectos que, uma vez consagrados em lei, nos colocariam, aos portugueses e portuguesas, na vanguarda da Europa capitalista, no que diz respeito ao Planeamento Familiar, Educação Sexual e Interrupção Voluntária da Gravidez. As leis aprovadas, mesmo sendo mais recuadas continuam a não ser cumpridas pelo Governo que mantém a situação retrógrada e aviltante dos tempos mais antigos.

Apesar de tudo o que temos feito, dos grandes passos que temos dado nesta frente de trabalho, estes avanços estão longe de nos satisfazer.

Temos de ir concretizando com mais audácia as decisões, as orientações da Conferência do Partido sobre «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», as Resoluções do nosso Congresso. Temos de ter em conta na promoção, no enquadramento das mulheres, na distribuição das suas tarefas, a realidade ainda existente que faz cair sobre as mulheres o grande peso dos trabalhos domésticos.

Não é fácil a luta dos comunistas nem são fáceis de alcançar os seus objectivos. Mas escolhemos este Partido e sabemos que escolhemos bem.

Neste 8 de Março, data em que é habitual e justo saudar a mulher, também é justo saudar o nosso Partido por nos ter ensinado tanta coisa, inclusive, para muitas de nós, a sermos verdadeiramente mulheres. ■



■ Helena Neves

Imprensa feminina

8 de Março

O combate ideológico em papel «couché»

No final dos anos 80, em plena revolução tecnológica da comunicação social, a imprensa feminina torna-se vedeta. Os magnates da comunicação social investem (ou reinvestem) em revistas femininas com o mesmo entusiasmo bulímico com que se lançam a cadeias de televisão, aos sistemas de comunicação por cabo, às estações de rádio, aos jornais. A imprensa feminina é rentável. E não apenas em termos económicos. Nem fundamentalmente.

Rupert Murdoch, um dos dois maiores magnates da comunicação social, possui entre o seu imenso império, dezenas de estações de televisão, jornais, os diários ingleses «The Times», «The Sun», o «News of the World» e nos Estados Unidos, a companhia cinematográfica «Twentieth Century Fox» e as revistas «Elle» e «New Woman». Maxwell o outro grande Pantagruel da concentração e do poder em comunicação social, também, há muito, descobriu a rápida reprodução do capital dos investimentos em revistas para as mulheres e da sua expansão. Uma expansão que não é apenas em novos títulos mas, fundamentalmente, territorial. A dissolução das barreiras entre os *media* segue a par da dissolução de fronteiras entre os países quanto à sua influência e espaço de divulgação. A circulação de produtos da indústria cultural — nomeadamente neste domínio — segue a par da circulação de (outras) mercadorias. «Coca Cola», «Renaud», «Times», «Elle», «Marie

Claire» são consumidos desde a América à Ásia. Só a revista «Marie Claire», surgida em França em 1937, vende-se hoje, em edições específicas em vários países árabes, no Japão, em Espanha, Grécia, Turquia, Inglaterra, Alemanha, Brasil e Portugal.

O que move os «investidores»?

Desde o ano passado que assistimos, também, no nosso país a um surto de imprensa feminina. «Marie Claire» e «Elle» em edição portuguesa, a revista «Máxima», nacional e «nacionalista», surgiram no Outono de 88 e, entretanto, novos títulos se anunciam. São revistas que seduzem o olhar. Meios perfeitamente inseridos na comunicação visual, hoje, de influência dominante. Porque o desenvolvimento massivo dos meios audio-visuais impôs uma transforma-

ção na fisionomia dos *media* impressos, entre os quais as revistas femininas constituem — têm de constituir — um espécimen particularmente cuidado, até pelo perfil do público, em média, com poucos e dispersos hábitos de leitura. Portadoras de múltiplas imagens, elas próprias imagem, estas revistas contam com um mercado amadurecido por fantásticas campanhas de promoção. São à partida vendáveis. E servem a venda-aceitação — de outras coisas além delas mesmas.

Nesta idade de consumismo avançado, tal como se vende um detergente, um perfume, vende-se uma revista, muitas revistas. Mas a venda de uma revista multiplica a sua rentabilidade. Porque, através dela, se promove, se anuncia o detergente, o perfume, a máquina de lavar, e esta potencialidade de promoção pode mesmo impor um novo meio. «Sabemos há muito que as agências de publicidade e os anunciantes desejam uma revista de prestígio para a mulher. Para anunciar aquela gama de produtos que, para além da qualidade, vive da cor, da textura, da forma, da sedução do sonho», afirmou a directora da «Máxima» numa síntese sobre as razões da publicação da revista.

Seria, porém, primário encarar o novo surto de imprensa feminina (tal como outros investimentos em Comu-

nicação Social) apenas como motivado pela certeza da rentabilidade em termos económicos. É certo que os grandes grupos financeiros estão a descobrir acelerada e deliciadamente as enormes potencialidades da indústria cultural. Mas o que os move nem sempre, nem fundamentalmente, é a busca do lucro que lhes chega e sobra noutros sectores. Aliás, verificam-se na comunicação social, vários investimentos confessadamente e *a priori* conhecidos como não lucrativos. Porquê então este «vetismo» que assume a imprensa feminina? Que move os investidores nesta área?

O que se passa é que, nos nossos dias, o capitalismo, o poder, utilizam, com maior nitidez do que outrora, a imprensa feminina no combate ideológico contra as forças de esquerda, contra o processo de libertação da mulher. Trata-se, efectivamente, de um combate. Em papel *couché* e cuidada selecção de cores.

Detergentes, imagens, perfume e estilo de vida

A expressão da imprensa feminina impulsionada por multinacionais, nestes anos 80, constitui um aspecto do reinvestimento ideológico do capitalismo na questão feminina.

Histórica e sociologicamente, as mulheres constituem o grupo social em mais intensa transformação nos últimos vinte anos: acréscimo da mão-de-obra feminina, tendência à feminização do sector terciário, uma participação combativa no movimento sindical, uma acção decisiva nos movimentos ecologistas e pela paz, um outro protagonismo na vida cultural e política. O feminismo nos anos 60 e a sua imprensa, rebelde, ousada (incompreendida pela esquerda que esbanja o enorme potencial revolucionário do movimento, caluniada e combatida ferozmente pela direita), o amadurecimento das organizações de mulheres — no nosso país, o MDM, Movimento Democrático de Mulheres, o grande movimento de mulheres com estrutura nacional e outras organizações mais recentes que ampliam a participação específica da mulher — são sinais desta evolução irreversível. A esquerda impulsionou esta mudança. Foi no movimento de mulheres, nas suas organizações específicas por um lado e nos partidos comunistas por outro, que a consciência crítica e das mulheres mais se revelou. Mas a mudança é mais ampla que a estrutura partidária, mais extensa que o quadro de organizações específicas. As mulheres enquanto sujeito colectivo mudaram e, como diz Bencit Groult, «tal como a nostalgia não voltarão a ser o que



O acréscimo da mão-de-obra feminina, a participação sindical, um outro protagonismo cultural e político, são sinais de uma irreversível evolução



Do Japão ao Brasil: pôr as mulheres a lerem as mesmas revistas, a seguirem os mesmos modelos



Mulheres: o grupo social em mais intensa transformação nos últimos vinte anos

Dia Internacional da Mulher

Os direitos das mulheres

■ Odete Santos

eram.» Elas — e os jovens — constituem os grupos sociais mais dinâmicos. E é em virtude deste dinamismo, que surgem os investimentos do capitalismo nacional e internacional na imprensa feminina. Porque, nos nossos dias, tal como se vende um detergente, um perfume, vende-se um estilo de vida, uma mentalidade, um «modo de ser», «uma maneira de viver». As revistas femininas que promovem detergentes, perfumes e tudo o mais, promovem, também, o estilo, a mentalidade «convenientes», que asseguram a consolidação, a solidez do sistema. E fazem-no primorosamente.

A sedução da mercadoria

Estas novas revistas surgem porque há um público feminino que se ampliou. Há mais mulheres que lêem, que têm interesse em ler. E não apenas as mil e uma receitas para conquistar um homem ou de salientar os seios, ou os amores e desamores da princesa Stephanie. Há uma exigência cada vez maior na leitura por parte de mulheres que estudam, trabalham e participam socialmente. Daí que, pela primeira vez, as revistas com estratégia mais inteligente tomem temas e mesmo linguagem — e até jornalistas... — «tradicionalmente de esquerda». Há dois anos, seria impossível ler na revista «Marie Claire», a reportagem que, há dois meses, a edição francesa publicou sobre as mulheres pobres de Paris: «La pauvre degré zéro» por Danièle Lederman (Marie Claire, Dezembro, n.º 436).

Há uma diferença significativa entre o conteúdo de revistas burguesas de há vinte anos e as que se publicam actualmente. A ideologia do «Eterno Feminino» que se centrava na dicotomia «Mulher-Objecto sexual», «Mulher Anjo do Lar» adaptou-se à mudança dos tempos. Hoje, a mulher profissional está, frequentemente, nas revistas femininas. E surge não apenas como mais uma imagem da mulher mas como uma faceta da imagem da mulher apresentada simultaneamente como sexy, esposa, mãe de família e profissional. A emancipação feminina é mesmo equiparada a sucesso profissional.

Mas de que mulher profissional se fala nestas páginas, afinal? Da trabalhadora têxtil? Da empregada de escritório? Da secretária? Não... As mulheres «emancipadas», «livres», são as «que têm «salários de invejar», as tecnocratas, as empresárias. Todas são bem sucedidas, sexys (o que ajuda no próprio êxito profissional e é utilizado nesse sentido) por exemplo, em reuniões internacionais, a empresária avisada «usa, obrigatoriamente sapatos de salto bem alto» e «sala que mostra a rótula...») e conciliam, magicamente, as suas múltiplas responsabilidades com a assis-

tência à família, essa peça basilar (sobretudo em tempo de crise), da qual guardam os valores, os ritos, a continuidade. São mulheres maravilhosas. Através do seu exemplo, a estratégia do sucesso é assimilada à estratégia da sedução. Um e outra, seguem a par e passo. Nelas e neles. É assim que, contra o mais elementar, primário, mínimo sentido estético, Leonardo Matias aparece numa lista de homens portugueses considerados sedutores pela «Máxima» — lista, aliás, confrangedora... e os industriais tornam-se tão colunáveis quanto os actores de cinema, as stars e as princesas que restam nestas repúblicas de magnates. Mais, a participação da mulher na produção, se já não pode ser ignorada, surge, no entanto, desvirtuada, desviada nos seus efeitos. Como escreve Michele Matellart «Negligenciando a parte nova que o seu trabalho no exterior as faz representar na produção, a ordem económica interpreta esta saída do lar apenas como a garantia de um consumo crescente, menos familiar, mais narcísico. A sedução do mundo da mercadoria na qual se dissolve a ideia de um ser feminino...» («Les Femmes et L'Ordre de La Crise» Tel Quel, n.º 47, hiver 1977). E a revista mais nacional e nacionalista entre as novas, confirma. «Máxima investe no conforto. O automóvel, a decoração, a cozinha funcional, são prioridades».

A batalha ideológica passa por aqui...

Assim, face a uma evolução irreversível na situação das mulheres — no nosso país extraordinariamente acentuada com as conquistas para a igualdade que o 25 de Abril possibilitou, os (re)investimentos em imprensa feminina e na sua expansão com o objectivo de massificar comportamentos e modelos (de uma classe) em países de continentes diversos, o discurso que transita por estas revistas numa tensão entre o modernismo (participação profissional e social da mulher) e a regressão (acentuar dos valores tradicionais, o moralismo), patenteiam a extrema habilidade do poder em tentar neutralizar o conteúdo revolucionário das transformações sociais, da luta da mulher pela sua igualdade e pela libertação.

Mas se as mulheres não funcionam como os cãesinhos de Pavlov (nem as que lêem, nem as que escrevem e, algumas muito bem, em algumas das novas revistas) às imagens multicores e às mensagens apaziguadoras desta certa imprensa, nem por isso a esquerda se pode demitir de enfrentar o combate ideológico que o poder lhe move nesta área e nestes meios. E se possível, em papel *couché* e cuidada selecção de cores... ■

Do Código Civil de 1967 — Artigo 1674 (Poder Marital): «O marido é o Chefe da Família competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum...»

Da reforma do Código Civil, de 1977 — Artigo 1671: «O casamento baseia-se na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. A direcção da família pertence a ambos os cônjuges que devem acordar sobre a orientação da vida em comum tendo em conta o bem da família e os interesses de um e outro».

Quase ao acaso, repescámos 2 artigos do Código Civil, correspondendo a 2 épocas bem distintas da luta das mulheres pela sua emancipação.

Muitos outros poderíamos apontar para exemplificar os extraordinários avanços conseguidos com a Democracia. Porque a Democracia é inseparável da dignidade da mulher. Mas neste ano da Revisão Constitucional, perante a ofensiva da direita, importa sobretudo repensar sobre a realidade, sobre os avanços e recuos, e determinar o objectivo da luta.

Mulheres: Que direito ao trabalho?

A nossa Constituição e as leis consagram a igualdade de oportunidades, proibindo discriminações em função do sexo. Consagram para todos os trabalhadores, sem distinção do sexo, o direito à retribuição do trabalho segundo o princípio de que para trabalho igual salário igual. A Constituição da República impõe ao Estado o dever de garantir especial protecção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto. O dever de assegurar a organização do trabalho em condições socialmente dignificantes por forma a garantir a realização profissional e pessoal. E consagra ainda os deveres do Estado na criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil, de uma rede nacional de creches, de infraestruturas de apoio à família e o dever de desenvolver uma política de 3.ª idade. A Constituição garante ainda, às crianças e aos jovens, protecção especial da sociedade e do Estado.

O elenco das garantias constitucionais é pois suficientemente amplo, garantindo às mulheres o quadro necessário à sua emancipação. E, no entanto, todos nós sabemos que continuam as discriminações em função do sexo, que neste último ano se agravaram tais discriminações, que às mulheres se colocam diariamente obstáculos na realização dos seus direitos.

Desde logo, e em primeiro lugar, por uma quase completa ausência de informação. Só assim se explica que, sendo as mulheres tantas vezes atingidas nos seus direitos, o Relatório do Provedor de Justiça assinale que as mulheres recorrem em parco número aos seus serviços. Onde está o sistema que garante o acesso ao conhecimento dos seus direitos?

Todos nós sabemos que no acesso ao emprego e em igualdade de circunstâncias, se preferem os

homens, porque, libertos das pesadas tarefas do governo doméstico, dos cuidados dos filhos, dos cuidados dos idosos, garantem uma maior assiduidade ao trabalho. Sabemos que são quantas vezes preferidas nas promoções! Sabemos, de um saber de experiências feito, que em igualdade de circunstâncias, as mulheres ganham normalmente menos do que os homens.

Sabemos, que por falta de uma política de formação profissional, ocupam as profissões menos qualificadas. E antevemos que com o inconstitucional Pacote Laboral, seriam as mulheres as mais atingidas pelos despedimentos, bastando à entidade patronal invocar a sua preparação perante as novas tecnologias.

Como se isto não bastasse, as mulheres são mesmo penalizadas por serem mães. Elas perdem prémios de produtividade e de assiduidade por prestarem assistência inadiável aos seus filhos. Elas carregam sentimentos de culpa, porque a encetada liberalização de horários, as priva da convivência com a família. Elas arrostam com a falta de realização dos seus direitos. Penam nos tribunais exigindo pensões de alimentos para os filhos. Debatem-se com a necessidade de uma pensão de alimentos para elas mesmas. Muitas vêem-se privadas de habitação apenas porque não eram casadas com o companheiro. Contra o que a Constituição estabelece. Em muitos destes casos (no Regime da Caixa Nacional de Pensões), são privadas da pensão de sobrevivência por morte do companheiro.

Em muitos destes casos, a Lei tem soluções. Noutros, é preciso continuar a avançar. Pois não é possível que aceitemos o recuo.

Mulheres: Que participação na vida política?

As dificuldades atrás referidas, impedem, de facto, uma plena participação das mulheres na vida política.

É verdade que se manifestam nas ruas contra a política deste Governo. Elas fazem greve. Elas lutam.

Mas sempre que se trata de ocupar certos cargos que absorvem intensamente, o número de candidatas reduz-se. É que o peso das tarefas caseiras, aquelas que se desempenham até à exaustão, muitas delas por falta de infraestruturas de apoio (que o Estado está obrigado a criar) não permite aquele empenhamento. É por isso que são tão poucas as mulheres nos órgãos de poder político (na Assembleia da República, nas autarquias locais).

É necessário exigir as condições

que permitam a plena participação da mulher na vida política. E neste ano de Revisão Constitucional é urgente que se impeça que o acordo PS/PSD se traduza na limitação do acesso de mulheres à Assembleia da República. A redução do número de Deputados (de 250 para 230 ou 235), a criação de um círculo nacional único, terão como consequência a redução do número de Deputadas das forças políticas que mais consequentemente lutam pelos direitos da mulher.

Mas ainda nesta área, é urgente lutar pela regionalização contra o acordo PS/PSD que tem em vista adiá-la. É que, como se diz na Mensagem de Atenas saída de uma reunião promovida pelo Conselho da Europa «o nível local e regional constituem a primeira etapa para a plena participação das mulheres na vida pública e para a concretização da igualdade de oportunidades na vida quotidiana».

Neste ano de Revisão Constitucional, que luta?

Ficar-se-á por muito pouco a luta das mulheres, se apenas se bastar com a defesa daqueles artigos que directamente dizem respeito à mulher, ou com a exigência de melhorias nessa matéria.

É que igual aí nem o PSD, a que lamentavelmente se associou o PS, se atreverá a tocar. Na Revisão não se toca na igualdade, nos direitos da maternidade, na dignidade da mulher. Mas, a verdade é que, por outras vias, o PSD garante a manutenção das discriminações, e a subalternização da mulher.

O Acordo PS/PSD quanto à Revisão Constitucional aponta no sentido da degradação dos serviços públicos.

A concretizarem-se as privatizações e os latifúndios no texto constitucional, a concentração da riqueza nas mãos de alguns, por via da apropriação privada dos principais meios de produção, acarretará a demissão do Estado na criação da rede de infraestruturas de apoio, a degradação (já patente) dos serviços de saúde, a degradação dos cuidados devidos pelo Estado aos idosos, a liberalização dos despedimentos, a degradação do nível de vida. Onde decorrerá, naturalmente, a sobrecarga das tarefas caseiras das mulheres que suportarão os cuidados com os filhos, com os idosos, com a família, à míngua dos serviços públicos exigidos pela Constituição. Onde decorrerá também, naturalmente, a degradação do estatuto profissional da mulher, o seu desemprego, o seu despedimento.

Com este quadro estariam criadas as condições para uma efectiva subalternização da mulher na família e na sociedade, que em casos extremos rebenta em explosões de violência contra as mulheres.

Com este quadro se negariam os direitos da mulher consagrados na Constituição, que não passariam, assim, de meros direitos formais, sem qualquer conteúdo.

É por isso que a luta das mulheres, neste ano de Revisão Constitucional, passa também pela Defesa da Constituição económica.

A História recuada constata o que a nossa realidade confirma: a apropriação colectiva dos principais meios de produção é também o suporte dos Direitos da Mulher. ■



■ Henrique Custódio

I Jornadas de Reflexão de Loures

Quando cada um discute o que é de todos

No passado fim-de-semana chegou-se ao corolário duma importante iniciativa decidida pelo município de Loures em finais de 1987 — as **Jornadas de Reflexão do Concelho**. Se «reflectir» é um verbo nobre no léxico dos povos, o acto nele definido ganha nitidez e eficácia quando concretizado colectivamente numa comunidade de 350 000 pessoas, através das estruturas do Poder Local e pondo cada um a tratar dos assuntos que respeitam a todos, numa discussão sem entraves burocráticos nem pirotécias governamentais.

Quer isto dizer que o concelho de Loures meteu ombros a uma vasta discussão sobre si próprio, dando a palavra a quem nele habita, trabalha e vive e deixando de fora as visitas guiadas onde o poder, em Portugal, tão facilmente viaja as suas jaculatórias e esconde as suas incompetências.

Como se recordou no passado fim-de-semana em Loures, «embora a ideia tenha partido da Câmara Municipal, o espírito e a filosofia inerentes à concepção daquilo que deveriam ser estas Jornadas surgem, bem reflectidos, na composição da Comissão Promotora», a entidade impulsora desta iniciativa «que englobou organizações de carácter empresarial, social, político, cultural, órgãos autárquicos e entidades religiosas».

Sem preconceitos e com total abertura, as Jornadas concretizaram-se através de centenas de reuniões e encontros onde participaram milhares de munícipes. A ninguém foi perguntado donde vinha, a todos se pediu que explicassem como queriam o seu município. Daí a justeza da consigna acrescentada às Jornadas de Reflexão, no grande encontro do fim-de-semana passado: **Juntos Para o Desenvolvimento/Todos com o Progresso**.

Ao decidir a promoção destas Jornadas em finais de 1987, a Câmara Municipal de Loures estabeleceu três objectivos fundamentais: 1 — Analisar, com a amplitude possível, a situação social no Concelho e promover a sua ulterior divulgação; 2 — Esclarecer e sensibilizar as populações para os problemas e soluções possíveis; 3 — Divulgar as experiências que, de algum modo, tenham contribuído ou contribuam para o desenvolvimento económico e social e para a criação de postos de trabalho.

Logo surgiram sinais de entusiasmo provenientes de vários sectores, como constatou a autarquia, materializando-se posteriormente esse entusiasmo através da participação activa e interveniente nos inúmeros encontros e reuniões realizados ao longo de todo o trabalho preparatório, «bem como na apresentação de documentação vasta e riquíssima,

do ponto de vista da caracterização do Concelho».

A multiplicidade dos contributos, testemunhos e propostas chegados às Jornadas foram de tal ordem que o município, como nos afirmou o seu presidente, **Severiano Falcão**, vai necessariamente providenciar o seu registo e ampla divulgação — acto, aliás, na lógica destas Jornadas, que não foram pensadas como algo que acabou na iniciativa do passado fim-de-semana no Pavilhão Paz e Amizade, mas como um ponto de partida para um trabalho autárquico e concelhio que se quer cada vez mais participado, colectivo e integrado.

Nada ficou por discutir

Nada ficou por discutir, nestas Jornadas de Reflexão. Dada a gran-



O debate foi sempre participado e seguido atentamente (Secção 3, no salão nobre dos Paços do Concelho)



Loures, além de ser o terceiro município do País, é um Concelho com uma média de idade dos seus habitantes muito baixa (cerca de 30 anos). Encontrámos nas Jornadas comprovações definitivas dessa juventude e sempre «participando» com afinco!

de abertura que presidiu à sua concepção, as Jornadas constituíram «um ponto de encontro aberto a todos quantos estão interessados no desenvolvimento do Concelho», como orgulhosamente se constata na realização do passado fim-de-semana, onde todos participaram «independentemente das suas opções políticas, religiosas, filosóficas ou outras», chegando-se assim a «um espaço de diálogo diferente, que possa constituir um factor de coesão, com o intuito de alçar-nos a partir dos anseios e expectativas de todos os intervenientes neste amplo debate», como também se sublinhou.

Na verdade chegaram às Jornadas propostas e contributos de munícipes bastante diferenciados, desde empresários que só lastimavam que as Jornadas «não se tivessem feito há mais tempo», a técnicos especializados em múltiplas áreas, a trabalhadores em representação individual ou colectiva, a jovens, reformados, mulheres, etc., veiculando pontos de vista individuais ou colectivos acerca das grandes questões do Concelho que interessam a todos.

Participação maciça

Como eram vários os temas relacionados com os objectivos das Jornadas, apontou-se para a formação de cinco grupos de trabalho com tarefas de mobilização de todos os interesses e posterior preparação de documentação a apresentar.

Basta dar uma vista de olhos aos grupos constituídos para se ter uma ideia da riqueza da discussão produzida. Assim o Grupo 1 abordou a «Estrutura do Emprego e Desenvolvimento», o Grupo 2 a «Habi-

tação e Transportes», o Grupo 3 o «Ensino e Educação», o Grupo 4 a «Cultura, Tempos Livres e Juventude» e o Grupo 5 o «Meio Am-

biente, Saúde e Acção Social» (subdividindo-se depois em duas secções, dada a amplitude das matérias).

Intervenção de Severiano Falcão

Um discurso esclarecedor

A intervenção de encerramento das Jornadas de Reflexão do Concelho de Loures foi feita pelo presidente do município, **Severiano Falcão**, perante uma multidão de muitas centenas de pessoas que, no final, aplaudiram de pé um discurso sem dúvida esclarecedor dos objectivos e propostas alcançados com a iniciativa. Condensamos aqui essa intervenção.

Após considerar que «para apreciarmos o presente não podemos deixar de referir, um pouco que seja, o passado», Severiano Falcão aduziu alguns dados significativos da vida do concelho de Loures — o terceiro do País — neste último decénio, nomeadamente o aumento impressionante da sua população (350 000 pessoas, actualmente), com uma taxa de crescimento anual da ordem dos 3,4%, quando no distrito de Lisboa esse crescimento e no mesmo período andou pelos 0,45%. E o orador acrescentou: «A população activa residente empregada era de 172 500, em 1988. Os desempregados rondavam os 12 000. Cerca de 50% dos activos residentes em Loures, trabalhavam fora do concelho. Cerca de 15 000 daqueles activos não residiam no concelho.

Alguns traços para sublinhar estes dados: «Um, é de que mais de 90 000 trabalhadores se deslocam diariamente de e para o Concelho de Loures. Outro, que, paralelamente à desertificação das zonas do interior

do País, sobretudo, com destino à área metropolitana de Lisboa, a grande capital se apropria cada vez mais da riqueza assim produzida.

«Outro, ainda, é que lhes nega a habitação e a satisfação das suas necessidades complementares, fazendo-as recair sobre os concelhos da periferia.

«Poderá argumentar-se, por um lado, que o importante é ter onde trabalhar; por outro, que não é menos importante possuir uma casa para a família.

«Sobre isto, diremos que não é por se residir por exemplo, em Loures, que se trabalha na capital, mas porque se trabalha na capital que se habita em Loures. O que mais importa sublinhar é que tudo isto resulta das gritantes assimetrias regionais existentes, dada a falta de Planos de Ordenamento e Desenvolvimento adequados às necessidades e potencialidades das regiões e do País.

«Confrontados com carências básicas elementares, a ocupação anárquica do território e a destruição do solo, com a especulação imobiliária

É impraticável esmiuçarmos, ainda que linearmente, os vastos campos de discussão que se abriram em cada um destes Grupos, mas importa reter a participação activa (e maciça) da generalidade das organizações sociais, desportivas e culturais do Concelho, bem como de todos os seus órgãos autárquicos, analisando o complexo xadrez socioeconómico deste importante município e, mais importante ainda, procurando, em conjunto, linhas de acção que aprofundem o desen-

volvimento e o bem-estar do Concelho.



O trabalho nas secções tinha, quando necessário, adequado apoio técnico (Secção no Cinema dos Bombeiros Voluntários)

desenfreada; a construção clandestina, como recurso para a satisfação premente das necessidades habitacionais das camadas mais desfavorecidas; a existência de um elevado número de barracas, algumas destas situações com origem há mais de um quarto de século, nestes últimos dez anos contiveram-se, atenuaram-se e eliminaram-se os seus aspectos mais negativos.»

«Vamos estar atentos»

A descentralização do poder autárquico — que é prática corrente na gestão CDU de Loures — e a urgência da regionalização foram outras questões particularmente sublinhadas por Severiano Falcão.

«O processo de descentralização para as Juntas de Freguesia e os resultados obtidos na cooperação com outros municípios, colocou-nos numa situação privilegiada para defender a criação de 2 novos municípios (Sacavém e Odivelas) e 6 novas freguesias, não deixando margem para dúvidas de que não é através de esquemas centralizados que a qualidade de vida poderá ser levada às populações.

«Consagrada na Constituição da República, desde 1976, a necessi-

JORNADAS DE REFLEXÃO LOURES PRESENTE E FUTURO



Muitas centenas de pessoas aplaudiram de pé as Jornadas, na sessão de encerramento realizada no magnífico Pavilhão Paz e Amizade

Desenvolver protegendo

As Jornadas funcionaram no sábado em secções, que já referimos, e no domingo de manhã em sessão plenária onde avultaram duas intervenções: a de encerramento, produzida pelo presidente da Câmara (e que condensamos ao lado) e do vereador **Eduardo Baptista**, responsável pelo pelouro da administração urbanística.

Como se sabe, Loures é um Concelho em vertiginoso ascenso populacional, com problemas urbanísticos dos mais graves do País, tendo sido «profundamente marcado por uma prática que antes do 25 de Abril permitiu o caos no ordenamento do território, uma alarmante carência de equipamentos e infra-estruturas que afectou gravemente e ainda continua a afectar a vida das populações», como sublinhou Eduardo Baptista, que acrescentou: «As acções de planeamento iniciadas após o 25 de Abril foram interrompidas entre 1977 a 1980 pela falta de vontade política quer da

administração da autarquia de então, quer da Administração Central. Reconhecendo a necessidade urgente de pôr cobro à situação vivida, decidiu a Assembleia Municipal mandar elaborar o Plano Director Municipal de Loures.»

Esse Plano Director tem sofrido atrasos e contratempos da inteira responsabilidade do Poder Central, mas «o trabalho tem avançado e é já hoje possível apresentar ideias e propostas de desenvolvimento e ordenamento do município alicerçadas nos grandes objectivos definidos pela autarquia». Segundo o orador, «no momento presente os grandes objectivos do PDM podem ser sintetizados na seguinte fórmula: desenvolver, protegendo, numa perspectiva de inserção regional do município».

Após pormenorizar diversos programas de desenvolvimento previstos pelo município, Eduardo Baptista ainda voltaria à questão da regionalização, da qual depende a profundidade e alcance de muitos programas. «A concretização destas grandes linhas de desenvolvimento exige que a Administração Central assumas as suas responsabilidades e que as autarquias prossigam as acções que vêm desenvolvendo», sublinhou. ■

Mais adiante referiu a questão dos fundos comunitários, relacionando-os com o município:

«Para a aplicação dos fundos comunitários, nos próximos quatro anos, a Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento afirma que se foi mais longe nos pedidos que aquilo que será o resultado final. Quer isto dizer que iremos colocar os nossos créditos reivindicativos firmes, em mãos alheias?

«Certamente que não — respondem. Se assim for, teremos algumas garantias mais seguras acerca da aceitação dos projectos de candidaturas às verbas comunitárias, apresentadas à Administração Central, quer por várias entidades empresariais, quer pelo município de Loures, que, desde a pré-adesão, as apresentou no montante de cinco milhões e meio de contos.

«Já nos foi dito pela CCRLVT que estes nossos processos de candidaturas tiveram, em princípio, a aceitação por parte da Administração Central, no âmbito do PDR. Vamos estar atentos», concluiu.

A detentora dos mecanismos...

A finalizar a sua intervenção, o presidente da Câmara de Loures apreciou os resultados das Jornadas:

«Um dos sinais mais marcantes que podemos extrair destas grandes e invulgares Jornadas, é o de que tudo o que temos vindo a realizar, realizámos, ontem e hoje, e estamos mais determinados em prosseguir amanhã, se conjugou numa perfeita identificação de esforços e finalidades.

«A vossa preciosa intervenção, amplamente representativa, sem dúvida, incita-nos cada vez mais, convictamente, a acreditar que sem participação activa das populações na resolução dos problemas, eles dificilmente poderão ser solucionados.

«Todavia, enganar-nos-íamos a nós próprios, se não saíssemos daqui com a transparente consciência do que cabe e podem fazer as autarquias, as associações empresariais, as empresas comerciais, industriais, agrícolas, as associações sindicais, os trabalhadores, todos os agentes económicos, sociais e culturais do concelho, no seu âmbito específico, com recursos humanos e financeiros relativamente limitados, e o que cabe e tem que imperiosamente ser feito pela Administração Central, essa sim, detentora dos mecanismos e dos meios fundamentais, acrescidos com as elevadas verbas dos fundos da CEE, para que o País e o concelho possam seguramente progredir.» ■

I Jornadas de Reflexão de Loures

Mudar a face do concelho



JORNADAS
DE REFLEXÃO
LOURES
PRESENTE
E FUTURO

Plano Director Municipal da Câmara de Loures é um instrumento de trabalho decisivo para o futuro do concelho, pois será a partir dele que se concretizarão as grandes opções de desenvolvimento e se coordenarão as complexas áreas de intervenção. As jornadas deram o devido relevo a este documento, no quadro do qual estão previstos diversos programas. Como se verá, o que se prepara em Loures é algo que, a médio prazo, mudará radicalmente a face deste grande município. Para melhor, claro!

Embora sem pormenorizar os projectos, actualmente em adiantada fase de estudos, avançou-se nas Jornadas com alguns dados preciosos sobre o que se pretende fazer no concelho.

No domínio económico, a que corresponde o objectivo «desenvolver, reduzindo as dependências externas do concelho em emprego e serviços e mobilizando racionalmente os recursos endógenos» prevêem-se oito programas que passamos a referir sem qualquer preocupação de os hierarquizar:

Fixação de novas indústrias com base em loteamentos industriais flexíveis convenientemente localizados, apontando-se entre outras possíveis as áreas de Odivelas, Pontinha, Loures, Camarate, Bucelas e Lousa;

Reabilitação e reconversão industrial de áreas existentes em particular na zona de Sacavém, abrangendo ainda as freguesias de Camarate, S. João da Talha e St.ª Iria de Azóia;

Ensino e formação profissional, envolvendo centros de apoio ao sector industrial e à área dos serviços em especial nas zonas de Sacavém e Odivelas;

Desenvolvimento das áreas agrícolas com elevada aptidão, com destaque para a Várzea de Loures e para o qual se propõe um plano de ordenamento agrícola a estabelecer pela respectiva Direcção Regional de Agricultura em cooperação com o município e os interessados. Para este programa muito contribuirão os projectos para a Rega da Várzea e aproveitamento das águas e lamas tratadas das ETARs propostas pelo município;

Implantação de infra-estruturas de apoio e comercialização dos produtos agrícolas, criação de um mercado de origem, ampliação da rede de mercados locais, implantação de Centros de Apoio Rural;

Desenvolvimento da silvicultura e silvo-pastorícia nas zonas Centro-Norte do concelho, com base num programa de acção florestal, estabelecido a nível intermunicipal;

Apoio ao desenvolvimento do sector terciário, nomeadamente às Pequenas e Médias Empresas (PME) do sector, a novos serviços e actividades ligados aos transportes e ao turismo, recreio e lazer;

Desconcentração de serviços públicos, criação de novos municípios, implantação de grandes equipamentos colectivos, de empresas intermunicipais, implantação de serviços da responsabilidade da Administração Central como Hospital e Maternidade, Mercado Abastecedor, Feira das Actividades Económicas, Estabelecimentos de Ensino Médio e Superior, de Formação Profissional e Investigação Científica, Escolas do Ensino Especial, Escolas de Hotelaria e Turismo. A criação de novos municípios e o aprofundamento e desenvolvimento das relações intermunicipais já existentes, representarão poderoso contributo para a concretização deste Programa.

Acessibilidade

No domínio da acessibilidade, no qual se insere o grande objectivo de

«melhorar a acessibilidade no interior do concelho e relativamente aos concelhos vizinhos» propõem-se quatro programas, a saber:

Melhoria das deslocações, com prioridade para o melhoramento dos transportes públicos existentes e criação de novos, extensão do Metropolitano a Odivelas e à Pontinha, implantação da linha de eléctricos rápidos entre Sacavém e Lisboa bem como os interfaces de Sacavém, de Odivelas, da Pontinha e de Santa Iria de Azóia;

Melhoria das deslocações no concelho, através da criação de novos troços e de beneficiação de outros que estabelecem ligações entre aglomerados bem como de novos planos de circulação em várias localidades como em Odivelas, Sacavém, Pontinha, Loures e Moscavide;

Melhoria da acessibilidade intermunicipal o que implica acções de reivindicação de prioridade para as grandes vias como a CRIL e a CREL e atravessamento Norte/Sul com a ligação a estas e à Radial da Malveira e Auto-Estrada do Norte e melhoria das Estradas Nacionais existentes de importância regional como o proposto pelas autarquias formando a Via de Cintura da Área Metropolitana de Lisboa Norte e ainda a realização de investimentos de beneficiação das Estradas Municipais de importância interconcelhia;

Melhoria de acessibilidade inter-

-regional, precavendo novos desenvolvimentos dos sistemas rodoviário e ferroviário como o novo atravessamento do Tejo, previsivelmente por uma nova ponte que deverá ligar Sacavém ao Montijo, formando com a CRIL uma outra Via de Cintura, nova linha ferroviária de alta velocidade, permitindo a utilização da via férrea da Azambuja para utilização suburbana e criação de uma alternativa à Auto-Estrada do Norte devendo esta ser ligada à EN 10 com abolição das portagens, tornando-se assim uma via rápida suburbana.

Rede urbana

No domínio da rede urbana, prevêem-se quatro programas:

O primeiro envolve um conjunto de acções visando a hierarquização da rede e a definição de metas de desenvolvimento dos aglomerados, com especial atenção às funções económicas e fixação de emprego;

O segundo, abrange as metas de expansão demográfica por cada sistema de aglomerados, destacando-se o crescimento do sistema de Odivelas a curto e médio prazos, e do de Loures a médio e longo prazos;

O terceiro envolve a programação dos equipamentos colectivos por cada sistema urbano, e infra-estruturas;

O quarto, abrange as acções e medidas no campo da expansão residencial, envolvendo a contenção de novos empreendimentos de grande escala, indutores de população exógena, reajuste de loteamentos com afectação parcial ou total a actividades económicas e serviços (Sacavém, Odivelas, Loures), o contro-

lo, recuperação e integração na rede urbana de expansão de baixa densidade de origem predominantemente ilegal (Odivelas, Pontinha, Área de Sacavém e S. João da Talha) e manutenção temporária de conjuntos de edificações situadas em zonas de risco como encostas do Rio da Costa, Trancão e área de Camarate e ainda acções de apoio à produção de habitação para populações residentes carenciadas.

Ambiente

Finalmente, no domínio do Ambiente e inseridos no objectivo respectivo, anteriormente enunciado, propõem-se sete programas:

Implantação de uma estrutura verde de usos e finalidades múltiplas (agrícola, florestal e de protecção e valorização ambiental), tendo em conta a sua inserção num futuro contínuo biofísico intermunicipal, ligando Sintra, Caneças, Montemor, Norte de Loures, Lousa, Cabeço de Montachique, Ribas, Bucelas e Vila Franca de Xira;

Sistematização do sistema hídrico municipal tendente à regularização e protecção contra cheias prevendo a calibragem ou regularização de ribeiras, construção de pequenas barragens para laminagem de cheias que poderão proporcionar a melhoria do ambiente, e em certos casos a irrigação de culturas;

Controlo de áreas com riscos de acidentes geológicos prevenindo interferências no sistema de drenagem natural, agravamento da erosão, escorregamentos de encostas, e consequências dos efeitos de sismos;

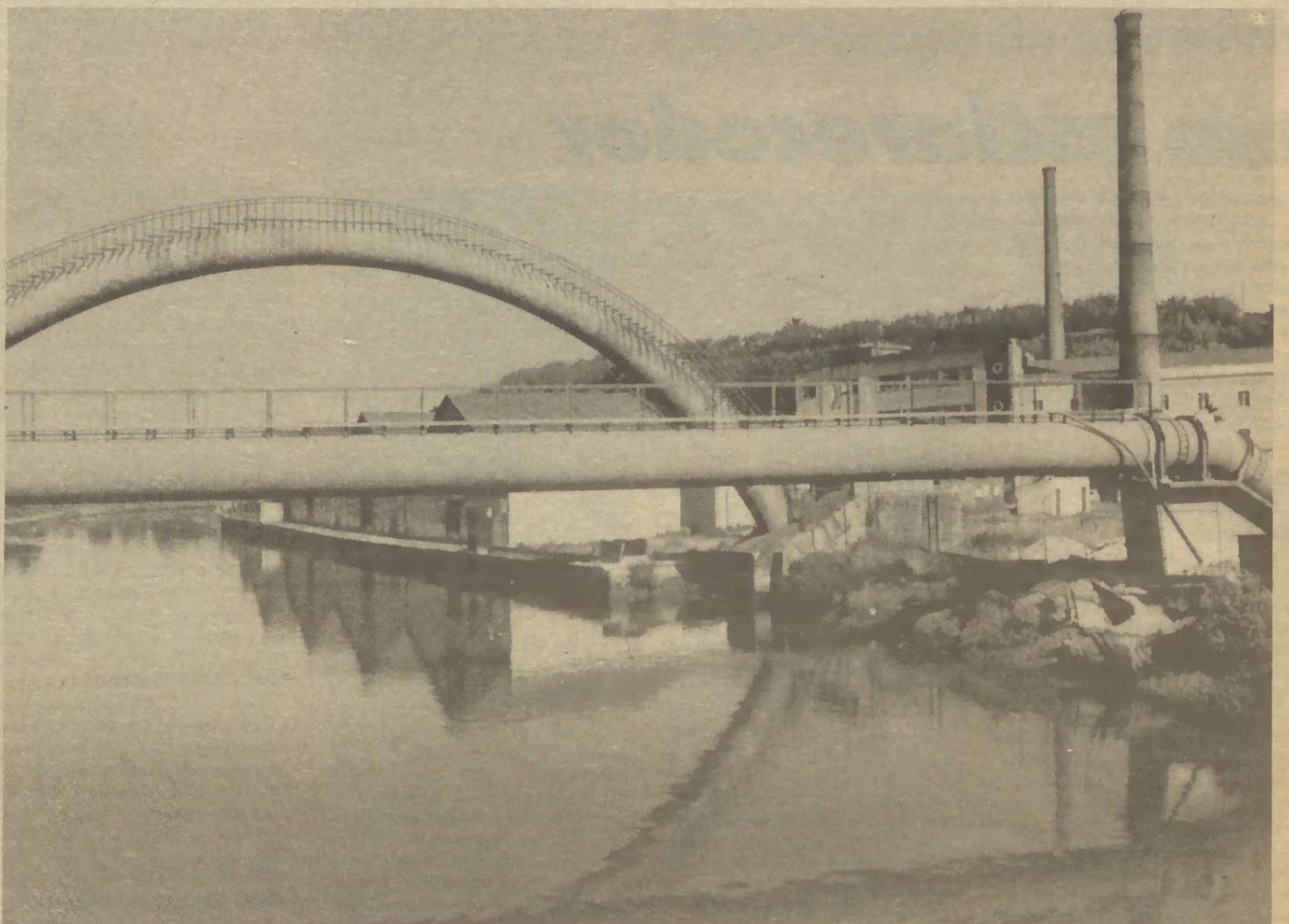
Criação da zona turística de Lou-

res abrangendo áreas do Centro/Norte do concelho e integrável em zona mais ampla, a nível da área metropolitana, e instituição de áreas protegidas de significado regional prevendo-se ainda o desenvolvimento de centros turísticos coincidentes com aglomerados ou quintas de interesse histórico ou patrimonial;

Medidas intercalares com vista à despoluição do baixo Trancão na sequência dos programas já desenvolvidos pela autarquia com a implantação dos emissários principais para canalização dos efluentes para as futuras ETARs;

Programa de despoluição industrial com inventariação das fontes, intervenção já iniciada pelos serviços do município, acções sobre poluidores, monitorização e controlo das descargas de efluentes industriais, penalização e plano financeiro de apoio à despoluição tendo em conta as dificuldades das pequenas e médias indústrias;

Apoio à instituição de organismos e a formas de cooperação no domínio do ambiente, tais como o Núcleo de Investigação e Formação Ambiental e a Comunidade de Defesa do Ambiente. ■



O rio Trancão, assoreado e poluído, não é o único grande problema a resolver no concelho de Loures. Entretanto o município, com a energia de sempre e a estreita ligação com as populações, continua a sua luta na transformação radical das coisas, construindo um quotidiano de desenvolvimento e bem-estar. Estas Jornadas de Reflexão são mais um grande passo nesse sentido

A jovem Pedrouços CDU

No Concelho da Maia, com presidente de Câmara CDS eleito em lista PSD, há 17 freguesias: 15 Juntas PSD, uma PS e uma CDU — Pedrouços. Pedrouços começa ali a dois passos do Porto. É só atravessar a Circunvalação. É uma Freguesia jovem, nasceu há pouco mais de dois anos por proposta do Grupo Parlamentar do PCP. Com cerca de 12 mil habitantes, é a segunda maior Freguesia do concelho, em termos de população, só ultrapassada por Águas Santas, a Freguesia «mãe». Feitas as apresentações propomos um conhecimento mais profundo da jovem Pedrouços CDU: problemas, soluções encontradas, perspectivas de futuro.

Antes de começar a perguntar, o «Avante!» deparou com um problema, e não dos menos importantes. O «edifício» da sede da Junta de Freguesia é um pequeno apartamento, próprio para habitação. Estranhámos, e a conversa com os camaradas do executivo começou exactamente por aí. Existe uma casa antiga de lavoura, doada à Câmara há muitos anos, actualmente em estado muito degradado, habitada por uma senhora idosa com a sua filha. Assim que tomou posse a Junta CDU propôs à Câmara que lhe entregasse a casa. A ideia era recuperá-la e fazer dela a sede da Junta e um centro de Serviços à população, nomeadamente com infantiário. A Câmara prometeu que sim mas o tempo foi passando, começaram a surgir alegações de dificuldades em realojar os residentes, enfim, todas as desculpas que se podem inventar. De qualquer forma, e com a ajuda do vereador da CDU na Câmara da Maia, o camarada Serafim Nunes, há nova promessa de que a casa será entregue à junta de Freguesia neste mês de Março. Esperemos que sim. Uma Junta dum Freguesia de 12 mil habitantes não pode viver num «T-3».

Os camaradas Borges e Vítor Passos, que receberam o «Avante!», fizeram uma proposta a que não resistimos, apesar do mau tempo. Em vez de ficarmos fechados numa sala a fazer perguntas e dar respostas, que tal percorrermos a Freguesia e irmos falando? Assim fizemos. A tal casa de lavoura é de facto uma casa grande e muito bonita. Recuperado e instalados os serviços, vai ser um grande passo na vida dos pedrouçenses. Aliás, os camaradas fizeram questão de sublinhar que para um executivo que existe há dois anos, e ainda por cima é o primeiro, a questão essencial é criar bases de trabalho. Não menos importante, e isso os camaradas já conseguiram, como vamos ver, é a ligação à população. Apesar do «T-3», todos os dias há pessoas a dirigirem-se à Junta e não apenas por causa das certidões e outras «papeladas», mas para apresentar os seus problemas, fazer sugestões. As reuniões públicas, regulares, da Junta «são sempre muito participadas», garantiu-nos o camarada Passos. É que antes, quando Pedrouços era ainda Freguesia de Águas Santas, a Junta ficava longe, as pessoas não conheciam os membros do executivo. Agora, a população tem a Junta ali ao pé, sabe que ao fim da tarde ou ao fim-de-semana encontra ali o Pessoa ou o presidente Dantas, o Borges, que anda sempre a ver como correm as obras, e toda a gente sabe onde mora a Conceição ou o Jaime Santos. Exemplo maior dessa ligação e dessa confiança na Junta é a história do cemitério.

A história do cemitério

Histórias de cemitérios nunca são histórias simpáticas, mas o facto é

que este é um equipamento colectivo absolutamente necessário. Um cemitério em Pedrouços é aspiração antiga da população, mesmo antes de Pedrouços ser Freguesia. Até porque, há muito, o cemitério de



Uma das preocupações da Junta é ajardinar e alindar a Freguesia

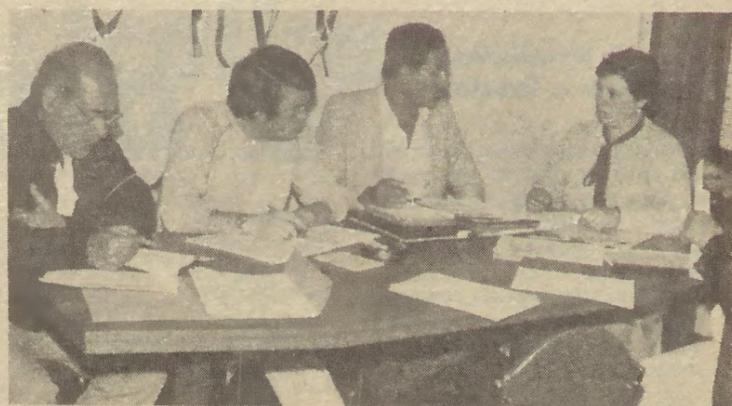
Água Santas está super-lotado. Terreno, havia e com boas condições. Primeiro foi a luta para que a Câmara cedesse o terreno. E aqui, mais uma vez, a intervenção do vereador da CDU na Câmara foi precioso. Cedido o terreno era preciso terraplanar, drenar, rebentar uma pedreira. A Junta CDU coseguiu para isso a ajuda da Engenharia Militar. Pôs-se outro problema: dinheiro para começar as construções. Boa vontade, imaginação e confiança parecem estar a resolver a questão. A Junta pôs à venda terrenos para jazigos a supulturas perpétuas. Os terrenos foram postos à venda numa segunda-feira. Na sexta-feira dessa semana tinha já vendido 7 mil contos de terrenos. Como dizia o camarada Vítor Passos: «não só temos dinheiro para começar rapidamente as obras, como nos parece uma enorme prova de confiança que um reformado ponha as suas economias na mão da Junta de Freguesia».

Outro grande problema de Pedrouços era o facto de praticamente não existirem passeios. Entre a rua e as casas existiam valetas com as águas a correrem a céu aberto. O camarada Borges, o homem das obras, mostrou-nos cada metro de passeio construído. As obras são feitas por administração directa. A Junta já chegou a ter ao seu serviço quase uma dezena de homens, comprou uma máquina «Dumper» para facilitar o trabalho. Têm-se dado bem com este método. Sem dúvida o encanamento das águas e a construção dos passeios é uma das melhorias mais significativas na Freguesia. Outro motivo de orgulho da Junta CDU e da população de Pedrouços é a criação de canteiros ajardinados que dão outra alegria à Freguesia. Tínhamos visto já uma boa parte da Freguesia e notámos que passámos por quatro lavadouros. São ainda muito utilizados pelas mulheres de Pedrouços. Também

neste tipo de equipamento o executivo CDU respondeu rapidamente às reivindicações das mulheres. «Coisa fácil», como diziam os camaradas, «só umas reparações, electrificar, para poderem lavar à noite». Fácil ou não, facto é que enquanto Pedrouços pertenceu a Águas Santas nunca as mulheres o tinham conseguido.

o sr. Dantas da Farmácia

A visita encaminhava-se agora para o pontão. Outro bom exemplo de trabalho conjunto Junta/Popula-



O executivo da Junta CDU de Pedrouços (da esquerda para a direita): o presidente da Junta, Dantas, Borges, Jaime Santos, Conceição Sá e Vítor Passos



A Junta adquiriu um «dumper» para as suas obras de administração directa

Auto — estradas: progresso e desprezo pelas populações

«Claro que uma auto-estrada é factor de progresso. Não estamos contra. Não podem é fazê-lo prejudicando as populações por onde ela passa». Opinião dos camaradas a propósito de duas vias rápidas que passam em Pedrouços. Trata-se da auto-estrada Porto-Braga e Porto-Amarante. A construção destas vias, como tivemos oportunidade de verificar, está a criar problemas complicados. Uma ponta da Freguesia fica completamente dividida do resto e não há nenhuma passagem para peões. A continuar assim as crianças dessa zona para irem à escola têm de dar uma volta de cerca de dois quilómetros. Há também o problema do viaduto de Cutamas. Um viaduto em «T», que dá acesso às vias rápidas, que não tem qualquer passeio ou protecção para as muitas pessoas que por ali têm de passar. Já ali se deram vários acidentes. A resolução destes problemas não depende da Junta que, de resto, tudo tem feito para obrigar a Câmara a negociar com a Brisa. Mas há mais problemas que dependem da Junta e são grandes problemas. Um deles é o do saneamento. A Câmara fez as infra-estruturas, só que as ligações têm de ser feitas pelos moradores e são caríssimas. Outros, é o da electrificação. Pedrouços era uma Freguesia às escuras. No entanto, a Junta tem conseguido sensibilizar a EDP para o problema e as coisas vão melhorando.

As relações com a Câmara

Vieira de Carvalho é o presidente CDS da Câmara da Maia. Esclareça-se que o CDS concorreu nas lis-



Agora já começa a haver passeios em Pedrouços

tas do PSD. Claro que as relações entre uma Câmara assim e uma Junta CDU são motivos de curiosidade. Mas sobre isto transcrevemos extratos do Editorial do Boletim da Junta de Freguesia de Dezembro de 88. Abrimos um parêntesis para dar os parabéns aos camaradas. Pareceu-nos um bom boletim. Muito bem feito. Fechamos parêntesis. «O Executivo da Junta de Freguesia de Pedrouços outra coisa não tem feito senão procurar resolver os problemas em diálogo com a Câmara da Maia. Mas a Junta quer o diálogo para resolver os problemas e não para queimar tempo. O que infelizmente tem sucedido é que a Junta está farta de ouvir promessas e de não ver qualquer obra por parte da Câmara.» No seu boletim a Junta CDU de Pedrouços explica através de um gráfico como a Câmara gasta dinheiro em obras megalómanas e nada faz nas Freguesias, particularmente na de Pedrouços. Os camaradas insistiram para que o «Avante!» sublinhasse a importância decisiva do vereador da CDU na Câmara da Maia em muitas das coisas que dela conseguiram. ■

■ **Apolónia Teixeira**

A Segurança Social ontem, hoje... e amanhã?!...

1.º A Previdência durante o fascismo

No regime anterior ao 25 de Abril não existia em Portugal um Sistema de Segurança Social na verdadeira acepção da palavra, ao contrário do que já acontecia em muitos países da Europa.

A Constituição fascista apenas incumbia ao Estado, a coordenação e a direcção de algumas actividades sociais. Os organismos corporativos eram os verdadeiros responsáveis pela criação e organização das Instituições de Previdência então existentes.

O seu financiamento, em grande parte assegurado pelos trabalhadores, era desviado para suprir a falta de investimento dos grandes grupos monopolistas, que, além da feroz exploração ainda se governavam com o dinheiro dos contribuintes.

2.º Com o 25 de Abril cria-se o Sistema de Segurança Social

Com o 25 de Abril uma verdadeira política de Segurança Social começa a ser implementada registando-se um aumento vertiginoso do número de beneficiários.

Assim, entre 1973 e 1975 o número dos que receberam subsídio de nascimento, aleitação, doença, tuberculose, maternidade e abono de família aumentou 21,9%.

Mas foi especialmente no campo dos reformados com direito a uma pensão que o aumento foi mais significativo.

O número de reformados em 1973 era apenas de 165 530 mas já em 1975 atingia os 914 647 e no final de 1986 atingia os 2 016 132 (de acordo com o estudo feito pela Inter-sindical Nacional).

Para este vertiginoso aumento contribuiu significativamente a criação da Pensão Social e a fixação da pensão mínima do Regime Geral.

Valorizaram-se os montantes das prestações.

Posteriormente institucionalizou-se o subsídio de desemprego e eliminou-se a desigualdade existente na pensão dos rurais entre homens e mulheres.

Neste campo se conclui que **Abril também abriu as portas da efectiva protecção social aos cidadãos portugueses.**

3.º A Constituição de 1976

Foi com a Constituição de 1976 que pela primeira vez na história do nosso país se consagrou o reconhecimento efectivo do direito à Segurança Social a todos os cidadãos portugueses.

O artigo 63.º da Constituição estabelece:

«1 — Todos têm direito à Segurança Social.

2 — Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um Sistema de Segurança Social unificado e descentralizado de acordo com a participação das associações sindicais e de outras organizações das classes trabalhadoras.

3 — A organização do sistema de Segurança Social não prejudicará a existência de instituições privadas

de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado.

4 — O sistema de Segurança Social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfanidade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho.»

Encontravam-se assim criadas as condições para a institucionalização do sistema universal da Segurança Social.

4.º A partir de 1980

O agravamento da ofensiva de recuperação capitalista teve também repercussões nos direitos sociais dos portugueses.

Foram afastados os sindicatos da gestão das diversas instituições, degradaram-se os valores de algumas prestações, foram agravados os prazos de garantia para o direito à reforma, foi dificultado o acesso à pensão social, pioraram-se as condições para o direito ao subsídio de doença e a forma de cálculo das pensões.

Foi a partir de 1980 que os objectivos de maior justiça social abertos com o 25 de Abril começaram a ser postos em causa.

Em 1984 é publicada, por imperativo constitucional, a Lei de Bases da Segurança Social, que consagra os princípios da universalidade, unidade, descentralização, solidariedade e participação. Neste mesmo ano foi criada a Comissão responsável pela sua regulamentação. A verdade é que até hoje, a lei não foi regulamentada.

A Lei de Bases que deveria ser o culminar dos princípios constitucionais e o ponto de partida para os tornar mais eficazes, à míngua de regulamentação, acaba assim por se tornar em letra morta.

O Governo de Cavaco Silva, quando da apresentação das Grandes Opções do Plano em 1987 lança mais uma ofensiva contra o sistema ao defender a teoria dos «3 patamares» para a Segurança Social.

Esta teoria definia para o primeiro patamar as prestações de miséria que seriam garantidas pelo Estado, o segundo patamar corresponderia às prestações contributivas através de um seguro social obrigatório e a um terceiro patamar caberiam os complementos de reforma, aos quais só teriam acesso os beneficiários que pudessem pagar.

Com esta política de afronta e violação do texto constitucional, o Governo PSD pretende retirar ao Estado a obrigatoriedade de assegurar e financiar um sistema de Segurança Social unificado e universal.

É neste contexto, mesmo da forma sucinta como está exposto, que se tem de perceber a Segurança Social hoje.

O actual Governo tem justificado a contínua degradação do valor das pensões e reformas e a manutenção dos reduzidos apoios sociais com a situação financeira da Segurança Social.

5.º A situação financeira da Segurança Social

Importa pois analisar e reflectir sobre a actual situação:

O financiamento do sistema provém de três suportes fundamentais: o desconto dos trabalhadores, as contribuições das entidades patronais e a comparticipação do Estado através da transferência de verba para o Orçamento da Segurança Social.

Estes três suportes apresentam graves rupturas:

As entidades patronais não cumprem o pagamento das suas contribuições a tempo. Não inscrevem ou não incluem correctamente nas folhas as remunerações dos trabalhadores ao seu serviço.

Como consequência desta situação a dívida à Segurança Social por parte das entidades empregadoras em vez de reduzir aumenta de forma escandalosa, atingindo já hoje mais de 200 milhões de contos.

O aumento do número de trabalhadores com emprego precário e de trabalho clandestino acarreta não só graves problemas ao equilíbrio financeiro da Segurança Social como se traduz ainda na ausência de direitos sociais para esses próprios trabalhadores.

Daqui se conclui que a actual situação financeira da Segurança Social é consequência de uma política, atentatória de direitos fundamentais que dizem respeito à sobrevivência dos cidadãos.

O actual sistema de financiamento revela-se claramente desajustado face à realidade económica, social e tecnológica porque, penaliza as empresas de trabalho intensivo, favorece o despedimento e o trabalho precário, facilita a evasão ao pagamento das contribuições.

E qual é a participação do Estado?

O Estado através do Governo não só não faz cumprir, como ele próprio não cumpre!! É da sua responsabilidade a cobertura do regime não contributivo (pensão social) acção social e do défice do regime reduzidamente contributivo (agricultores).

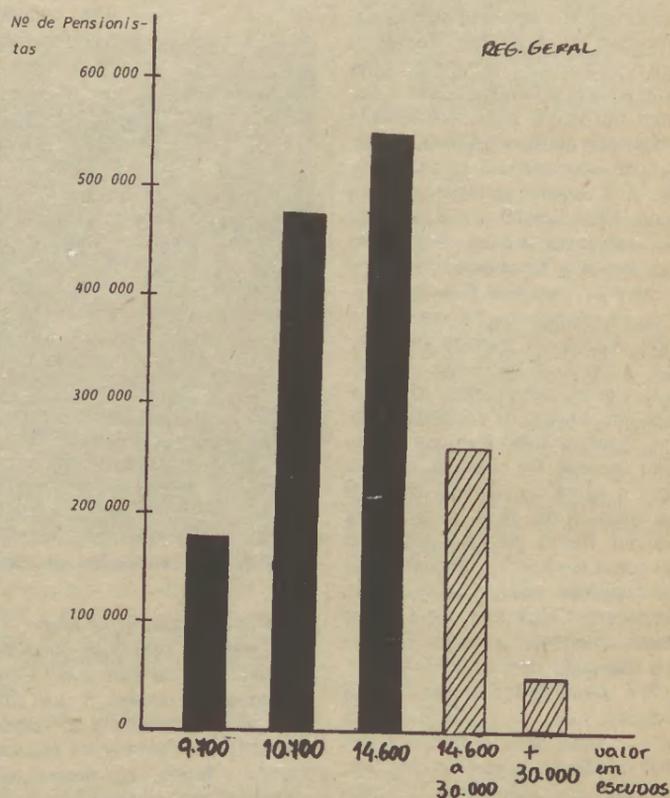
Se compararmos os défices deste regime, no período compreendido entre 1973 e 1988 (692 milhões de contos) com as transferências realizadas no Orçamento de Estado para o Orçamento da Segurança Social, (191 milhões de contos) concluímos como é o próprio Governo a provocar a falência dos meios financeiros da Segurança Social, ao mesmo tempo que protege a escandalosa atitude das entidades patronais.

Enquanto isto a conta da Segurança Social é gerida como se de uma instituição com fins lucrativos se tratasse. As contas têm fechado com saldos positivos muito superiores aos previstos.

6.º 2 milhões de Reformados e Pensionistas

São cerca de dois milhões os reformados e pensionistas que, após

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PENSIONISTAS PELO VALOR DE PENSÃO *



* Não inclui a pensão de sobrevivência

uma vida de trabalho se vêem condenados a reformas e pensões abaixo dos padrões mínimos de subsistência.

A leitura do quadro anexo dá a verdadeira dimensão desta realidade.

537 563 pensionistas (regime geral) recebem 14 600\$00 por mês, 477 mil do regime rural têm mensalmente 10 700\$00, 180 mil pensionistas (pensão social) auferem 9700\$00.

Em 335 mil pensionistas da pensão de sobrevivência 90% auferem valores inferiores à pensão mínima e destes 82% têm pensões abaixo de 10 000\$00. Apenas 30% do regime geral auferem valores superiores a 14 600\$00 enquanto só 8% têm reformas superiores ao salário mínimo nacional.

O PCP ao apresentar na Assembleia da República um projecto de lei sobre a urgente actualização, valorização e alteração da forma de cálculo das pensões e reformas visou a melhoria e dignificação das condições de vida dos reformados e pensionistas.

Não foi um projecto ambicioso. Tratou-se de um projecto justo, realista, exequível tecnicamente e viável financeiramente.

Assim houvesse sensibilidade e vontade política para o viabilizar.

Mais uma vez a maioria PSD votou contra. Porque o Governo Cavaco Silva não quis, negando aos mi-

lhões de portugueses e portuguesas a materialização das suas mais profundas aspirações.

7.º Algumas conclusões do Encontro sobre Segurança Social

No Encontro realizado pelo PCP sobre a Segurança Social entre outras conclusões destacam-se:

— A luta na defesa do sistema universal, unificado e descentralizado da Segurança Social, subsidiado pelo Estado como manda a Constituição, que promova a justiça social, que garanta uma melhor distribuição de rendimentos e melhore a qualidade de vida dos portugueses.

— A alteração do actual sistema de financiamento da Segurança Social.

O estudo da aplicação de um Imposto Social que incida sobre a mais-valia criada por cada empresa.

As transferências devidas do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social.

Destas e de outras soluções apontadas depende a garantia de retribuição justa aos que trabalham **ontem**, e o princípio de segurança para os que trabalham **hoje** e trabalharão **amanhã** ■

A perestroika para a classe operária

a classe operária para a perestroika

Os encontros na sede do CC do PCUS, entre representantes de diferentes sectores da população soviética e Gorbachov, assumem-se hoje como prática corrente, e de alguma forma simbolizam — e concretizam — uma forma de fazer política «em que as pessoas, os seus problemas, interesses e vida sejam de facto o centro das atenções», nas palavras do secretário-geral do PCUS. Aqui transcrevemos largos extractos da intervenção final de Gorbachov num encontro com representantes da classe operária soviética, realizado no passado dia 14 de Fevereiro.

Antes repetíamos muitas vezes a palavra «Estado», mas construíamos à pressa cidades e povoações, provocando a poluição de rios e a degradação de regiões inteiras. **O que é, afinal, o Estado? Somos nós, são as repúblicas, regiões, cidades e aldeias, são os trabalhadores e as nossas famílias, eis como devemos entender o Estado.** Por isso tudo o que foi referido neste encontro aberto pode ser considerado importante do ponto de vista dos interesses estatais.

Há questões que exigem análise profunda. Penso que vocês não podem acusar os dirigentes actuais de fecharem os olhos às necessidades e aos anseios das pessoas e aos problemas existentes. **As condições de vida, que estão longe de ser satisfatórias, devem ser melhoradas em muitas cidades e repúblicas federadas.** Se tal situação não se verificasse, a «perestroika» seria desnecessária. Mas a própria vida impôs a «perestroika» e nós enveredámos por esse caminho. Fizemos uma avaliação objectiva e verídica do nosso passado, época em que também nós vivemos, portanto também temos de responder pelo que aconteceu então. **Somos responsáveis por tudo o que de melhor aconteceu na época — o povo trabalhava para desenvolver o país — e por todos os factores negativos referidos abertamente no Plenário de Janeiro de 1987 do CC do PCUS. Os desvios e falhas graves na política provocaram deformações do socialismo e grandes perdas, com consequências negativas para o país e a sociedade.** Dissemos isso sem rodeios e apercebemo-nos da nossa responsabilidade.

Começámos a tirar lições mais duras do passado. Para que o fizemos? **Para decidir como viver no futuro, qual o caminho a seguir e que mudanças operar nos sistemas económico e político.**

Promovemos uma discussão aberta e crítica dessas questões e concluímos que **o o povo não fez a Revolução e tomou o Poder em vão.** Surgiram premissas para o progresso da nossa sociedade, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos. O interesse e a confiança no socialismo, a rejeição da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem e todos os nossos valores fundamentais estão no sangue de várias gerações de soviéticos. Hoje, isso não é sentido apenas pela classe operária, mas por todos os trabalhadores.

Não são os gritadores, demagogos e aventureiros que determinam o nosso presente e futuro. Somos suficientemente fortes para tolerá-los, mas muitos de vocês referiram hoje a necessidade de aplicar as leis em certos casos.

A propósito, há realmente leis que prevêm a responsabilização pelo aticamento de conflitos nacionais e a instigação à desordem.

A democracia, camaradas, é inseparável da responsabilidade, consciência política, honestidade e dever. Abre boas perspectivas àqueles que se preocupam com o destino do país e são fiéis à nossa causa, ao socialismo e aos nossos objectivos. A democracia não serve a quem pretenda entrar a «perestroika». O povo já sabe que essas pessoas não propõem nada de construtivo, apenas querem voltar ao que nos le-

vou a fazer a Revolução e a transformar o mundo. Fossem quais fossem as nossas falhas, iniciámos o caminho do desenvolvimento. Hoje, o essencial consiste em recuperar a concepção leninista do socialismo.

O poder aos trabalhadores, a terra aos camponeses, a paz aos povos, são princípios ainda em vigor. **Mas como evoluiu o país? Liquidámos a propriedade privada e criámos sistemas de gestão que deram o poder à burocracia e afastaram os trabalhadores dos meios de produção. Para que fizemos a Revolução? Para que os operários tivessem o Poder não apenas na letra da Constituição, mas pudessem governar de facto o Estado e decidir como aproveitar mais eficazmente o seu poder. Hoje devolvemos o poder aos trabalhadores através das reformas, do arrendamento, da empreitada, autonomia e autogestão.**

Também devemos devolver a terra aos camponeses, que foram afastados dela e da Natureza e transformados em jornaleiros. Serão possíveis colheitas boas e estáveis nessas condições? Claro que não. Preparamos importantes propostas nesse sentido para o próximo Plenário do CC do PCUS dedicado aos problemas agrários.

Os princípios do Poder estão reflectidos na nossa Constituição, que foi e continua a ser progressista. O Poder pertence aos Sovietes, órgãos que, embora criados pelos trabalhadores, não são dirigidos por eles. O processo político não decorria como devia. Devemos reactivar os Sovietes e restaurar o seu poder real. Por enquanto, os deputados têm de pedir e solicitar ajuda. Contudo, enquanto eleitos do povo, devem determinar tanto a política local e regional como a estatal e controlar os órgãos executivos.

Devemos conseguir que também no plano económico os deputados não sejam mendigos e tenham poder real, com base nas normas jurídicas estabelecidas. Assim deve ser e assim será, camaradas. Temos que recuperar o poder dos Sovietes — tanto no plano político, para poderem tomar as resoluções mais importantes, como no plano económico, a fim de que tenham força real e possuam recursos que lhes permitam resolver os problemas locais, regionais e a nível de república. Gostaria que ficassem certos de que **todas as nossas ideias, todos os desígnios leninistas terão forma real na economia, política e vida espiritual.**

O país e a sociedade estão em movimento. O povo já não é como antes, tudo muda. A «perestroika» ganha força, o povo e os trabalhadores tornaram-se mais exigentes, não recuam nos seus princípios. Contudo, temos de ocupar posições firmes e mantê-las, não podemos recuar nem entrar em pânico. **Não devemos recuar nem sequer parar. Pelo contrário, é preciso avançar cada vez com maior firmeza.**

Atravessamos hoje uma etapa crítica. Hoje há pluralismo, «glasnost» e autogestão económica, mas também métodos obsoletos de administração arbitrária. Apesar de tudo, as pessoas superam as dificuldades do período transitório, esta-

mos na etapa mais difícil, a fase em que pusemos mãos à obra. Estamos entusiasmados, camaradas, com o facto da classe operária apoiar a «perestroika», trabalhar cada vez mais eficazmente e resolver com crescente competência as tarefas políticas e económicas. **Por maiores que sejam as dificuldades, enquanto actuarmos em conjunto conseguiremos sempre resolvê-los.**

Mas vamos pensar no seguinte: **quem é que, nos termos da lei, tem direito a resolver todas as questões relativas aos quadros numa empresa? Sois vós. E que fazem os conselhos dos colectivos de trabalhadores? É tempo de começarem a funcionar e resolver os seus problemas.** Aliás, muitos já o fazem. É o caso da empresa metalúrgica de Norilsk. Quanto mais depressa avançar a reforma económica, mais fácil será resolver a questão dos quadros. O que é a empreitada? Permite redistribuir os quadros nas empresas, oficinas e brigadas. Entretanto, o poder central deve ocupar-se das estruturas que ficam acima das empresas. Vamos resolver esta questão, camaradas.

O problema dos quadros não é menos actual a nível de distrito, cidade, etc. Há quadros que se limitam a «matar o tempo» no trabalho. Mas vejam bem o impulso que a reforma política dá à renovação dos quadros em geral e dos deputados dos Sovietes em particular. É evidente que transformará os nossos Sovietes. Apesar das dificuldades, as pessoas saberão escolher os deputados mais competentes e mais dignos.

Há quem afirme que, agora que as explorações agrícolas e empresas industriais passam a trabalhar em regime de arrendamento, compete às próprias pessoas definir o sistema salarial. Elas sabem o que cada ganha e o que cada um trabalha. Certo. Só que surge aqui um problema relacionado com as garantias sociais. Tal decorre da natureza do nosso sistema socialista. O Estado deve garantir que, seja qual for a situação em que se viva, as pessoas ganhem um salário mínimo. Temos de pensar nisso. **Temos que assegurar a protecção social dos trabalhadores, a par da assistência médica e do ensino gratuitos.**

A nossa imprensa e os outros meios de comunicação social têm dado pouca atenção ao **progresso técnico-científico.** É um tema de que é preciso falar e escrever.

O presente encontro demonstrou que definimos correctamente no Plenário de Junho de 1987 do CC do PCUS os **problemas prementes:** habitação, alimentação e artigos de consumo. Vamos tratar disso a sério. No campo da construção habitacional, devemos encontrar novas soluções, aproveitando a iniciativa local e reforçando as infra-estruturas «in loco». O maior problema que enfrentamos são os materiais de construção e as infra-estruturas. É o nosso ponto mais fraco. Há que alterar a situação, estimulando economicamente a iniciativa das pessoas.

É preciso juntar esforços e meios para criar pequenas empresas. Só assim, agindo em conjunto, poderemos resolver o problema. O Caquistão, as regiões de Oriol, Lipetsk e outras já o provaram.

O mercado de consumo está a

viver uma situação difícil. Grandes quantidades de dinheiro andam em circulação. É necessário produzir mais artigos industriais e de consumo e géneros alimentícios e, antes de mais, desenvolver a esfera dos serviços. Até hoje dedicámos pouca atenção a esta esfera. Tentámos equilibrar o mercado através da venda de bebidas alcoólicas, importações e aumento dos preços de peles e ouro, mas sem resultado. Agora seguimos uma política correcta que visa criar uma infra-estrutura grande, moderna e com equipamentos nacionais para fabricar artigos de consumo, modernizar as indústrias ligeira, alimentar e transformadora e desenvolver a agricultura e a esfera dos serviços. Há ilimitadas possibilidades neste campo, e vamos procurar intensamente novos métodos para alcançar esse objectivo. Este ano devemos incrementar consideravelmente a produção de artigos de consumo.

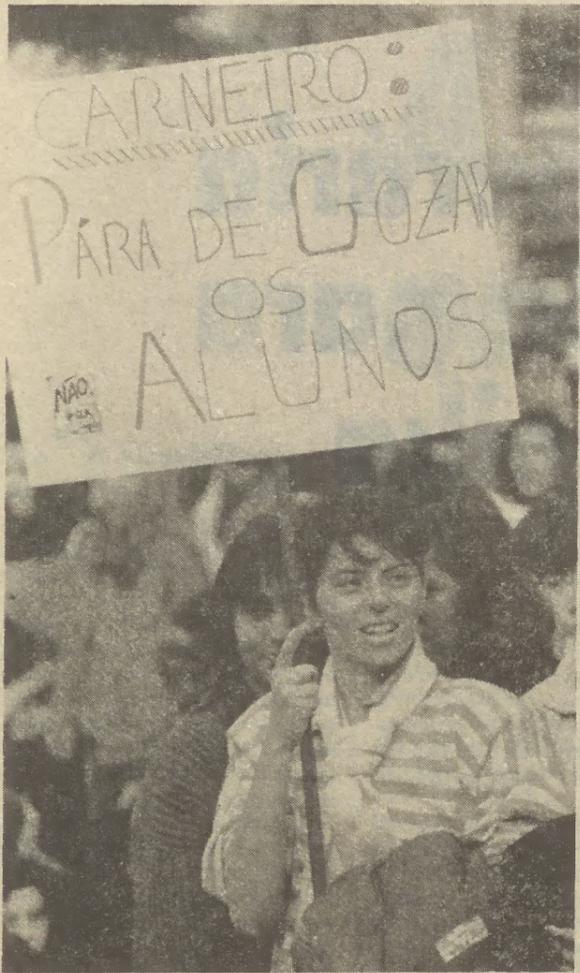
Penso que são justas as observações feitas em relação à imprensa. Deve ser seguido o princípio: é necessário manter uma atitude crítica para com o trabalho e o passado e resolver abertamente todos os problemas. Contudo, há discussões e discussões. Para que servem, por exemplo, as discussões sobre o pluralismo partidário? Não têm razões para existir. Mesmo havendo três e quatro partidos é possível impor uma ditadura em que ninguém poderá falar e respirar livremente. **O principal é que o clima na sociedade seja democrático, que as instituições democráticas tenham influência e que o povo possa de facto tomar decisões, controlar e criticar. O principal são a democratização da vida social e estatal e a «glasnost».** O partido não se desviará desse caminho e usará todo o seu prestígio para apoiar esses processos. Isso significa que devemos defender os nossos valores em condições democráticas e oferecer resistência a todos os que nos impedem de avançar e espalham ideias duvidosas e infundadas. São pessoas irresponsáveis e sem formação política.

O nosso partido tem grandes potencialidades. Provou a sua força e maturidade. É um partido que é capaz de passar todas as provas e assumir responsabilidade pelo que se passou e está a passar no país. Propôs uma política que responde aos interesses e aspirações mais profundas do povo e vai defendê-la. Esperamos, camaradas, que a classe operária apoie activamente essa política, porque é o partido dos trabalhadores e defende os interesses destes. Devemos emendar todos os erros que forem feitos no passado. Este encontro mostrou que o destino do partido, o destino do país e o destino do socialismo são as maiores preocupações dos presentes. É justo. É o vosso partido. É o nosso e o vosso partido!

Desejo-vos êxitos, desejo que mantenham firmemente a posição da classe operária. Sem uma posição firme e decisiva da classe operária não conseguiremos resolver as tarefas históricas da «perestroika». Isso é o principal. A política não presta enquanto não for apoiada e materializada pela classe operária. Sentimos esse apoio e não nos desviaremos do caminho traçado. ■



A perestroika exige o contributo decisivo da classe operária



Tempo, Carneiro e lata

Depois de o seu acessor António Pinheiro ter afirmado ao «Avante!», dia 20 de Fevereiro, que as alterações ao regime de acesso ao ensino superior aceites pelo Ministério da Educação estariam definidas «no máximo, em 10 ou 15 dias», Roberto Carneiro disse no dia 2 a representantes da AEs de Lisboa — de acordo com o «Diário de Notícias» — que o regime de acesso pode ser alterado ainda este ano e «a partir do momento em que exista consenso entre os próprios estudantes e depois de ouvidos os vários organismos».

Para aprovar a lei é que não foi preciso nada disto. Enfim, coisas, certamente, da burocracia, se não se puser em dúvida as apregoadas boas intenções do ME e do Governo.

O Mecla denunciou oportunamente a falta de representatividade daqueles «representantes». Um dos membros da coordenadora do movimento referiu mesmo ao «Fim de Semana» que «os estudantes que falaram para a RTP depois da audiência com o ministro foram os mesmos que nos receberam na sede da JSD, quando lhes pedimos um encontro».

Dispensamos assim os comentários a tal «representação». A questão que queremos pôr é outra. Insistem, os defensores encapotados do Governo e da sua peneira elitista para as entradas na Universidade, que não faz sentido «voltar atrás» com o DL 354/88, que já não há tempo para isso, que a Europa não pode esperar e outras coisas do género, tudo argumentos de betão e convincentes «senão apanhas».

Toda a gente diz o contrário, clamam alunos, pais, professores, dizem que uma reforma do ensino começa a fazer-se por baixo, que só é justo pedir aos estudantes que saibam o que nas escolas lhes foi dado. Mas quem sabe é o Governo.

E, como a prova geral de acesso ao superior está

marcada para 31 de Março e 3 de Abril, Carneiro acha que ainda tem tempo para melhorar a sua lei. Cá para nós, não lhe falta é tempo para prometer... nem lata.

Escândalos no Alentejo — 1

Enquanto desfilam os sorrisos dos ministros e do próprio PM frente às câmaras da TV, no Alentejo o ataque cobarde à Reforma Agrária prossegue, em completa obediência aos objectivos liquidacionistas impostos pelos agrários. Exemplos recentes são à mão cheia. Ainda no início deste mês, o Executivo da Direcção Regional do Alentejo do PCP alertava para um roubo de gados no valor de 35 mil contos. O feito coube, naturalmente, aos serviços do Ministério da Agricultura. Os visados, desta vez, foram os trabalhadores da UCP/Cooperativa **Liberdade de Seda**. Só que o caso não fica por aí. Os gados foram entregues à Fundação Eugénio de Almeida como fiel depositária. No momento de serem devolvidos aos trabalhadores, por decisão dos tribunais, não apareceu nem Fundação Eugénio de Almeida, nem gados, nem o dinheiro da sua venda...

Escândalos no Alentejo — 2

A Direcção Regional do Alentejo do PCP chama atenção da opinião pública e dos caçadores em particular para a reconstituição das antigas coutadas de luxo do tempo da outra senhora... A pretexto da formação de zonas de caça na base de lei 274-A/88, do PSD, ficam em causa os direitos da grande maioria dos caçadores, transformando a caça num privilégio das elites.

Perigos

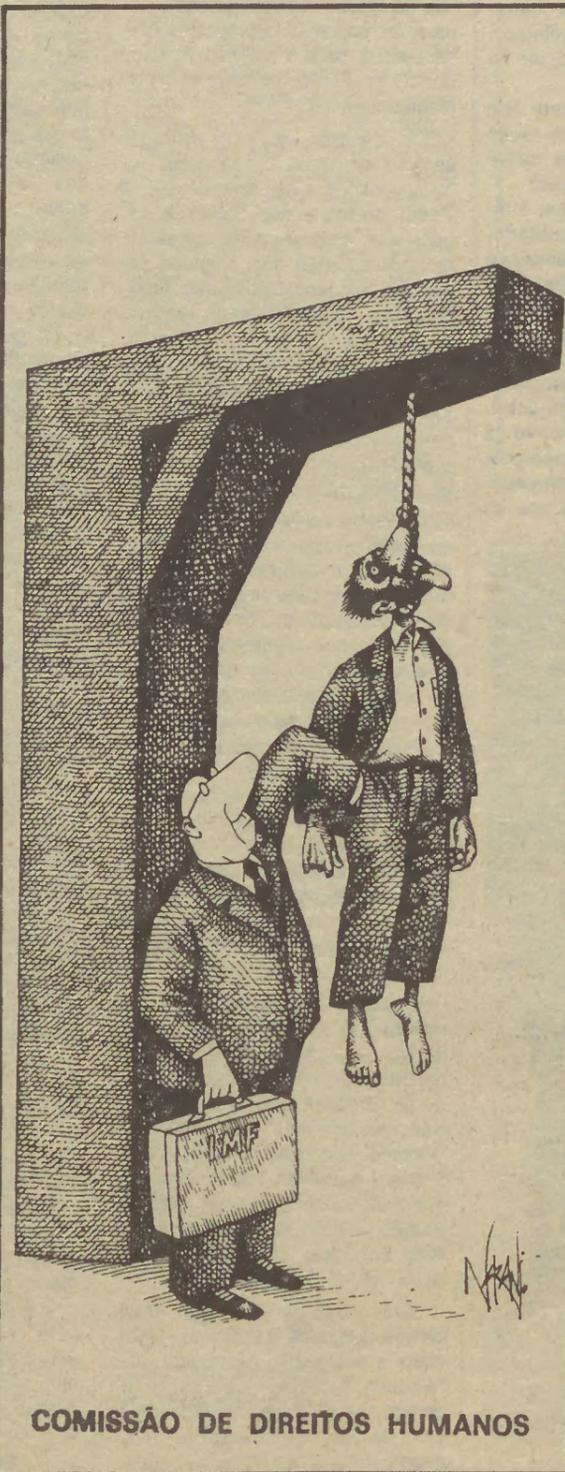
Todos nos lembramos — até porque foi cassete usada maciçamente até há poucos anos — das desconfianças do chamado mundo ocidental para com o presumível belicismo da União Soviética. De cada vez que os EUA

inventavam nova e sofisticadíssima arma (o que sempre aconteceu, como também estamos lembrados, com excessiva regularidade), lá vinha acoplado o «perigo vermelho» e contas infinitas sobre a superioridade militar soviética. Isto entremeado com demonstrações sobre as deficiências e atrasos tecnológicos de que cronicamente enfermaria o Exército Vermelho, o que deu sempre uma hilariante contradição neste «contar de espingardas» tão caro ao mundo capitalista. Entretanto chegou a «Perestroika» e o espectacular processo de desanuviamento internacional dela decorrente. Audaciosamente, a URSS começou a lançar para a mesa propostas concretas de redução de armamento que têm, literalmente, «empurrado» os falcões de todos os matizes para os campos da paz. A cada recusa belicosa tem a URSS respondido com outras propostas, tornando-as irrecusáveis, como aconteceu mais uma vez esta semana em Viena, com nova proposta transmitida pelo ministro dos NE soviético, Eduard Shevardnaze, apontando para a redução maciça de

armamento e efectivos militares na Europa e negociações para a eliminação de todas as armas nucleares no Continente. Resposta (imediate e para já) dos EUA: a URSS procuraria, assim, «criar instabilidade» entre os Estados Unidos e os seus aliados da NATO! Parece que muito pior que o «perigo vermelho» é esta espécie de... perigo às riscas.

Provavelmente

O Senador democrata do Alabama, Howell Heflin, declarou surpreendentemente esta semana apoiar o designado e controverso candidato republicano John Tower para a chefia da secretaria norte-americana da Defesa, cuja idoneidade para o cargo foi abundantemente posta em causa pelo partido Democrático, dada a sua conhecida tendência para os copos a mais e respeito a menos, quer com as mulheres em geral quer com a sua lisura nos negócios em particular. Um apoio tão ao arrepio da posição do seu próprio partido, por parte do senhor Howell Heflin, tem de ter uma explicação funda e séria. Provavelmente bebem da mesma marca.



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Gazetilha

por Ignotus Sum

A guerra contra as ondas

Este é o governo das mondas. Agora, pelos espaços, monda, apressado, nas ondas. Ondas, só para amigalhões. No mundo do largo espectro quebrem-se, agrestes, as rondas. O Cavaco — va de retro! — não gosta que façam ondas...

Esperam-se aumentos...

O custo vai na subida. Para fazer face à vida não tarda aí — hão-de ver — a subida no ordenado. Já demora, podem crer. Quem trabalha é compensado não em cinco ou seis ou sete até mesmo oito por cento que além mais não se promete ou, pelo menos, é raro. Só acima de trinta é valimento.

Refiro-me aos ministros, está claro...

Discurso oficial-1

O meu governo, afinal, todo se derriça com a justiça social.

Mas devagar, devagar! Isto não vai a matar...

Saúde: o que se passa? A nossa norma é ver toda a gente em forma bem tratada e de graça. Mas de vagar, devagar! Isto não vai a matar...

Emprego? Não o nego. Muitas vezes se diz: havendo mais emprego há mais gente feliz. Mas devagar, devagar! Isto não vai a matar...

Reforma Agrária? Então essa é que é «a flor da revolução» aí, seja como for, é matar, é matar! Isto não vai devagar...

Discurso oficial-2

Crédito à habitação. Por que não? Por que não? É legítima ambição de toda a população. É nossa preocupação de todo o coração. E se o não damos não é por maldição ou pra gastar os tostões de qualquer outra maneira.

Deixem vir eleições e a gente abre um bocadinho a torneira...

Na ordem do dia

Muito dinheiro estrangeiro compra terra em Portugal e este governo foleiro diz que é coisa natural. Quanto mais terras empalma mais em perigo fica a alma mais se a vida nos desterra. Pois antes de que a pataco nos venda a terra Cavaco há que pôr Cavaco em terra.

Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 793

9 de Março de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Sexta 10

LISBOA

Convívio comemorativo do 68.º aniversário do PCP, organizado pela 4.ª Zona da OLL — no CT de Arroios, às 21.00, com a participação do camarada Aurélio Santos.

PORTO

À Recuperação do Centro Histórico do Porto no Parlamento Europeu e na AR — debate com a participação de Joaquim Miranda, Ilda Figueiredo, Oliveira Dias e Ricardo Figueiredo — na Junta de Freguesia da Sé, às 21.30.

SETÚBAL

Debate público sobre a Revisão da Constituição com a participação do camarada Carlos Brito — às 21.30 no Grupo Desportivo da Camarinha.

VILA REAL

Ação de propagação na feira de Aljô. Visita da deputada Paula Coelho ao distrito, incluindo, às 21.30, debate sobre os problemas dos estudantes e o acesso ao ensino superior.

BRAGANÇA

Ação de propagação na feira de Vimioso.

MANGUALDE

Plenário da organização concelhia, preparatório da 2.ª Ass. da Organização Distrital de Viseu, com eleição de delegados.

V. FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes, às 21, no CT. Plenário de militantes de Forte da Casa, às 21, no salão da Junta de Freguesia.

Sábado 11

LISBOA

2.ª Assembleia da Organização Local de Lisboa — hoje (a partir das 14.30) e amanhã, no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

VILA FLOR

Assembleia (extraordinária) da organização concelhia — às 20.30 na Escola Preparatória.

BRAGANÇA

Visita de Paula Coelho ao distrito.

PÓVOA DE STA. IRIA

Reunião da célula da Eurofil — no Centro de Trabalho.

SANTIAGO DO CACÉM

68.º aniversário do PCP: almoço-convívio em Ermidas-Sado, com a participação do camarada Rogério de Brito — às 13.00, no CT.

SETÚBAL

68.º aniversário do PCP: almoço-convívio no «Laguna» com a participação do camarada Albano Nunes.

ALVALADE-SADO

Debate sobre agricultura — às 15.30, na Casa do Povo, com a participação do camarada Rogério de Brito. Às 13.00, no mesmo local, almoço-convívio comemorativo do 68.º aniversário do Partido.

SINES

Plenário de militantes de Santo André — no Centro de Trabalho às 15.00.

PALMELA

Assembleia da organização de Quinta do Anjo, preparatória da 2.ª Assembleia da ORS — às 15.00, no Centro de Trabalho.

ÍLHAVO

68.º aniversário do PCP: jantar comemorativo do 68.º aniversário do PCP, com a partici-

pação do camarada António Murteira — no Centro de Trabalho.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

68.º aniversário: jantar comemorativo — às 20.00.

SANTO TIRSO

O Vale do Ave e a CEE — debate com a participação do camarada Joaquim Miranda — às 15.30, no restaurante «S. Rosendo».

PORTO

Assembleia da organização de Campanhã — às 15.00, no salão da Junta de Freguesia.

LOUSADA

Em Melnedo, debate sobre «Portugal e a CEE» com a participação do camarada Joaquim Miranda — às 21.00 no salão da Junta de Freguesia de Meinedo.

S. PEDRO DO SUL

68.º aniversário do PCP: jantar comemorativo — às 19.00, no Salão de Jogos da Ponte.

BEJA

Sessão comemorativa do 68.º aniversário do PCP, com a partici-

pação do camarada António Murteira — no Centro de Trabalho.

ODEMIRA

68.º aniversário do PCP: sessão comemorativa, com a participação da camarada Bernardina Sebastião.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Jantar-convívio comemorativo do 68.º aniversário promovido pela Com. Concelhia do PCP, com a participação do camarada Carlos Fraião — às 20.00, no Clube de Bobadela.

RESENDE

68.º aniversário do PCP: merenda-convívio em Resende («Château» do camarada Abílio) — 16.00.

TAVIRA

Almoço comemorativo do 68.º aniversário do Partido.

V. FRANCA DE XIRA

Plenário da CDU da freguesia de Castanheira — no salão da Junta de Freguesia, às 15.00.

CASCAIS

Plenário de militantes, aberto a simpatizantes do Partido — no Centro de Trabalho.

LEIRIA

Plenário Distrital da CDU. Participaram Luís Sá e António Orcinha (PCP) e Herculano Pombo («Os Verdes»). A partir das 14.30 no auditório do Centro Comercial D. Dinis.

COIMBRA

Encontro-debate promovido pela Comissão Coordenadora da CDU sobre o trabalho desenvolvido e a preparação das eleições autárquicas no concelho de Coimbra. Às 15.00 no Clube Desportivo de Vila Pouca do Campo. Almoço (às 13.00) no mesmo local; de manhã, visita à freguesia do Ameal.

LOURES

Jornada de convívio, com almoço, em comemoração do 68.º aniversário do Partido, promovida pela célula da «Festa do Avante!» no local (Quinta do Infante) onde se realizou a última Festa.

Domingo 12

OEIRAS

3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Oeiras — das 10.00 às 19.00, na Sociedade Filarmónica de Carnaxide.

S. DOMINGOS DE RANA

2.ª Assembleia da Organização de Freguesia de S. Domingos de Rana — no lugar da Timpeira, junto à ponte.

68.º aniversário do PCP: encontro-convívio, a partir das 10.00, em S. Simão (Tábua).

COIMBRA

68.º aniversário do PCP: encontro-convívio, a partir das 10.00, em S. Simão (Tábua). Almoço-convívio promovido pela Com. Conc. de Vila Nova de Poiares — no CT de Ferreira, às 13.00, com a participação de César Roussado. Almoço-convívio promovido pelo Org. de Dir. das freguesias do Norte do concelho de Coimbra — às 13.00, no salão da Ass. Desportiva de Souselas, com a participação de Jorge Gouveia Monteiro.

Almoço-convívio promovido pela Dir. das freguesias do Sul do concelho de Coimbra — às 12.30, no Centro Popular de Conraria.

ESTARREJA

68.º aniversário do PCP: almoço-convívio, às 13.00, no CT, com a participação do camarada Ramiro Silva.

FARO

Almoços comemorativos do 68.º aniversário do PCP — nos Centros de Trabalho de Lagos, Silves e Albufeira, a partir das 13.00.

VILA FRANCA DE XIRA

Encontro da CDU da freguesia de Cachoelras — às 20.00, no salão da Junta de Freguesia. Lanche-convívio, comemorativo do aniv. do Partido — às 16.00, no Centro de Trabalho de Vila Franca.

SETÚBAL

Encontro Concelhio da CDU — na Capricho Setubalense, a partir das 9.00, com a participação do camarada Manuel Sobral.

SESIMBRA

Almoços comemorativos do 68.º aniversário do PCP: no CT da Quinta do Conde e no Externato D. Joana.

BRAGANÇA

68.º aniv. do Partido: convívio comemorativo na escola secundária da Sé — às 16.00.

VILA REAL

Jornada de convívio comemorativa do aniversário do Partido. Almoço. Jogos populares. Animação musical com o Grupo de Cantares de Aljô e baladas de Coimbra com João Queirós. Com a participação do cama-

Reuniões de naturais da zona do Pinhal/Castelo Branco

Residentes em Setúbal:

17 Março - 21 h.

CT do Barreiro

Residentes em Lisboa:

18 Março - 16.30

CT Vitória

rada Agostinho Lopes, no lugar da Timpeira, junto à ponte.

AZAMBUJA

Encontro Concelhio da CDU — a partir das 14.30, na Casa da Cultura, com a participação do camarada Luís Sá.

CASTRO DAIRE

Almoço comemorativo do 68.º aniversário do PCP — a partir das 12.30, na Pensão Alex (Termas do Carvalhal).

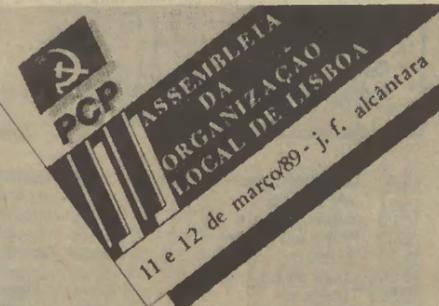
AÇORES

Almoço-convívio comemorativo do 68.º aniversário do Partido — às 13.00, no Centro de Trabalho da Horta, com a participação do camarada José Decq Mota.

LISBOA

Visita de trabalho dos deputados do PCP Jerónimo de Sousa, Octávio Teixeira, António Filipe e Jorge Lemos às estações da Carris de Cabo Ruivo, Musgueira, Arco do Cego, Pontinha e Sto. Amaro — durante todo o dia.

Segunda 13



COM O PCP OS TRABALHADORES E O POVO LISBOA CIDADE FUTURO

Têm início marcado para as 14.30 horas do próximo sábado os trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Local de Lisboa (OLL) do PCP, que se prolongarão por domingo, nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, sob o lema «com o PCP, os trabalhadores e o povo, Lisboa cidade futuro».

Eleitos na proporção de 1 por 50 militantes, prevê-se a presença de 334 delegados.

Foram dirigidos convites às forças políticas do campo democrático e a personalidades políticas de relevo na cidade de Lisboa.

No primeiro dia dos trabalhos, a Assembleia funcionará até às 19 horas. Depois, no domingo, dia 12, o debate decorrerá entre as 10 e as 17.30 h, finalizando com uma sessão pú-

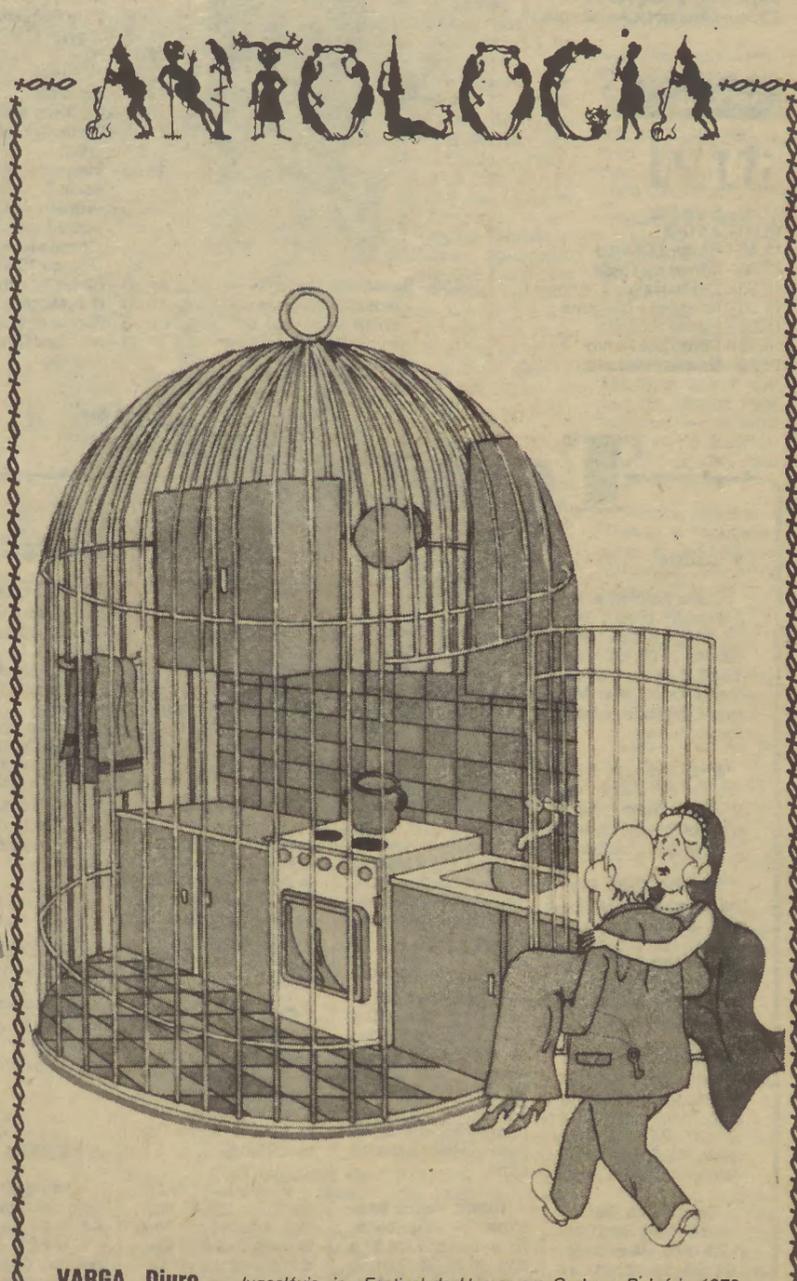
blica em que intervirá o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Partido. Esta sessão está marcada para as 18 h.

O estudo e reflexão sobre as alterações no tecido social e económico surgidas nos últimos 5 anos na zona da capital, é um dos objectivos centrais desta Assembleia, que tem em vista outras preocupações:

- Definição das grandes linhas de trabalho a médio prazo para os comunistas de Lisboa;

- Preparação das batalhas políticas imediatas: luta contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva, revisão da Constituição, eleições para o Parlamento Europeu e Autarquias;

- Eleição de um novo organismo de direcção para a OLL do PCP.



VARGA, Djuro — Jugoslávia, in «Festival de Humor em Grabovo-Bulgária 1973»

TV O Programa

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 11.45 - Brega e Chique (74.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ilha da Fantasia (21.º epis.)
- 14.15 - Os Olhar do Dragão (4.º epis.)
- 14.40 - No Mundo da Ciência
- 15.05 - Dollar Brand
- 16.05 - Animais de África
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle (113.º epis.)
- 20.15 - Mobil nos Caminhos de Portugal
- 21.10 - A Filha é Minha (3.º epis.)
- 22.10 - Canto Alegre
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (172.º epis.)
- 15.25 - A Casa de Irene
- 15.45 - Magazine Cinema
- 16.30 - Quem Sai aos Seus...



- 16.55 - Sinhá Moça (14.º epis.)
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Malta de Bronx (15.º epis.)
- 19.00 - Music Box (Hit Machine)
- 19.55 - No limiar da realidade (49.º epis.)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (84.º epis.)
- 21.55 - Sinais do Tempo
- 22.55 - Hitchcock Apresenta...

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 11.45 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Chateaufallon (14.º epis.)
- 14.30 - Imagens e Imagens
- 15.05 - Hanna Barbera
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando

- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Falar Português
- 20.20 - Passerelle
- 20.55 - Telemundo
- 21.55 - Teatro - «A Viúva Contenta»
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate
- 00.10 - Pela Noite Dentro - «White Water Rebels» realiz.: Reza S. Badiyi (EUA/1983, 97 min., telefilme, inédito em Portugal).

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Vestígios (5.º epis.)
- 19.00 - Music Box (Rocking in the UK)
- 19.55 - Os Intocáveis (série, 1.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Café Central
- 22.50 - Os Prazeres e as Sombras (8.º epis.)
- 23.45 - Rotações

Sábado

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família (A Família Robinson, Desporto e Ciência, Era uma vez a vida, O Safari do João Valentão, O Grande Pagode, Sebastião na CEE, Get Smart)
- 11.55 - Pavarotti Regressa a Nápoles
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os Espectaculares Records Guinness
- 13.35 - Parlamento



- 14.05 - Sessão da Tarde - «Two Kinds of Love», real. Jack Bender (EUA/1983, 97 min., telefilme, inédito em Portugal)

- 15.40 - Vivamúsica
- 16.25 - Filmezinho
- 16.30 - Crime, Disse Ela (10.º epis.)
- 17.30 - No Tempo em que Você Nasceu
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.30 - Deixem Passar a Música - «Tony de Matos»
- 22.30 - Filmezinho
- 22.35 - Pássaros Feridos (série, 3.º epis.)



- 23.35 - Cinema da Meia-Noite - «Corrupção», real. Fritz Lang (EUA/1953, 90 min)

RTP2

- 09.00 - Compacto Music Box
- 11.40 - A Nossa Turma
- 12.50 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Magazine Cinema
- 20.00 - Music Box (Lloyd Cole/Roddy Frame)
- 20.50 - Elogio da Leitura
- 21.15 - Simenon (série, 8.º epis.)
- 22.10 - Concorde, ou Talvez Não
- 23.45 - Basquetebol Internacional.

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família (Os Biscoitinhos, Contos Mágicos, Mofli, O Último Koala, Prof. Turbo-Lento, Uma Pequena Maravilha)
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70 x 7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Os Amigos de Gaspar
- 13.40 - Fórmula 1 (série, 2.º epis.)
- 14.30 - Viagem às Profundezas (série, 2.º epis.)
- 15.10 - Primeira Matinée - «Lucrecia Borgia», real. Christian-Jacques (França/1952, 91 min.)
- 16.50 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - O Justiciero
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.35 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo



- 21.05 - Ameaça Invisível (2.º epis.)
- 22.10 - Filmezinho
- 22.15 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 14.00 - Troféu
- 17.00 - Ideias e Negócios
- 17.50 - A Bela e o Monstro
- 18.45 - Século XX («A História de Hollywood» - 1.º epis.)
- 19.30 - Primeiro Andamento
- 20.00 - Quem Sai aos Seus...



- 20.25 - Artes e Letras - Jean Sibelius
- 21.35 - Cineclube - «A Mulher Estranha», real. Douglas Sirk (EUA/1953, 81 min.)
- 23.00 - Som da Surpresa.

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Império de Carson (12.º epis.)
- 14.15 - Um Amigo Especial (38.º e último epis.)
- 14.40 - Animais
- 15.05 - Hanna Barbera
- 16.30 - Ponto por Ponto



- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Passerelle
- 21.00 - Shaka Zulu (7.º e 8.º epis.)
- 23.00 - A Grande Aventura - «Açores»
- 23.55 - 24 Horas
- 00.25 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha!
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - País na Adolescência (telefilme)
- 19.00 - Music Box Especial - Simple Minds
- 19.55 - Os Intocáveis
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Acerto de Contas
- 22.25 - Teatro Português - «Macbeth», de Shakespeare, enc. Jorge Listopad, pelo TEC.

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Os Supergatos

Filmes

- «White Water Rebels» - 6.º, 00.10, RTP-1
- «Two Kinds of Love» - sáb., 14.05, RTP-1
- «Corrupção» - sáb., 23.40, RTP-1
- «Lucrecia Borgia» - dom., 15.10, RTP-1
- «Take Me to Town» - dom., 21.30, RTP-2
- «Da Nuvem à Resistência» - 3.º, 22.00, RTP-2
- «O Veredicto» - 4.º, 21.20, RTP-1

Música

- Quinta
- 15.05, RTP-1: Dollar Brand
- 19.00, RTP-2: Music Box

- Sexta
- 19.00, RTP-2: Music Box

- Sábado
- 11.55, RTP-1: Pavarotti
- 15.45, RTP-1: Vivamúsica
- 21.35, RTP-1: Tony de Matos

- Domingo
- 19.35, RTP-2: Primeiro Andamento
- 23.05, RTP-2: Som da Surpresa

- Segunda
- 19.00, RTP-2: Music Box Especial

- Terça
- 15.50, RTP-2: Primeiro Andamento
- 18.00, RTP-2: Music Box

- Quarta
- 19.00, RTP-2: Music Box
- 23.35, RTP-2: Magazine Musical

- Teatro
- 22.25, RTP-2: Macbeth

Desporto

- Remate - RTP-1, 5.º (23.50), 6.º (24.00), 2.º (00.25), 3.º (24.00) e 4.º (00.20)
- Rotações - RTP-2, 6.º (23.45)
- Troféu - RTP-2, sáb. (16.00) e dom. (10.00 e 15.00)
- Domingo Desportivo - RTP-1 (22.15)
- Futebol - RTP-2, 4.º (19.55)
- Basquetebol - RTP-2, sáb. (23.45)
- Patinagem Artística - RTP-2, 3.º (18.55 e 23.40) e 4.º (12.55)

- 14.40 - Que Profissão? - «Arquitecto»
- 15.05 - Hanna Barbera
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Passerelle
- 21.00 - Modelo e Detective (22.º epis.)
- 22.00 - Telemundo - «A corrida ao armamento e a raça humana» (2.º prog.)
- 22.55 - Os Prémios Nobel - «Ernest Hemingway»
- 23.30 - 24 Horas
- 24.00 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.50 - Elogio da Leitura
- 16.25 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Music Box («Off the Wall»)
- 18.55 - Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 22.00 - Cinemadois - «Da Nuvem à Resistência», real. Jean-Marie Straub e Danielle Huillet (Itália/1979, 109 min.)
- 23.40 - Campeonato do Mundo de Patinagem Artística

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Fama (35.º epis.)
- 14.15 - A Minha Família e Outros Animais



Teatro O Cartaz

• LISBOA

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24-A. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. **Perversões**, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

Ritz Clube, R. Glória. De 3.ª a dom. às 21.30. **O Baile**, adapt. e encen. Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Romeu e Julieta**, de Shakespeare, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Sels**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.

Teatro do Bairro Alto (R. Ten. Raul Cascais, 1-A). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Vida e Morte de Bamba**, de Lope de

Vega, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. também às 17.00. **A Voz Humana**, de Jean Cocteau, enc. Rogério de Carvalho, intérprete Isabel de Castro.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett,

enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• Para Crianças

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). Sáb. e dom. às 16.00. **Pierrot e Arlequim**, de Almada Negreiros, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha - Sala 2. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Carcaças, Pedro I, Príncipe Bezerro**, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 - ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Gomes, enc. Kim Cachopo.

• PORTO

Os Comediantes, R. Gonçalo Cristóvão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Possessos de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

Teatro do Campo Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

TEP - Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 3.ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Leônicio e Lena**, de G. Buchner, enc. Roberto Merino.

• ESTORIL

Casino (Pr. J. Teodoro dos Santos). 5.ª e 6.ª às 21.30, dom. às 17.00. **Piaf**, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.

RTP2

- 12.55 - Campeonato do Mundo de Patinagem Artística
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...



- 18.00 - O Aparecimento do Homem (série, 1.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Futebol - Real Madrid/PSV Eindhoven
- 21.45 - Jornal das Nove
- 22.15 - Maude
- 22.45 - O Grande Sertão: Veredas (2.º epis.)
- 23.25 - Magazine Musical.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Assalto ao Arranha-Céus	★★★	★★★	—	★★★
B	Café Bagdad	★★	★★	★★★	★★★
C	A Luz	—	★★★★	★★★★	★★★★
D	Quem Tramou Roger Rabbit?	★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
E	Tucker	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★



Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John McTierhan — Fonte Nova (14.30, 16.45, 19.00, 21.30); Gemini (15.00, 18.15, 21.30) Lisboa.
- B — Real. Percy Adlon — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Souleymane Cissé — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Robert Zemeckis — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. F. F. Coppola — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.



forum
SOBRE A REVISÃO CONSTITUCIONAL

“em defesa da Constituição e da Democracia”

SÁBADO / 11 MARÇO / 15 H.
AUDITÓRIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE
(à Rua D. Manuel II/Porto)

Dia internacional da mulher

Ontem foi o dia internacional da mulher. Iniciativas diversas o assinalaram, chamando a atenção para a discriminação e as injustiças de que as mulheres ainda são objecto, apesar das declarações mais ou menos formais de reconhecimento da igualdade de condições e oportunidades. Outras iniciativas estão ainda marcadas para os próximos dias, nomeadamente as que aqui sugerimos.

Olinda Almeida (trabalhadora do comércio), música popular portuguesa com Amélia Muge; dia 17 — «A mulher na cultura»; dia 31 — «A mulher na comunicação social».

Para ontem o MDM e a União dos Sindicatos de Lisboa marcaram uma conferência de imprensa para apresentar as iniciativas que conjuntamente vão promover durante todo o mês de Março sob o lema «Trabalhar e viver em igualdade, construir o futuro».

No Porto o MDM

organiza sábado um «espaço-conívio» na Casa de Cultura do Professor, com a actuação de Susan Court e outros artistas; domingo promove a partir das 10 horas a «corrida pela igualdade», entre as Praças da República e da Liberdade. Ainda no domingo, à tarde, haverá festas populares em Gala (Jardim de Morro) e Matosinhos (Jardim Basílio Teles).

Em Setúbal, também por iniciativa do MDM e com o apoio das autarquias e da Associação de Atletis-

mo, realizam-se domingo o 3.º grande prémio do dia internacional da mulher (início às 10 horas, topo sul do estádio do Bonfim) e um sarau de ginástica (no parque do Bonfim).

A CM de Loures inaugurou ontem no Museu Municipal a exposição «Arte no feminino», que se mantém até dia 28 e reúne obras de cerâmica, escultura, pintura e tapeçaria de Ana Maria Botelho, Eduarda Filhó, Isabel Sabino, Melopo, Maria Beatriz de Sousa, Mariete Miguel, Clementina Carneiro de Moura, Maria José

Mateus, Maria Gabriela, Ana Galvão, Sara Teixeira, Margarida Tengarrinha, Maria Amélia Marcelino, Levina e Raquel Maria; de 3.ª a 6.ª, das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 10 às 17 horas.

No distrito de Aveiro as comemorações promovidas pelo MDM terminam sábado, com uma festa marcada para as 21.30 no auditório da Gulbenkian (frente ao hospital) e animada pelo Grupo Etnográfico das Barrocas, o CETA e Luísa Basto.



(Antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica).

Tempo Fim de Semana

Sábado, nas regiões do norte e centro, céu muito nublado tornando-se gradualmente pouco nublado. Aguaceiros fracos durante a madrugada e pequena descida de temperatura. Na região sul, céu geralmente pouco nublado e vento fraco.

Domingo, céu geralmente pouco nublado, vento fraco em todo o país.



Lima Carvalho na Fundação Gulbenkian



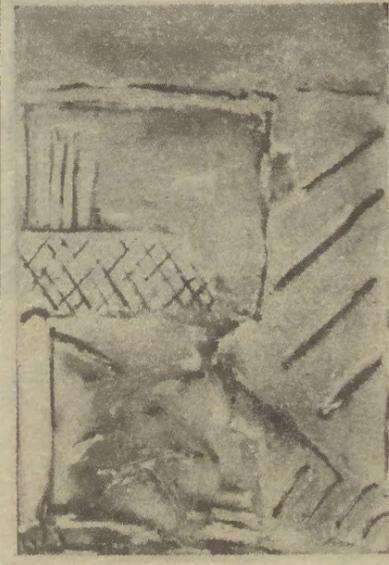
Exposições

- LISBOA
 - Álvaro Lapa — Desenhos. Gal. Exposições Temporárias, Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
 - Álvaro Rosendo — Fotografia. Ex-Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 19.30. (até 12/3)
 - António Mira — «Objectos Específicos», escultura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. (até 20/3)
 - «A aventura humana» e «Índios da Amazônia» — Museu de Etnologia (Av. Ilha da Madeira). Das 10 às 12.30 e das 14 às 17. (até 31/3)
 - Carlos Natividade Correa — Pintura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30. (até 10/3)
 - Colectiva de escultura (Cabrita Reia, Jan van Oost, Lili Djourie, Ulrich Hon-



Fernando Direito

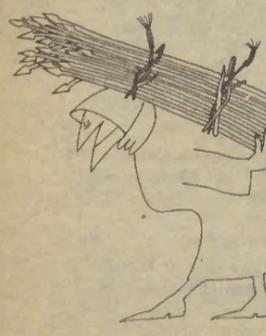
- benkian. De 3.ª a 6.ª das 10 às 17; sáb. e dom. das 14 às 17.
- Teresa Silva — Desenho. Clube Cinquentista, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20; sáb. das 15 às 20. (até 8/3)
- Traje popular nos arredores de Braga — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/3
- Virgílio Cadete — «Lisboa», aquarelas. Clube dos Sargentos da Armada, Lg. Trindade Coelho, 21, 2.º. De 2.ª a 6.ª das 13 às 14.30 e das 18 às 22; sáb. e dom. das 14 às 22. (até 12/3)



Rocha Pinto

- PORTO
 - José Afonso e Adriano Correia de Oliveira — Documental sobre a sua vida e obra. Coop. Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9 às 23, sáb. das 15 às 19 e das 21 às 23, dom das 14.30 às 20.30. (até 16/3)
 - Manuel Magalhães — Fotografia. Coop. Árvore.
 - Maria Helena Matos — Escultura em vidro. Coop. Árvore. (até 15/3)
 - Marques da Cruz — Pintura. Gal. Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22.
 - Pedro Maia — Pintura e serigrafia. Módulo-Centro Difusor de Arte, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20. (até 29/3)
 - Vieira da Silva e Arpad Szenes — Retrospectiva anos 30 a 80. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20. (até 2/4).

- darsch). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (a S. Mamede). De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
- Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.
- «Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro (Estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.
- Fernando Direito — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13. (até 18/3)
- Hernâni Lopes — Pintura, Sociedade Portuguesa de Autores, Av. Duque de Loulé, 31. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20. (até 15/3)
- Ilídio Salteiro — Pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-2.ª a 6.ª das 10.30 e das 15 às 19. (até 17/3)
- Paulo Nozolino — Fotografia. Gal. Esher/Vale Tudo, R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb. das 15 às 20. (até 18/3)
- Pedro Calapez — Pintura e desenho. Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fund. Gulbenkian. De 3.ª a dom das 10 às 17.00.
- René Lalique, ourives e joalheiro — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.
- Rogério Amaral — Pintura e escultura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
- Seis Décadas de Arte Moderna Brasileira (col. Roberto Marinho) — Pintura de Di Cavalcanti, Portinari, Guignard, Cicero Dias, entre outros. Gal. de Exposições Temporárias da Gul-



a TV

Medo muito, pouca vergonha

O telejornal consegue uma proeza extraordinária: referir-se ao «caso Cadilhe» sem, ao menos uma vez, nos dizer em quê o tal consiste. Em termos de informação correcta é «do melhor» que se conhece. Para o telejornal o «caso» não existe, não porque de facto não exista, mas porque os seus responsáveis pura e simplesmente resolveram... que eles não existe, mesmo que a ele inevitavelmente, se refira...

O jornal das Nove por altura do inquérito parlamentar pedido pelo PCP fez uma notícia alargada do assunto. Nada de especulativo, de acintoso, nem de qualquer forma hostil: as duas casas permanentes, as sisas, os preços, as datas. Nada mais.

Pois Miguel Cadilhe não gostou. E no dia seguinte, o mesmo jornal viu-se confrontado com um protesto do ministro das Finanças!

O locutor voltou a explicar: não houvera ofensa; apenas se haviam limitado a noticiar o que já era do domínio público; e mais, o ministro fora convidado para uma entrevista e recusara...

Como dizia o dramaturgo: «e assim se fazem as coisas»...

Ficando-me ainda pelo mesmo ponto.

O Telejornal deu, paupérrima, uma peça sobre o inquérito parlamentar pedido pelo PCP. Foi mais desenvolvida e esclarecedora a do Jornal das Nove que, para além do mais que objectivamente se disse, valeria por aquela intervenção do deputado Coelho dos Santos que gritava, entusiasmado, a sua convicção do que diria, no dia seguinte, a Comunicação Social. Diria segundo Coelho Martins: «PSD tenta ocultar a actuação do ministro das Finanças!»

Como diz o nosso povo «o medo é muito, mas a vergonha é pouca».

Aliás, nenhum jornal se atreveria a dizer fosse o que fosse do género. Arriscava-se logo a «levar com um processo em cima»...

Quero ser testemunha

Já aqui se tem falado da assistência paranoica dos ministros no Telejornal. A chapa três é a regra dos mínimos, mas as molhadas são em geral mais volumosas. Quando a câmara não apanha a ministragem bastante na mesa, vai repescar algum ministro à assistência. A sorrir para o boneco, está claro.

Ao calhas, o telejornal do dia um de Março: Cavaco, Leonor Bezeza, Roberto Carneiro, Eurico de Melo, Ferreira do Amaral e Teresa Gouveia.

Governo pode trabalhar pouco, mas na TV é um espanto!

Quando não há quantidade de nomes, há a mesma (ou mais) quantidade de tempo concentrado em menos ministros.

Vejamos o Telejornal de 28 de Fevereiro. Nessa emissão apenas vimos Eurico de Melo, o secretário de Estado da Agricultura e Cavaco Silva.

Tratava-se de uma sessão na Assembleia da República. Cavaco discursa e seguem-se legendas da parlenda acompanhadas de retrato promocional. E esta alternância Cavaco ao vivo e Cavaco em foto, verificou-se sete (repite: sete) vezes!

Informação? ou propaganda pessoal-eleitoral? Sim, porque a propaganda eleitoral do PSD através da RTP começou há muito.

Humildemente reivindico o carácter de testemunho destes simples apontamentos. Quando for necessário julgar peço que sejam lidos.

Capital... do crime

Olho vivo foi, há muitos anos, série de grande êxito. Tratava-se de uma sátira às fitas americanas que, no auge da guerra-fria, viam espíões soviéticos por todo o lado.

Regressou e, apesar da idade, ainda se mostra apta o bastante para provocar gostosas gargalhadas. Vejamos este curto diálogo entre Maxwell e sua mulher. Ele procura a anuência da 99 para uma arriscada missão em prol da América:

— Maxwell — Diz lá, tu não gostavas de viver num país livre, onde todos se dessem fraternalmente?

99 — Lá isso gostava. Onde fica esse país?

O diálogo aconteceu depois da comunicação do correspondente do Telejornal nos Estados Unidos.

Conforme ouvimos, Washington não é apenas capital dos Estados Unidos, mas está a tornar-se na capital do crime naquele país.

A toda a hora há assaltos, tiroteio, mortes. A coisa chegou a tal ponto que acaba de ser decretado o «estado de sítio» de modo que nenhum jovem com menos de 18 anos poderá sair à rua de noite. Isto, diz ele, à semelhança do que já acontece noutras cidades dos Estados Unidos...

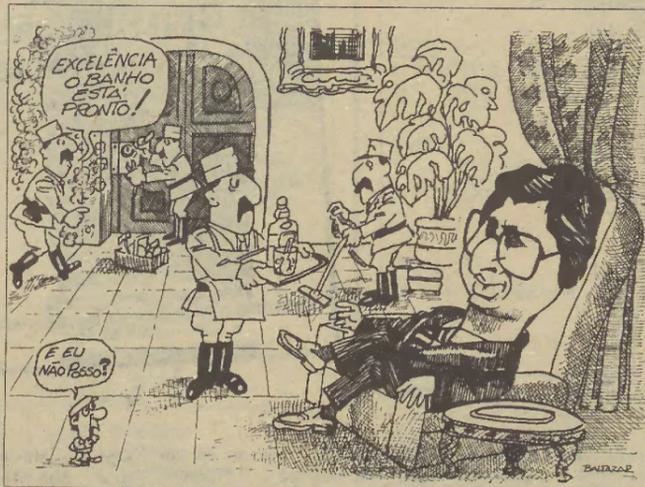
Não comento. Será a isto que eles chamam american «way of life»?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA



(«o diário», 2 de Março)



(«Semanário», 4 de Março)



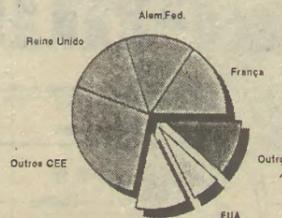
A força das imagens

As imagens — fotografias, caricaturas, gráficos — são componentes muito fortes e omnipresentes em jornais e revistas (que é do que aqui tratamos). Mas não é verdade que a força das imagens é geralmente subestimada por quem analisa a imprensa? Como que a lembrar simbolicamente a sua importância, preenchamos com imagens a síntese desta semana.

(«Diário Popular», 6 de Março)



Destino das Exportações



(«Sábado», 4 de Março)

Xadrez

CXCIII - 9 de Março de 1989
Proposição N.º 193-A
Autor: desconhecido
Fonte: «Tutto Scacchi»
N.º 1/Maggio, 1973

Pr.: [2]: Pf3-Ra8
Br.: [6]: Pa7-Cs.é3,f2-Bg1-Dh7-Rd2



Mate em 3 lances

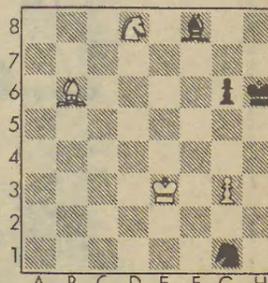
Proposição N.º 193-B

Por: A.S. Gurvitch

«Chakmaty V.S.S.S.R.», 1959

Pr.: [4]: P.g6-Cg1-Bf8-Rh6

Br.: [4]: Pg3-Cd8-Bb6-Ré3



Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CXCIII

Proposição N.º 193-A (A.D.):
1. Cg2,f:g2; 2. Ch1,g:h1=D; 3. Dh1++.

Proposição N.º 193-B (A.S.G.): 1. Rf2,Ch3+; 2. Rg2,Cg5; 3. B é3, B é7; 4. Cf7+,Rh5; 5. B:g5, R:g5; 6. Rh3 seguido de: 7 g4++.

Se: 3. ...,Rh5; 4. B:g5,R:g5; 5.Cé6+ e as Brancas ganham o Bispo e o jogo.

A. de M.M.

Damas

CXCIII - 9 de Março de 1989

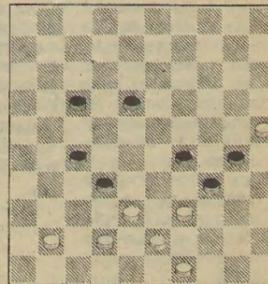
Proposição N.º 193

Por: Alain Tavemier (Fr.)

«Dame à la Une», N.º 29/Oct. Dec. 1988

Pr.: [7]: 17-18-27-29-30-32-34

Br.: [7]: 25-38-39-41-42-43-49



Jogam as Brancas e ganham

Golpe N.º 193

Extraído de uma obra

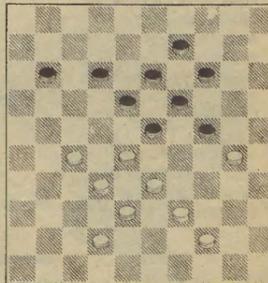
de I. Kupierman

Fonte: «La dépêche du Midi»,

21-V-1978

Pr.: [9]: 9-11-12-13-14-18-19-23-24

Br.: 27-28-30-32-33-38-39-42-44



Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CXCIII

Miniatura N.º 193 (A.T.): 41-37 e 42-37 (1.º switchback=Vaivém)¹ e 38-33 e 39-33 (2.º switchback)¹ e 43-39 e 25×21 e 49×27+.

Golpe N.º 193 (I.K.): 33-29 (24×31) 30-24 e 42-37 e 39×6+. 1 - Vaivém de 32 e de 29.

A. de M.M.